



CARTA EDUCATIVA

1ª revisão



CARTA EDUCATIVA

1ª revisão

ficha técnica

Título

Carta Educativa de Penela . 1ª revisão

Execução, grafismo e impressão

Câmara municipal de Penela

Agradecimentos

Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro, Penela

Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela

Comunidade de aprendizagem das Cerejeiras

março . 2021

índice geral

Introdução.....	11
Metodologia	17
PARTE I . CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL	21
1. Enquadramento geográfico.....	23
2. Dinâmica demográfica	25
2.1. Antecedentes e dinâmica atual: de 1950 a 2011.....	25
2.1.1. População residente.....	26
2.1.2. Crescimento natural, saldo migratório e crescimento efetivo	33
2.1.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência.....	38
2.2. Tendências evolutivas: de 2011 a 2031	47
2.2.1. População residente.....	47
2.2.2. Natalidade.....	48
2.2.3. Envelhecimento e dependência.....	49
3. Dinâmica socioeconómica.....	51
3.1. Atividade, emprego e mercado de trabalho.....	52

3.2. Desemprego	65
3.3. Condições de vida	67
4. Dinâmica socioeducativa	71
4.1. Nível de escolaridade	71
4.2. Analfabetismo	73
PARTE II . DIAGNÓSTICO DO SISTEMA EDUCATIVO.....	77
5. Oferta escolar.....	79
5.1. Rede escolar.....	79
5.2. Caracterização física e funcional	81
5.2.1. Estado de conservação, acessibilidade e segurança	82
5.2.2. Capacidade instalada e taxa de ocupação	83
5.2.3. Espaços escolares de apoio.....	85
6. Procura escolar.....	87
6.1. Situação atual e evolução recente	87
6.1.1. Caracterização global	87
6.1.2. Caracterização por nível de ensino.....	91
6.1.2.1. Creche	91
6.1.2.2. Educação pré-escolar.....	93
6.1.2.3. 1.º Ciclo do ensino básico	95
6.1.2.4. 2.º Ciclo do ensino básico	97
6.1.2.5. 3.º Ciclo do ensino básico	98
6.1.2.6. Ensino profissional.....	99
6.2. Fluxos escolares.....	100
6.2.1. Educação pré-escolar	100
6.2.2. 1.º Ciclo do ensino básico	103
6.2.3. 2.º Ciclo do ensino básico	105
6.2.4. 3.º Ciclo do ensino básico	105
6.2.5. Ensino profissional.....	107
6.3. Cenário prospetivo	110
6.3.1. Modelo de projeção adotado	110
6.3.2. Projeções da população escolar	112
6.3.2.1. Educação pré-escolar.....	112
6.3.2.2. 1.º Ciclo do ensino básico	115
6.3.2.3. 2.º Ciclo do ensino básico	118
6.3.2.4. 3.º Ciclo do ensino básico	119

6.3.2.5. Ensino secundário	119
7. Indicadores de sucesso escolar	123
7.1. Provas finais do 3.º CEB.....	123
7.2. Taxa de retenção e desistência	126
7.3. Metas Penela 2026	128
8. Educação inclusiva.....	131
8.1. Educação pré-escolar	133
8.2. 1.º Ciclo do ensino básico	134
8.3. 2.º Ciclo do ensino básico	135
8.4. 3.º Ciclo do ensino básico	136
8.5. Ensino profissional	137
9. Apoios e complementos educativos	139
9.1. Atividades de animação e de apoio à família	139
9.2. Componente de apoio à família	140
9.3. Atividades de enriquecimento curricular.....	141
9.4. Atividades extracurriculares	141
9.4.1. 2.º Ciclo do ensino básico	141
9.4.2. 3.º Ciclo do ensino básico	142
9.4.3. Ensino profissional.....	143
10. Desporto escolar.....	145
10.1. 2.º Ciclo do ensino básico	145
10.2. 3.º Ciclo do ensino básico	146
10.3. Ensino profissional	146
11. Ação social escolar.....	147
11.1. Educação pré-escolar	147
11.2. 1.º Ciclo do ensino básico	148
11.3. 2.º Ciclo do ensino básico	149
11.4. 3.º Ciclo do ensino básico	149
11.5. Ensino profissional	150
12. Transportes escolares.....	151
12.1. Educação pré-escolar	151
12.2. 1.º Ciclo do ensino básico	152
12.3. 2.º Ciclo do ensino básico	153
12.4. 3.º Ciclo do ensino básico	153
12.5. Ensino profissional	153

12.6. Ensino secundário.....	153
13. Recursos humanos.....	157
13.1. Pessoal docente	157
13.1.1. Nível de educação e ensino	158
13.1.2. Tipo de vínculo	158
13.1.3. Estrutura etária.....	159
13.1.4. Habilitações literárias.....	159
13.2. Pessoal não docente	160
13.2.1. Tipo de vínculo	160
13.2.2. Carreira e categoria	160
13.2.3. Estrutura etária.....	161
14. Comunidade de aprendizagem das Cerejeiras	163
PARTE III . SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO E ANÁLISE SWOT	167
PARTE IV . ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO E ACOMPANHAMENTO	173
15. Proposta de reorganização da rede escolar	175
15.1. Objetivos a prosseguir	175
15.2. Linhas estratégicas de atuação	176
15.3. Principais medidas a adotar.....	177
16. Monitorização	183
Algumas considerações finais	187
bibliografia.....	191
índice de figuras.....	193
índice de mapas	197
índice de quadros.....	199
índice de anexos.....	205
anexos.....	207

Introdução

A Declaração Universal dos Direitos do Homem sagrou, no seu artigo 26.º, que toda a pessoa tem direito à educação. Em Portugal esta consagração só ocorreu quase três décadas depois, quando a Constituição da República Portuguesa declarou, no seu artigo 73.º, que *todos têm direito à educação*. Este reconhecimento advém do facto da educação ser inquestionavelmente um dos vetores basilares para a evolução cultural, social e económica da sociedade. Como afirmado no seu artigo 2.º da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), *a educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva*. É por esta razão que estrategicamente se deve garantir uma educação de qualidade para todos, não somente no processo inicial de aprendizagem, mas também ao longo da vida. Fruto desta consciencialização, a legislação portuguesa no setor da educação tem vindo a alargar progressivamente nas mais variadas áreas, assistindo-se, simultaneamente,

a um reforço das atribuições e competências das autarquias locais nesta matéria, acompanhando o movimento de descentralização administrativa e de autonomia do poder local.

A apresentação da carta educativa como metodologia de planeamento foi um dos resultados mais visíveis desta procura de um salto qualitativo para a educação em Portugal. Inicialmente designada de carta escolar e entendida como um mero registo dos edifícios escolares existentes e dos que faltavam construir, só mais tarde, com o reconhecimento da ineficácia e da natureza bloqueadora do planeamento estático, dogmático e restrito e com o entendimento de que o desenvolvimento social de uma população só é possível através da melhoria da educação e formação, evoluiu para uma conceção mais abrangente de projeto fundamental de intervenção estratégica e dinâmica na rede escolar, passando a abarcar, além das edificações escolares, todos os equipamentos sociais e coletivos que têm a ver com a educação e formação ao longo da vida. Mais do que uma alteração de terminologia, esta mudança representou a evolução de um conceito e a passagem de uma carta escolar documento a uma carta educativa instrumento, indissociável da problemática mais ampla do ordenamento e planeamento do território, razão pela qual passou a ser uma obrigação municipal, a ver reconhecido o seu papel no complementar e aprofundar dos estudos necessários à execução dos Planos de Diretores Municipais (PDM) e a ter configuração legal definida.

A primeira referência a esta metodologia de planeamento na legislação aparece na Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, que, ao estabelecer o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, afirma que é uma atribuição dos órgãos municipais elaborar a carta escolar, mas só com o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, que regula o seu processo de elaboração e aprovação e os seus efeitos, foram efetivamente transferidas competências para a realização da carta educativa. No atual quadro de reforço da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, estabelecido pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e concretizado no domínio da educação pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a carta educativa mantém-se como instrumento de planeamento.

Como expresso no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, *a carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de*

acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

Partindo desta visão global e integradora, pensada a médio e longo prazo, do sistema educativo, o referido diploma legal, no seu artigo 6.º, define que são objetivos da carta educativa:

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente;
- Refletir, a nível municipal, o processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação;
- Promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis;
- Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazo;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas daquele.

Por sua vez, no artigo 11.º, estabelece que são objetivos do ordenamento da rede de ofertas de educação e ensino:

- Garantir o direito de acesso de todas as crianças e de todos os alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- Superar as situações de isolamento e de quebra de inserção socioeducativa das crianças e dos alunos, prevenindo a exclusão social;
- Fomentar uma adequada complementaridade das ofertas educativas;
- Assegurar a qualidade funcional, arquitetónica e ambiental dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino;

- Desenvolver formas de organização e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino mais eficazes;
- Adequar a oferta de recursos e a racionalização da sua distribuição, com vista ao estabelecimento e à distinção daqueles que, pelas suas características e natureza, devam ser comuns a uma determinada área geográfica, para que melhor sejam partilhados por todos os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino dessa mesma área.

O mesmo diploma legal determina, no seu artigo 15.º, que a revisão da carta educativa é obrigatória de 10 em 10 anos e sempre que a rede educativa do município fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa, devendo o processo de revisão ser iniciado a solicitação do departamento governamental com competência na matéria ou dos próprios municípios.

Dando cumprimento à disposição legal e reconhecendo a importância de uma rede escolar adequada às características do território e às funções hoje atribuídas à escola, a Câmara Municipal de Penela (CMP) procedeu à revisão da sua carta educativa. Mais de uma década depois da elaboração da carta educativa de primeira geração, homologada em 2007, mas com dados referentes ao letivo de 2005/2006, impõe-se, naturalmente, um processo de atualização que, não colocando em causa a proposta de reorganização da rede escolar anteriormente aprovada, considere as transformações verificadas nas dinâmicas demográficas, socioeconómicas e educativas e efetue as alterações que se revelem necessárias para resolver os problemas identificados e melhorar a qualidade da educação pública.

Para a revisão da carta educativa de Penela foram correlacionadas as várias dimensões consideradas significativas para o desenvolvimento sustentado da rede escolar, designadamente os aspetos demográficos e socioeconómicos, as características do sistema educativo, as tendências de evolução da população escolar, os critérios de reorganização estipulados pelo Ministério da Educação (ME), a política educativa local, as decisões políticas ao nível do ordenamento e planeamento do território e as perspectivas de desenvolvimento local, em particular no que se refere ao crescimento demográfico e urbanístico.

Além destas variáveis, a revisão da carta educativa de Penela assentou, ainda, em três pressupostos essenciais. Em primeiro lugar, que a construção de uma carta educativa, independentemente do enquadramento geográfico, carece de uma

abordagem que privilegie uma perspetiva global de todas as dinâmicas demográficas e socioeconómicas, em particular da realidade imposta pela dicotomia criada pela existência de espaços físicos e sociais de génese diferenciada, de ruralidade e urbanidade. A fluidez desta realidade não permite a criação de limites rígidos que sustentem uma separação clara, o que impede uma abordagem dualizada e de contornos bem definidos, sob pena de subverter a própria realidade. Em segundo lugar, que o desenvolvimento do sistema educativo pressupõe uma visão integrada e integradora da escola, uma vez que a identificação da escola com o edifício e que o conceito de edifício escolar isolado são, na atualidade, conceções redutoras e desajustadas de uma realidade onde a escola deve funcionar cada vez mais como um interface de uma rede de locais de educação e formação, num espaço convergente de múltiplas e diversas atividades de cariz comunitário. Com base nesta conceção escola-organização, a escola tem hoje um quadro de responsabilidades que não cabe no conceito restrito de instituição de ensino tradicional, precisando, por isso, de se enraizar, trocar influências e enriquecer comportamentos, valores e vivências dentro da sociedade em que está inserida. Em terceiro e último lugar, que o ordenamento e planeamento da rede escolar deve obrigar os diversos interlocutores envolvidos a trabalhar o conceito de território educativo, princípio estruturante das novas redes escolares que permite organizar o território municipal em espaços geográficos nos quais se assegura o cumprimento da escolaridade básica. Esta noção integra, assim, uma vertente de carácter pedagógico e outra urbanística, permitindo esbater as disparidades existentes, sobretudo nas áreas de maior isolamento.

Enquanto documento orientador decisivo para o desenvolvimento consistente do sistema educativo e para a construção de uma política educativa, a revisão da carta educativa de Penela vai permitir aos responsáveis políticos e técnicos do município delinear uma estratégia de atuação capaz de planear as intervenções a realizar para assegurar a adequação da oferta à evolução da procura escolar, do pensamento educativo e da dinâmica social e urbanística. Entre muitas outras potencialidades, apoia na definição de critérios de programação, na determinação de domínios e locais de intervenção prioritária, na previsão do esforço financeiro necessário e na tomada de decisão quanto ao redimensionamento do parque escolar, designadamente no que respeita ao encerramento de estabelecimentos de educação e ensino, à qualificação ou reconversão física e/ou funcional de edifícios ou à construção de novos equipamentos.

Dando cumprimento aos princípios gerais e organizativos da política educativa definidos na LBSE e no conjunto de diplomas legais específicos complementares que foram na sua sequência surgindo, a revisão da carta educativa de Penela dotou o município de uma ferramenta prática e operacional fundamental para um efetivo planeamento estratégico do território municipal que o vai auxiliar no melhor cumprimento das suas funções ao nível da gestão dos recursos educativos locais e do ordenamento e planeamento do território, com vista ao desenvolvimento sustentado e à melhoria da qualidade de vida da população.

No fundamental o que se pretende é criar as condições para que todos aqueles que vivem no município de Penela possam aceder aos edifícios e equipamentos educativos e desenvolver as suas capacidades de modo a construir um melhor projeto de vida. Encara-se, assim, a carta educativa não apenas na vertente das edificações escolares, mas também na vertente da educação e formação ao longo da vida, abrangendo, por isso, toda a população, independentemente da idade, e todos os aspetos da educação e formação.

Metodologia

Independentemente do entendimento que se possa ter sobre uma carta educativa, é inegável que compreende um estudo da situação atual e prevista e a elaboração de um documento que sistematize essa análise e faça propostas de intervenção. Para obedecer a este propósito a revisão da carta educativa de Penela assentou na aplicação de uma metodologia bem definida e rigorosa que recorreu às melhores práticas disponíveis. Em termos de estrutura, a metodologia subdividiu-se em quatro etapas de desenvolvimento distintas, mas complementares, tendo sido da sua adequada articulação que dependeu o sucesso final do projeto.

A primeira etapa integrou a pesquisa bibliográfica, a leitura, análise e interpretação de normativos legais e de publicações académicas e técnicas e a fundamentação teórica, no sentido de definir as temáticas a abordar, a estrutura do projeto e a metodologia a adotar.

A segunda etapa incluiu o levantamento da informação entendida como necessária para oferecer aos diversos parceiros educativos um completo, profundo e rigoroso diagnóstico da realidade atual e prevista do sistema educativo e para

fundamentar o processo de reorganização da rede escolar. Naturalmente, um projeto com estas características assenta em informação de natureza distinta e proveniente de diferentes domínios, nomeadamente dados demográficos, socioeconómicos e socioeducativos do Instituto Nacional de Estatística (INE), dados de sucesso escolar da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), dados escolares do Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro, Penela, da Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela e da comunidade de aprendizagem das Cerejeiras (CAC) e dados cartográficos, urbanísticos e escolares da CMP. A recolha dos dados foi, assim, desenvolvida abarcando dois tipos de ação, uma em gabinete e outra sustentada num processo de mobilização e participação ativa das entidades com intervenção educativa local.

O levantamento da informação junto dos agentes educativos foi efetuado através de três inquéritos de caracterização do sistema educativo municipal no ano letivo de referência (2019/2020), cada um representativo de uma temática distinta, nomeadamente equipamento educativo, população escolar e residência das crianças/alunos. O processo de construção, distribuição, receção e validação dos inquéritos ficou a cargo da equipa técnica da autarquia.

A terceira etapa consistiu no tratamento e na análise estatística dos dados demográficos, socioeconómicos, socioeducativos e escolares levantados. De modo organizar a grande quantidade de informação levantada tornou-se imprescindível a criação de uma base de dados específica para cada tema.

A quarta etapa compreendeu a execução do relatório técnico, sendo que, de forma a estar em sintonia com os normativos legais, o seu conteúdo teve por base o disposto no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a que foram acrescentados outros pontos considerados como relevantes para o diagnóstico do sistema educativo. Para uma melhor organização do vasto conjunto de dados abrangidos, o relatório técnico foi estruturado em quatro partes distintas: caracterização territorial, diagnóstico do sistema educativo, síntese do diagnóstico e análise SWOT e estratégia de intervenção e acompanhamento.

A primeira parte envolve o enquadramento geográfico e a caracterização demográfica, socioeconómica e socioeducativa. Aqui trata-se a localização territorial e os aspetos relacionados com os quantitativos e as características da população, a sua ocupação e condições de vida, bem como a sua escolaridade.

A segunda parte abrange as principais componentes do sistema educativo. Num primeiro momento foram objeto de estudo as vertentes da oferta escolar, da procura escolar (situação atual e evolução recente, fluxos escolares e cenário prospetivo), dos indicadores de sucesso escolar e da educação inclusiva. Num segundo momento analisaram-se os apoios e complementos educativos - Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), Componente de Apoio à Família (CAF), Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e atividades extracurriculares -, o desporto escolar, a ação social escolar, os transportes escolares, os recursos humanos e a CAC.

Na terceira parte procede-se à síntese das principais conclusões do diagnóstico realizado, tendo em conta os indicadores analisados, e à análise SWOT.

As etapas de trabalho anteriores servem de suporte à quarta parte, que agrega a proposta de reorganização da rede escolar e a monitorização. Efetivamente, depois de se conhecerem as características do sistema educativo atual e as projeções da população escolar para os próximos anos letivos e de se identificarem as necessidades de requalificação e redimensionamento da rede escolar, o processo termina com a estruturação do plano de intervenção e do modelo de acompanhamento.

A definição da proposta de reorganização da rede escolar organiza-se em três pontos diferentes. No primeiro é feita a identificação dos objetivos concretos a prosseguir para a concretização da política educativa municipal. No segundo explicitam-se as linhas estratégicas de atuação que vão nortear as ações estruturantes de iniciativa municipal a implementar pelo conjunto alargado de atores envolvidos com vista ao desenvolvimento do sistema educativo. No terceiro descrevem-se as principais medidas a adotar para a configuração da rede escolar e a sua justificação.

A revisão da carta educativa de Penela representa o culminar de um longo processo de análise da realidade educativa e de definição da estratégia local a seguir para o desenvolvimento consistente do sistema educativo. Só com base em ferramentas com estas características se torna exequível um efetivo planeamento da intervenção territorial, com base no princípio da otimização dos recursos, quer existentes, quer previstos, e da adequação da oferta à procura, de modo a colmatar as carências e os problemas detetados.

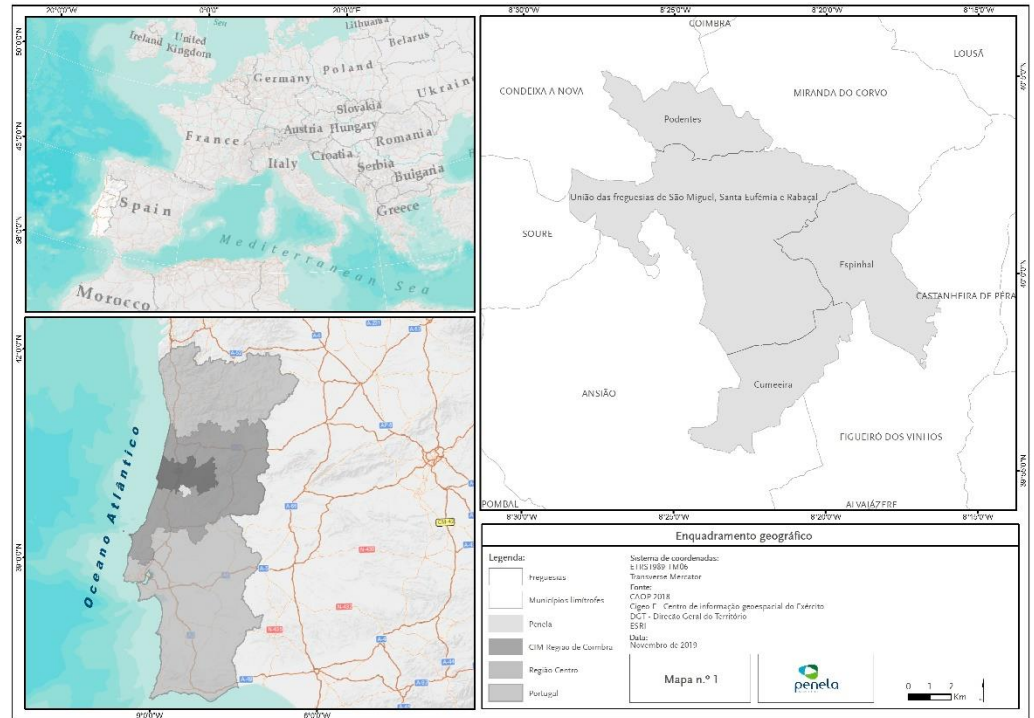
**PARTE I . CARACTERIZAÇÃO
TERRITORIAL**

1. Enquadramento geográfico

Localizado no centro de Portugal continental, o município de Penela integra a região Centro (NUT II) e insere-se na CIM Região de Coimbra (NUTIII), sendo delimitado a norte pelos municípios de Condeixa-a-Nova e Miranda do Corvo, a este pelo município de Figueiró dos Vinhos, a sul pelo município de Ansião e a oeste pelo município de Soure (Mapa 1). Do total de municípios com que confronta, apenas três integram a CIM Região de Coimbra (Condeixa-a-Nova, Miranda do Corvo e Soure), sendo que os restantes dois fazem parte da CIM Região de Leiria (Ansião e Figueiró dos Vinhos). Com uma área de 134,80 km², administrativamente Penela subdivide-se em quatro freguesias - Cumeeira (21,29 km²), Espinhal (29,38 km²), Podentes (17,28 km²) e união das freguesias (UF) de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal (66,84 km²) -, que perfazem um total de 105 lugares.

De acordo com o PROT-C, Penela constitui um centro urbano complementar ligado ao sistema urbano Coimbra - Figueira da Foz, sendo que a ligação segue “antigos eixos rodoviários e ferroviários” e faz-se “de forma descontínua embora num contexto de elevada dependência funcional”. Neste contexto, Penela tem uma

função predominantemente municipal, garantindo uma oferta urbana essencial para a coesão socioeconómica e territorial.



Mapa 1. Enquadramento geográfico.

2. Dinâmica demográfica

2.1. Antecedentes e dinâmica atual: de 1950 a 2011

As alterações na dinâmica demográfica traduzem processos de natureza diversa. Evidenciam desde logo transformações na economia ou na família, mas também nas acessibilidades ou nos estilos de vida e, igualmente, nas condições de saúde ou no domínio político. A análise das mudanças no ritmo de crescimento da população, nas estruturas etárias e na sua distribuição no espaço deve, assim, ser integrada no contexto alargado da evolução dos respetivos sistemas sociais, culturais, económicos e políticos.

A leitura dos comportamentos demográficos é, assim, um dos aspetos que melhor espelha o grau de dinamismo de um território. É neste sentido que o estudo dos quantitativos e das características de uma população nas últimas décadas é essencial para se compreender os fatores e as condições de competitividade dos

territórios e estabelecer as bases para a definição de cenários para as diversas atividades públicas e privadas.

É tendo em atenção este pano de fundo que pensamos que o conhecimento da dinâmica demográfica se afigura como essencial para que se possa, com antecedência e ponderação, refletir sobre as principais tendências que se prefiguram neste início de século e ordenar o espaço da forma mais adequada e no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica, gerindo mais eficazmente recursos que, como bens escassos que são, exigem alguma cautela e ponderação nas decisões a tomar, uma vez que os custos associados a uma má gestão terão efeitos duradouros e crescentemente elevados.

2.1.1. População residente

Penela, com os seus 5983 habitantes em 2011, apresenta-se como um dos municípios menos populosos da Comunidade Intermunicipal (CIM) Região de Coimbra (apenas ultrapassado pelos municípios de Pampilhosa da Serra e Góis), representando apenas 1,30% do seu total populacional. Este valor deve ser interpretado atendendo ao elevado número de municípios desta CIM (19) e à sua enorme diversidade física e humana, mas também ao dispositivo territorial regional que, sendo fundamentalmente polarizado por dois municípios, um da CIM Região de Coimbra (Coimbra, a norte) e outro da CIM Região de Leiria (Pombal, a sul), grandes polos criadores de emprego, se traduz no estabelecimento de relações funcionais fortes que tornam difícil a fixação de população que iria permitir a Penela reassumir a importância que teve no passado.

Ainda que muito pouco expressivo, na última década o município de Penela registou uma ligeira perda de importância no contexto da CIM Região de Coimbra (0,10%), uma vez que dez anos antes correspondia a 1,40% do seu total populacional. O mesmo acontece quando olhamos para o ano de 1991, momento em que representava 1,51%.

Um olhar atento sobre os valores de população residente desde os anos cinquenta do século XX no município de Penela permite efetuar uma análise evolutiva, ao mesmo tempo que possibilita retirar algumas conclusões sobre as características do território municipal (Figura 1 e quadro 1). Uma primeira ideia destaca de imediato o facto de ter ocorrido entre 1950 e 2011 um decréscimo

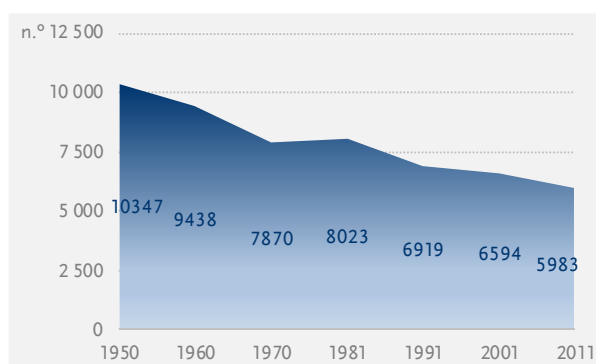
População residente

Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

populacional com muito significado. Efetivamente, entre 1950 e 2011 Penela perdeu 4364 habitantes, valor que representa -42,18% (de 10347 para 5983 residentes). A redução com maior relevância registou-se na década de 60, que corresponde ao grande momento do fenómeno migratório português da 2ª metade do século XX. De facto, entre 1960 e 1970 Penela perdeu 1568 indivíduos, representando -16,61% (de 9438 para 7870 habitantes). A dinâmica demográfica negativa apenas foi interrompida no período 1970-1981, onde se observou um crescimento de 153 residentes, correspondendo a 1,94% (de 7870 para 8023 indivíduos). Na última década a diminuição foi de 611 habitantes, valor que representa -9,27% (de 6594 para 5983 residentes). Este decréscimo é preocupante, na medida em que traduz um aumento bastante expressivo em relação ao período intercensitário anterior, onde Penela perdeu 325 indivíduos, valor que corresponde a -4,70% (de 6919 para 6594 habitantes).

Figura 1. População residente entre 1950 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Quadro 1. População residente entre 1950 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

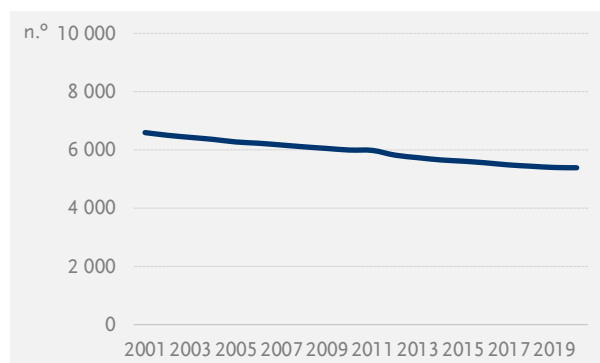
Anos	População residente		Variação populacional	
	(n.º)	(n.º)	(n.º)	(%)
1950	10347	–	–	–
1960	9438	-909	-8,79	
1970	7870	-1568	-16,61	
1981	8023	153	1,94	
1991	6919	-1104	-13,76	
2001	6594	-325	-4,70	
2011	5983	-611	-9,27	

Considerando apenas a década mais recente, o município de Penela acompanhou a tendência da CIM Região de Coimbra, que registou um decréscimo de -2,58%, num contexto em que também a Região Centro perdeu (-0,88%) e Portugal verificou um acréscimo pouco expressivo (1,99%). O mesmo não acontece quando comparamos com a década anterior, onde, ao contrário de Penela, a CIM Região de Coimbra (3,41%), a Região Centro (3,97%) e Portugal (4,96%) cresceram.

A análise conjunta desde o último período intercensitário até ao ano de 2020 vem confirmar a tendência de decréscimo populacional para os anos mais recentes (Figura 2 e quadro 2). Efetivamente, entre 2011 e 2020 todos os anos registaram uma diminuição do número de habitantes. A redução mais expressiva foi entre os anos 2011 e 2012, onde se observou uma perda de -2,71%, valor correspondente a -162 residentes. Por sua vez, a redução menos significativa ocorreu entre os anos 2019 e 2020, onde se verificou uma perda de -0,19%, que representa -10 indivíduos¹.

Figura 2. População residente entre 2001 e 2020.

Fonte: www.ine.pt.



Quadro 2. População residente entre 2001 e 2020.

Fonte: www.ine.pt.

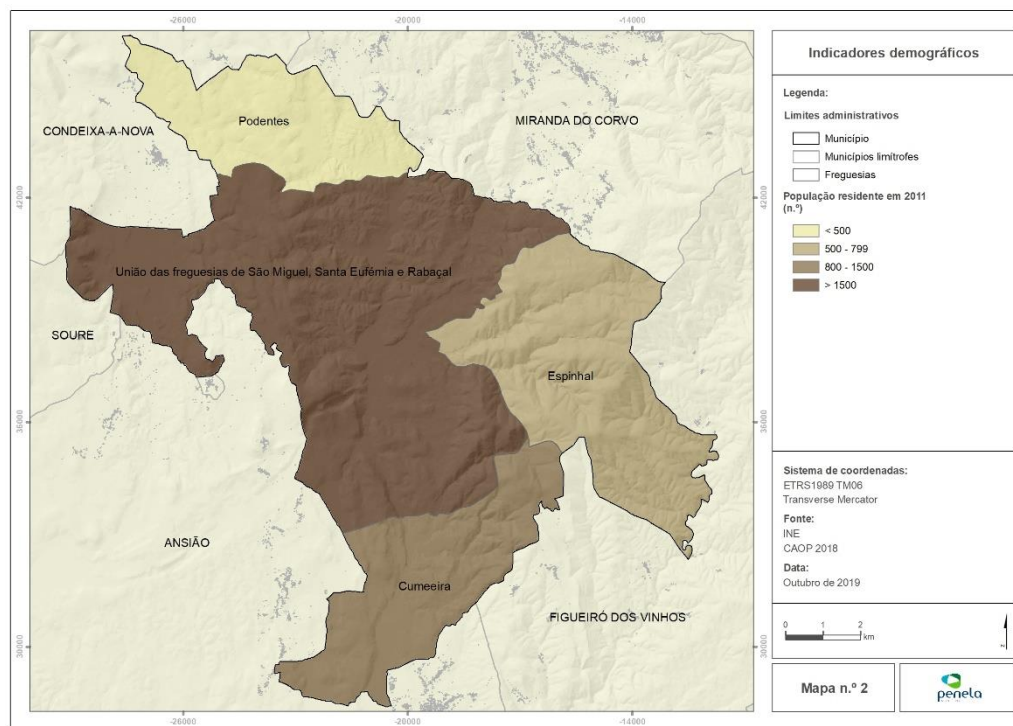
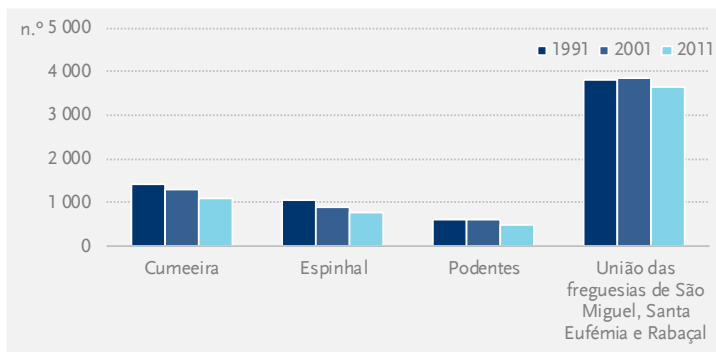
Ano	População residente		Variação populacional	
	(n.º)	(n.º)	(n.º)	(%)
2001	6594	–	–	–
2002	6501	-93	-1,41	
2003	6429	-72	-1,11	
2004	6361	-68	-1,06	
2005	6273	-88	-1,38	
2006	6229	-44	-0,70	
2007	6168	-61	-0,98	
2008	6105	-63	-1,02	
2009	6050	-55	-0,90	
2010	5995	-55	-0,91	
2011	5983	-12	-0,20	
2012	5821	-162	-2,71	
2013	5734	-87	-1,49	
2014	5657	-77	-1,34	
2015	5612	-45	-0,80	
2016	5556	-56	-1,00	
2017	5485	-71	-1,28	
2018	5439	-46	-0,84	
2019	5397	-42	-0,77	
2020	5387	-10	-0,19	

¹ Excetuando os anos de 2001 e 2011, provenientes dos censos, os valores foram retirados das estimativas da população residente do Instituto Nacional de Estatística (INE), realizadas com base nas componentes demográficas natural e migratória (nados-vivos, óbitos e estimativas da emigração e imigração).

Considerando agora a distribuição dos valores de população residente a partir dos anos 90 do século XX nas quatro freguesias que integram na atualidade o município de Penela, é possível distinguir comportamentos demográficos diferentes durante este período (Figura 3, mapa 2 e quadro 3). Observando apenas o ano mais recente, a UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal assume-se como a mais populosa (3651 habitantes, correspondendo a 61,02%), distinguindo-se de forma clara das restantes três freguesias. Embora com valores bastante distanciados, seguem-se as freguesias da Cumeeira e do Espinhal, com 1072 e 775 residentes, respetivamente, que representam 17,92% e 12,95% do total populacional. Por fim, com quantitativos populacionais mais baixos, encontra-se a freguesia de Podentes, que, com 485 indivíduos, corresponde a 8,11% da população residente total.

Figura 3. População residente por freguesia entre 1991 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Mapa 2. População residente por freguesia em 2011.

Quadro 3. População residente entre 1991 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	1991	2001 (n.º)	2011
Cumeeira	1423	1273	1072
Espinhhal	1061	895	775
Podentes	611	584	485
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	3824	3842	3651
Penela	6919	6594	5983
Região de Coimbra	456773	472334	460139
Centro	2258768	2348397	2327755
Portugal	9867147	10356117	10562178

O dispositivo territorial expressa, assim, um nítido fenómeno de concentração da população residente na UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, que se afirma como o principal polo de atração.

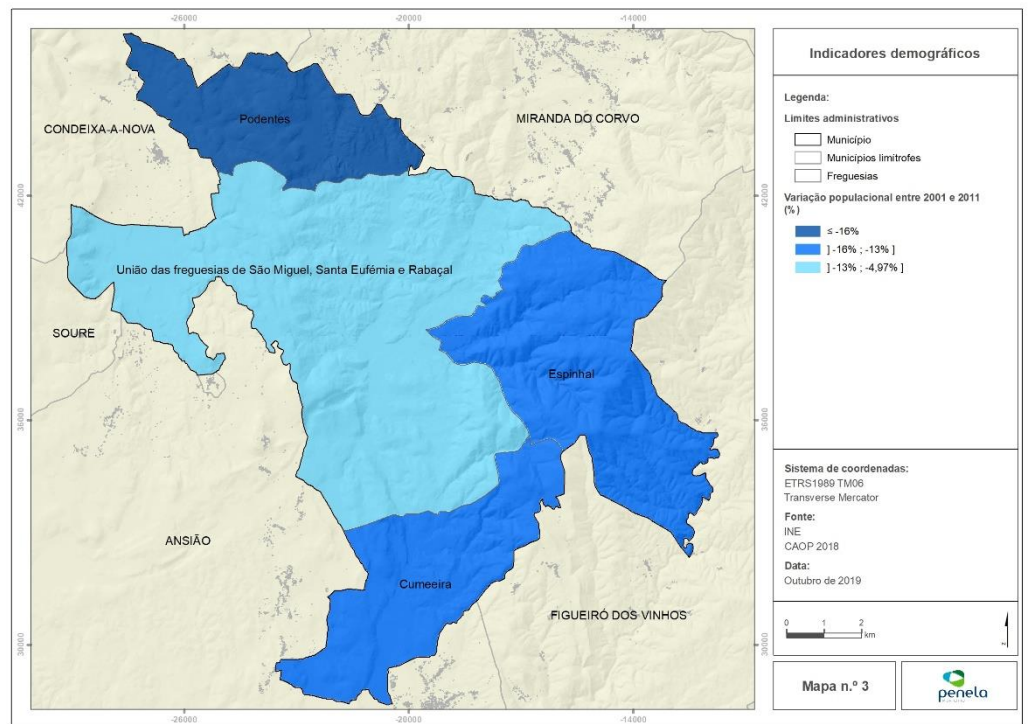
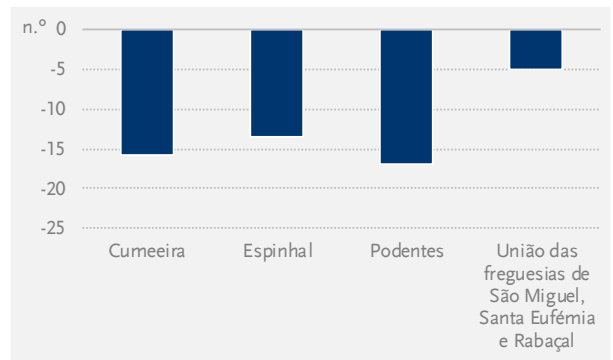
Esta repartição da população residente é já evidente na análise dos dados relativos a 2001 e 1991, sendo que durante todo o período em estudo o peso da UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal no território municipal tem vindo a crescer (55,27% em 1991, 58,27% em 2001 e 61,02% em 2011), aumentando a oposição entre esta e as restantes freguesias.

Relativamente à dinâmica populacional das quatro freguesias que atualmente constituem o município de Penela nas últimas duas décadas, é possível identificar um padrão de comportamento comum a todas as freguesias (Figura 4, mapa 3 e quadro 4). Examinando a década mais recente, constata-se que todas as freguesias registaram um decréscimo populacional. A freguesia com menor número de habitantes - Podentes - observou a diminuição mais expressiva (-16,95%, correspondente a -99 residentes), seguida da freguesia da Cumeeira (-15,79%, representando -201 indivíduos) e do Espinhhal (-13,41%, correspondendo a -120 residentes). Por sua vez, a freguesia com maior número de habitantes - UF de São

Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal - verificou a perda populacional menos significativa (-4,97%, representando -191 indivíduos).

Figura 4. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Mapa 3. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.

Esta realidade é distinta da existente entre 1991 e 2001, quando o decréscimo populacional ainda não se estendia a todas as freguesias (Figura 5). De facto, no período intercensitário anterior existia ainda uma freguesia a registar um aumento do número de habitantes, ainda que pouco expressivo, a UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal (0,47%, correspondendo a 18 residentes). As restantes freguesias já nesta década viram a sua população diminuir. A maior redução ocorreu na freguesia do Espinhal (-15,65%, representando -166 indivíduos), seguida da

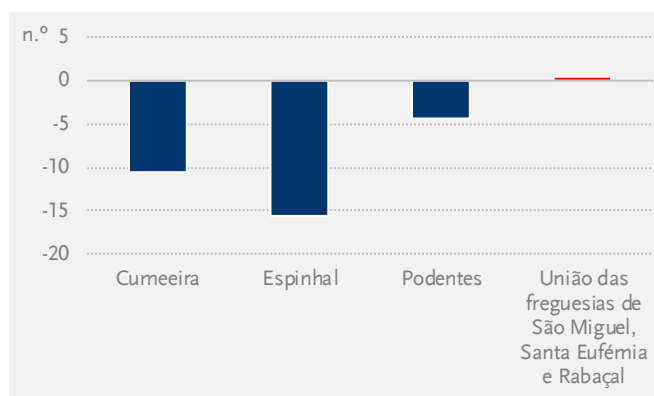
freguesia da Cumeeira (-10,54%, correspondendo a -150 habitantes) e da freguesia de Podentes (-4,42%, representando -27 residentes).

Quadro 4.
Variação populacional entre 1991 e 2011.
Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	1991-2001		2001-2011		1991-2011	
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Cumeeira	-150	-10,54	-201	-15,79	-351	-24,67
Espinhhal	-166	-15,65	-120	-13,41	-286	-26,96
Podentes	-27	-4,42	-99	-16,95	-126	-20,62
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	18	0,47	-191	-4,97	-173	-4,52
Penela	-325	-4,70	-611	-9,27	-936	-13,53
Região de Coimbra	15561	3,41	-12195	-2,58	3366	0,74
Centro	89629	3,97	-20642	-0,88	68987	3,05
Portugal	488970	4,96	206061	1,99	695031	7,04

Figura 5. Variação populacional por freguesia entre 1991 e 2001.

Fonte: www.ine.pt.



Como se observa, à exceção da UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, todas as freguesias que registaram decréscimo entre 1991 e 2001 mantiveram o comportamento na década seguinte, embora com dinâmicas distintas. Se nas freguesias da Cumeeira e de Podentes as diminuições foram mais expressivas, passando de -10,54% e -4,42% para -15,79 e -16,95%, respetivamente, na freguesia do Espinhhal a redução foi menos significativa, passando de -15,65% para -13,41%. De notar que a freguesia de Podentes, que no período intercensitário anterior

verificou o menor decréscimo populacional, na última década é a que perde mais população (de -4,42% para 16,95%).

A realidade descrita no município de Penela deve ser entendida no contexto do quadro evolutivo que caracteriza a população portuguesa desde os anos cinquenta do século XX, tendo em atenção a diversidade de territórios e de dinamismos (social, económico, cultural e político) existentes.

2.1.2. Crescimento natural, saldo migratório e crescimento efetivo

As variações observadas num município e nas freguesias que o integram relacionam-se de forma clara com dois fatores primordiais da dinâmica demográfica: por um lado, o crescimento natural e, por outro lado, o saldo migratório.

A análise da evolução dos valores do crescimento natural entre 2001 e 2020 para o município de Penela revela um comportamento irregular expresso em ligeiros aumentos e decréscimos (Figura 6 e quadro 5).

Crescimento natural, saldo natural ou saldo fisiológico

Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

Saldo migratório

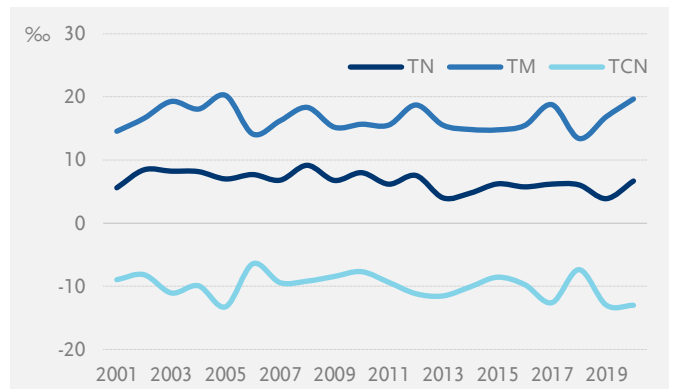
Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. O saldo migratório pode ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural.

Crescimento efetivo

Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo. O acréscimo populacional pode ser calculado pela adição do saldo natural e do saldo migratório.

Figura 6. Crescimento natural entre 2001 e 2020.

Fonte: www.ine.pt.



A consideração da natalidade mostra um número médio de nados-vivos anual próximo das cinco dezenas até 2012 e próximo das três dezenas a partir de 2013, o que, apesar do comportamento irregular, revela uma tendência clara de diminuição do número de nados-vivos. Em termos globais verificou-se a passagem dos 37 nascimentos em 2001 aos 36 nascimentos em 2020. O ano de 2020 apresentou uma recuperação bastante significativa em relação ao ano de 2019, que observou o valor mais baixo de todo o período em análise, com 21 nascimentos. Por sua vez, o valor mais elevado registou-se no ano de 2008, com 56 nascimentos.

Quadro 5. Crescimento natural entre 2001 e 2020.

Fonte: www.ine.pt.

Ano	N (n.º)	TN (‰)	M (n.º)	TM (‰)	CN (n.º)	TCN (‰)
2001	37	5,61	96	14,56	-59	-8,95
2002	55	8,46	108	16,61	-53	-8,15
2003	53	8,24	124	19,29	-71	-11,04
2004	52	8,17	115	18,08	-63	-9,90
2005	44	7,01	127	20,25	-83	-13,23
2006	48	7,71	88	14,13	-40	-6,42
2007	42	6,81	100	16,21	-58	-9,40
2008	56	9,17	112	18,35	-56	-9,17
2009	41	6,78	92	15,21	-51	-8,43
2010	48	8,01	94	15,68	-46	-7,67
2011	37	6,18	93	15,54	-56	-9,36
2012	44	7,56	109	18,73	-65	-11,17
2013	23	4,01	89	15,52	-66	-11,51
2014	27	4,77	84	14,85	-57	-10,08
2015	35	6,24	83	14,79	-48	-8,55
2016	32	5,76	86	15,48	-54	-9,72
2017	34	6,20	103	18,78	-69	-12,58
2018	33	6,07	73	13,42	-40	-7,35
2019	21	3,89	91	16,86	-70	-12,97
2020	36	6,68	106	19,68	-70	-12,99

Taxa de natalidade ou taxa bruta de natalidade

Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10³) habitantes).

Taxa de mortalidade ou taxa bruta de mortalidade

Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10³) habitantes).

A evolução da taxa de natalidade oscila entre contínuos aumentos e diminuições. Uma análise mais detalhada mostra uma tendência generalizada de decréscimo, ainda que o último ano tenha registado um aumento expressivo. À semelhança da natalidade, o ano de 2008 apresenta a taxa de natalidade mais elevada (9,17‰) e o ano de 2019 atinge o menor valor (3,89‰).

A apreciação da mortalidade evidencia um número médio de óbitos superior a uma centena até 2012 e próximo das nove dezenas a partir de 2013, o que revela uma tendência clara de diminuição do número de óbitos. Em termos globais, entre 2001 e 2020 observou-se a passagem dos 96 aos 106 óbitos. No período em análise o valor mais elevado foi de 127 óbitos no ano de 2005, enquanto o valor mais baixo foi de 73 óbitos em 2018.

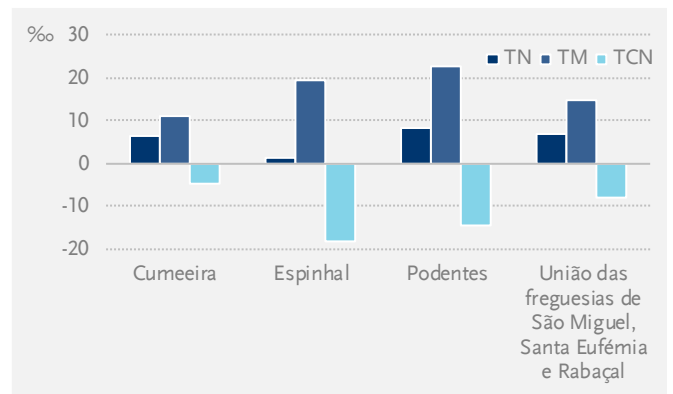
O comportamento da taxa de mortalidade é bastante irregular, ainda que com uma tendência generalizada de decréscimo, embora uma análise mais detalhada mostre um aumento entre 2001 e 2020 (de 14,56‰ para 19,68‰). À semelhança da mortalidade, o ano de 2005 foi aquele que apresentou a taxa de mortalidade mais elevada (20,25‰), enquanto o menor valor ocorreu no ano de 2018 (13,42‰).

A análise conjunta dos valores da natalidade e mortalidade permite constatar que os nascimentos são sempre inferiores aos óbitos, realidade que se traduz num crescimento natural negativo em todos os anos. As perdas populacionais com maior significado aconteceram nos anos de 2005, 2020, 2019 e 2017 (-13,23‰, -12,99‰, -12,97‰ e -12,58‰, que representam -83, -70, -70 e -69 indivíduos). Por sua vez, as perdas populacionais menos expressivas aconteceram nos anos de 2006, 2018 e 2010 (-6,42‰, -7,35‰ e -7,67‰, a que correspondem -40, -40 e -46 habitantes).

Considerando uma outra escala espacial de análise sublinha-se, para o ano de 2011, o crescimento natural negativo em todas as freguesias (Figura 7 e quadro 6). A perda populacional mais expressiva verificou-se na freguesia do Espinhal, com -18,06‰, valor que corresponde a um decréscimo de -14 indivíduos. Por sua vez, a perda populacional com menor significado ocorreu na freguesia da Cumeeira, com -4,66‰, que representa uma diminuição de -5 indivíduos. Nas freguesias de Podentes e UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal as perdas populacionais foram de -14,43‰ e -8,22‰, valores que traduzem uma redução de -7 e -30 indivíduos.

Figura 7. Crescimento natural por freguesia em 2011.

Fonte: www.ine.pt.



De uma forma geral entre 2001 e 2011 o número de nados-vivos diminuiu em relação aos óbitos, passando-se de um crescimento natural negativo de -8,95‰ para -9,36‰ (de -59 para -56 pessoas). Ao nível das freguesias, em 2001 destaca-se o crescimento natural positivo na freguesia de Podentes, com 5,14‰, valor que reflete um aumento de apenas 3 indivíduos (Figura 8). Nas restantes freguesias o comportamento foi idêntico ao observado na década seguinte. O decréscimo mais expressivo ocorreu na freguesia do Espinhal (-15,64‰, que representa -14

indivíduos), seguida da UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal (-10,41‰, que corresponde a -40 indivíduos) e da Cumeeira (-6,28‰, que representa -8 indivíduos).

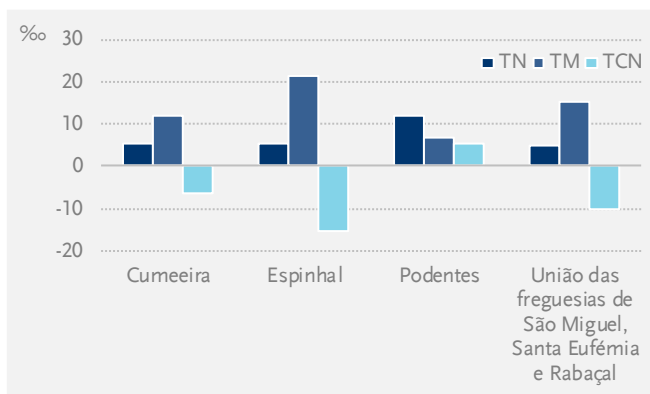
Quadro 6. Crescimento natural em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	2001						2011					
	N (n.º)	TN (‰)	M (n.º)	TM (‰)	CN (n.º)	TCN (‰)	N (n.º)	TN (‰)	M (n.º)	TM (‰)	CN (n.º)	TCN (‰)
Cumeeira	7	5,50	15	11,78	-8	-6,28	7	6,53	12	11,19	-5	-4,66
Espinhhal	5	5,59	19	21,23	-14	-15,64	1	1,29	15	19,35	-14	-18,06
Podentes	7	11,99	4	6,85	3	5,14	4	8,25	11	22,68	-7	-14,43
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	18	4,69	58	15,10	-40	-10,41	25	6,85	55	15,06	-30	-8,22
Penela	37	5,61	96	14,56	-59	-8,95	37	6,18	93	15,54	-56	-9,36
Região de Coimbra	4149	8,78	5323	11,27	-1174	-2,49	3627	7,88	5200	11,30	-1573	-3,42
Centro	22415	9,54	27146	11,56	-4731	-2,01	18342	7,88	26356	11,32	-8014	-3,44
Portugal	112774	10,89	105092	10,15	7682	0,74	96856	9,17	102848	9,74	-5992	-0,57

Figura 8. Crescimento natural por freguesia em 2001.

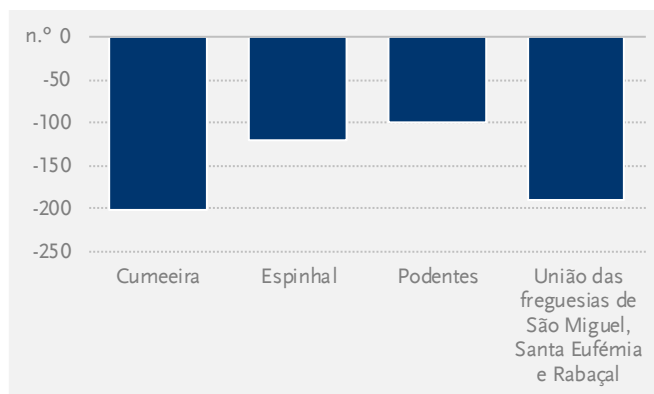
Fonte: www.ine.pt.



A consideração do crescimento efetivo no município de Penela para o período entre 2001 e 2011 vem confirmar o cenário de perda populacional (Figura 9 e quadro 7). Considerando o crescimento natural negativo de -636 residentes e o saldo migratório positivo de 25 pessoas, o crescimento efetivo assume o valor de -611 indivíduos. Como se observa, apesar de positivo, o saldo migratório não é suficiente para compensar a dinâmica natural fortemente regressiva.

Figura 9. Crescimento efetivo por freguesia entre 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Quadro 7.

Crescimento efetivo entre 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	N	M	CN (n.º)	SM	CE
Cumeeira	84	193	-109	-92	-201
Espinhal	74	209	-135	15	-120
Podentes	51	80	-29	-70	-99
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	304	667	-363	172	-191
Penela	513	1149	-636	25	-611
Região de Coimbra	43422	58997	-15575	3380	-12195
Centro	228442	297798	-69356	48714	-20642
Portugal	1168632	1152639	15993	190068	206061

A realidade descrita estende-se a todas as freguesias, não existindo nenhuma a registar crescimento efetivo positivo. As freguesias da Cumeeira e da UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal apresentam os valores mais baixos, com -201 e -191 indivíduos, respetivamente. Seguem-se as freguesias do Espinhal e de Podentes, com -120 e -99 pessoas, respetivamente.

Não obstante o panorama geral, a análise à freguesia permite constatar a maior capacidade de atração de pessoas que algumas freguesias assumem no contexto do território municipal, nomeadamente a UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, que apresenta um saldo migratório positivo de 172 indivíduos. Embora com um valor muito inferior, é de referir também a freguesia do Espinhal, que regista um saldo migratório positivo de 15 indivíduos.

Os comportamentos descritos devem ser contextualizados no âmbito dos valores absolutos da população residente e no quadro da história do município e do território envolvente.

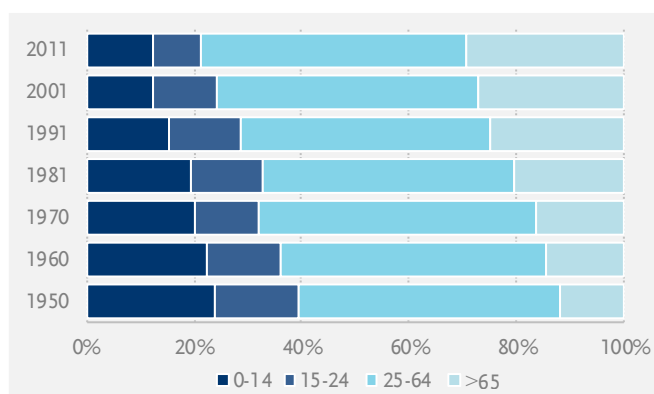
2.1.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência

A análise da evolução e distribuição da população residente deve contemplar também o estudo da estrutura etária, envelhecimento e dependência. Para este efeito interessa começar por conhecer os perfis populacionais através da observação da repartição da população residente por grupo etário. Neste particular, a interpretação das pirâmides etárias revela-se fundamental, uma vez que estas representações gráficas não traduzem apenas a imagem da população num dado momento, mas permitem uma leitura da perspetiva histórica dos acontecimentos que a marcam. Em paralelo importa também conhecer alguns índices que resumem o comportamento da estrutura etária da população residente e que, conjuntamente com os dados avançados para a dinâmica demográfica, permitem contextualizar e refletir sobre as principais características da população.

A primeira conclusão a retirar da análise dos valores da população residente por grupo etário no município de Penela entre 1950 e 2011 parece ser a contínua diminuição dos grupos etários mais jovens, prosseguida pelo sucessivo aumento dos grupos etários mais idosos, o que espelha de modo bastante claro uma tendência crescente para o envelhecimento da população, aspeto comum à generalidade dos territórios portugueses (Figura 10 e quadro 8).

Figura 10. População residente segundo os grandes grupos etários entre 1950 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Quadro 8. População residente segundo os grandes grupos etários entre 1950 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Grupos etários	1950		1960		1970		1981		1991		2001		2011	
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
0-14	2486	24,03	2108	22,34	1590	20,20	1568	19,54	1065	15,39	823	12,48	731	12,22
15-24	1585	15,32	1309	13,87	925	11,75	1049	13,07	919	13,28	784	11,89	541	9,04
25-64	5040	48,71	4652	49,29	4060	51,59	3754	46,79	3217	46,50	3191	48,39	2957	49,42
≥65	1236	11,95	1369	14,51	1295	16,45	1652	20,59	1718	24,83	1796	27,24	1754	29,32
Total	10347	100	9438	100	7870	100	8023	100	6919	100	6594	100	5983	100

Procedendo-se a uma observação mais pormenorizada verificamos que a população jovem (0-14 anos) e jovem adulta (15-24 anos) registaram um decréscimo de -11,81% (de 24,03% para 12,22%) e de -6,28% (de 15,32% para 9,04%), respetivamente, e, em sentido oposto, a população adulta (25-64 anos) e idosa (65 anos ou mais) apresentaram um crescimento de 0,71% (de 48,71% para 49,42%) e de 17,37% (de 11,95% para 29,32%), respetivamente.

Analisando apenas o último período intercensitário, a diminuição foi de -0,26% na população jovem (de 12,48% para 12,22%) e de -2,85% na população jovem adulta (de 11,89% para 9,04%) e o acréscimo foi de 1,03% na população adulta (de 48,39% para 49,42%) e de 2,08% na população idosa (de 27,24% para 29,32%).

Comparando agora o ano de 2011 com o ano de 2020, quando a população jovem representava 10,30% (555 pessoas), a jovem adulta 9,97% (537 pessoas), a adulta 50,60% (2726 pessoas) e a idosa 29,13% (1569 pessoas), verificou-se uma significativa diminuição da população jovem (de 12,22% para 10,30%) e, ao contrário do que seria expectável, um decréscimo da população idosa (de 29,32% para 29,13%), ainda que sem grande expressão.

A evolução com perda de jovens e ganho de idosos traduz-se num duplo envelhecimento da população, realidade que caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos e que se instalou muito repentinamente, devendo a rapidez com que se passou de uma sociedade com uma população jovem para uma outra envelhecida merecer uma profunda reflexão.

A observação da pirâmide etária do município de Penela para o ano de 2011 reflete, comparativamente ao ano de 1950, este duplo envelhecimento da população, traduzido pelo estreitamento da base e alargamento do topo (Figura 11 e quadro 9).

Considerando a pirâmide etária da década mais recente (Figura 12), verificamos que o número de indivíduos total e por sexo na população jovem, jovem adulta e adulta (até aos 29 anos em ambos os sexos) em 2011 é inferior em relação a 2001, existindo diferenças expressivas por sexo (a diminuição é superior no sexo masculino). Na população adulta (a partir dos 30 anos em ambos os sexos) e idosa o número de indivíduos total e por sexo é superior em 2011 relativamente a 2001, não havendo neste caso diferenças muito significativas por sexo.

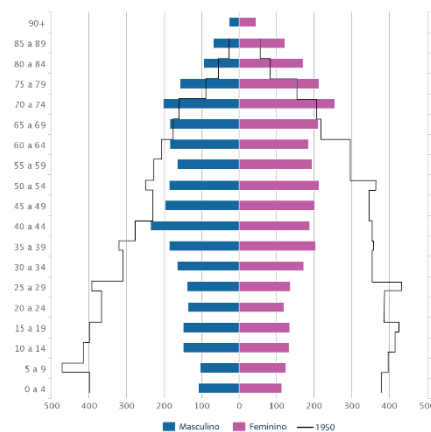


Figura 11. Pirâmide etária da população residente em 1950 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

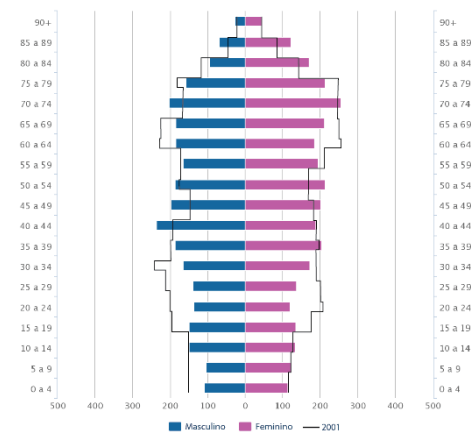


Figura 12. Pirâmide etária da população residente em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 9. População residente segundo os grupos etários em 1950, 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

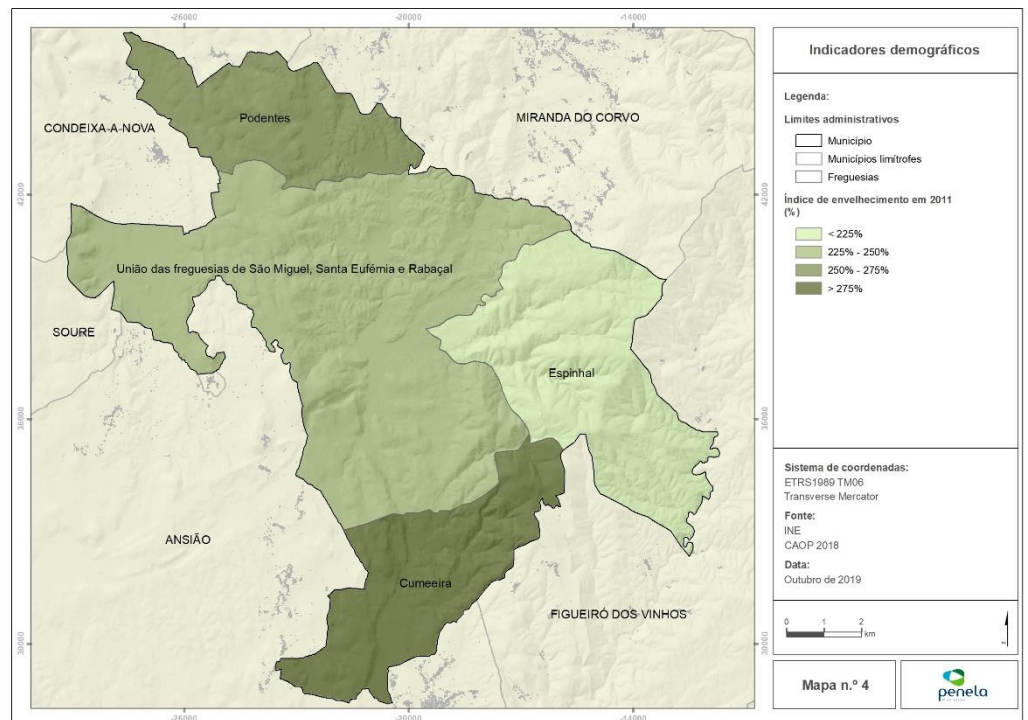
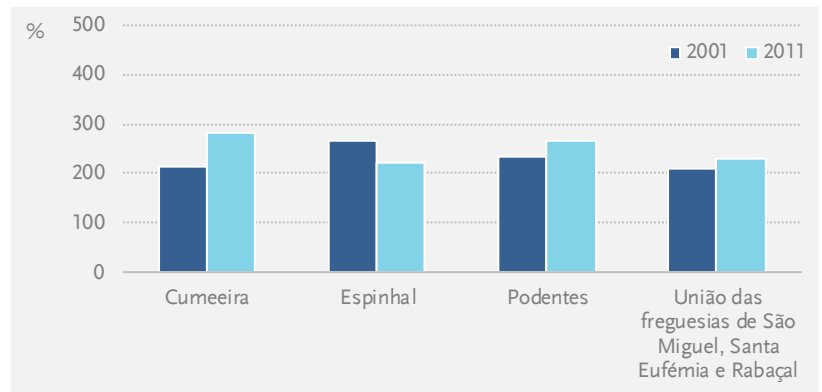
Grupo etário	1950			2001			2011		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
0-4 anos	401	380	781	152	117	269	107	114	221
5-9 anos	473	398	871	152	123	275	103	125	228
10-14 anos	418	416	834	151	128	279	150	132	282
15-19 anos	400	427	827	198	176	374	150	134	284
20-24 anos	370	388	758	201	209	410	136	121	257
25-29 anos	394	436	830	214	204	418	138	137	275
30-34 anos	310	354	664	242	191	433	165	173	338
35-39 anos	321	358	679	199	200	399	187	204	391
40-44 anos	280	355	635	194	191	385	237	189	426
45-49 anos	232	347	579	149	185	334	197	202	399
50-54 anos	252	365	617	177	171	348	186	213	399
55-59 anos	231	298	529	174	214	388	165	195	360
60-64 anos	209	298	507	228	258	486	184	185	369
65-69 anos	176	219	395	226	254	480	184	212	396
70-74 anos	161	207	368	168	248	416	203	255	458
75-79 anos	91	156	247	182	248	430	158	213	371
80-84 anos	57	84	141	119	146	265	95	170	265
≥85 anos	29	56	85	71	134	205	96	168	264
Total	4805	5542	10347	3197	3397	6594	2841	3142	5983

Índice de envelhecimento

Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (por cada 100 jovens existem x idosos).

Os valores do índice de envelhecimento confirmam o cenário de envelhecimento da população, o que quer dizer que ocorreu um aumento do peso dos idosos em relação aos jovens. Efetivamente, entre 2001 e 2011 observou-se um acréscimo de 21,72%, passando de 218,23% para 239,95% (Figura 13, mapa 4 e quadro 10). Isto significa que para cada 100 jovens existiam aproximadamente 218 e 240 idosos em 2001 e 2011, respetivamente. Considerando que no contexto da CIM Região de Coimbra esta relação era de 139,26% em 2001 e 176,68% em 2011, que no quadro da Região Centro era de 129,60% em 2001 e 163,43% em 2011 e que em termos nacionais era de 102,23% em 2001 e 127,84% em 2011, tratam-se de valores bastante relevantes, evidenciando que também neste indicador o município apresenta mais uma vez uma posição desfavorável.

Figura 13. Índice de envelhecimento por freguesia em 2001 e 2011.



Mapa 4. Índice de envelhecimento por freguesia em 2011.

Quadro 10. Índice de envelhecimento e índice de dependência em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	Índice de envelhecimento		Índice de dependência					
			Total		Jovens		Idosos	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
	(%)							
Cumeeira	212,88	280,17	66,84	69,89	21,36	18,38	45,48	51,51
Espinhhal	264,22	223,36	79,72	80,65	21,89	24,94	57,83	55,71
Podentes	231,75	264,81	55,73	68,40	16,80	18,75	38,93	49,65
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	207,99	230,62	64,26	69,81	20,86	21,12	43,39	48,70
Penela	218,23	239,95	65,89	71,04	20,70	20,90	45,18	50,14
Região de Coimbra	139,26	176,68	50,60	55,38	21,15	20,02	29,45	35,37
Centro	129,60	163,43	52,56	56,57	22,89	21,47	29,67	35,09
Portugal	102,23	127,84	47,82	51,33	23,65	22,53	24,17	28,80

Considerando os valores por freguesia em 2011, destacam-se duas freguesias, por apresentarem resultados mais expressivos e preocupantes, nomeadamente Cumeeira (280,17%) e Podentes (264,81%). Por sua vez, as freguesias do Espinhhal (223,36%) e da UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal (230,62%), caracterizadas pelo seu maior grau de urbanidade, registam os resultados menos significativos, ainda que igualmente alarmantes. Numa referência à última década, de salientar o comportamento da freguesia do Espinhhal, única a verificar um decréscimo do índice de envelhecimento, passando da freguesia mais envelhecida em 2001 (264,22%) para a menos envelhecida em 2011 (223,36%). Analisando as restantes três freguesias, constata-se que o aumento mais pronunciado ocorreu na freguesia da Cumeeira (67,29%), que passou de 212,88% em 2001 para 280,17% em 2011. Por oposição, o acréscimo menos evidente observou-se na UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal (22,62%), que passou de 207,99% em 2001 para 230,62% em 2011, seguida, com valores muito próximos, da freguesia de Podentes (33,07%), que passou de 231,75% em 2001 para 264,81% em 2011.

Contrapondo o ano de 2011 com o ano de 2020, percebe-se um claro agravamento do envelhecimento da população, que passou de 239,95% para 282,70%. Isto significa que em 2020 existiam sensivelmente mais 43 idosos por cada 100 jovens.

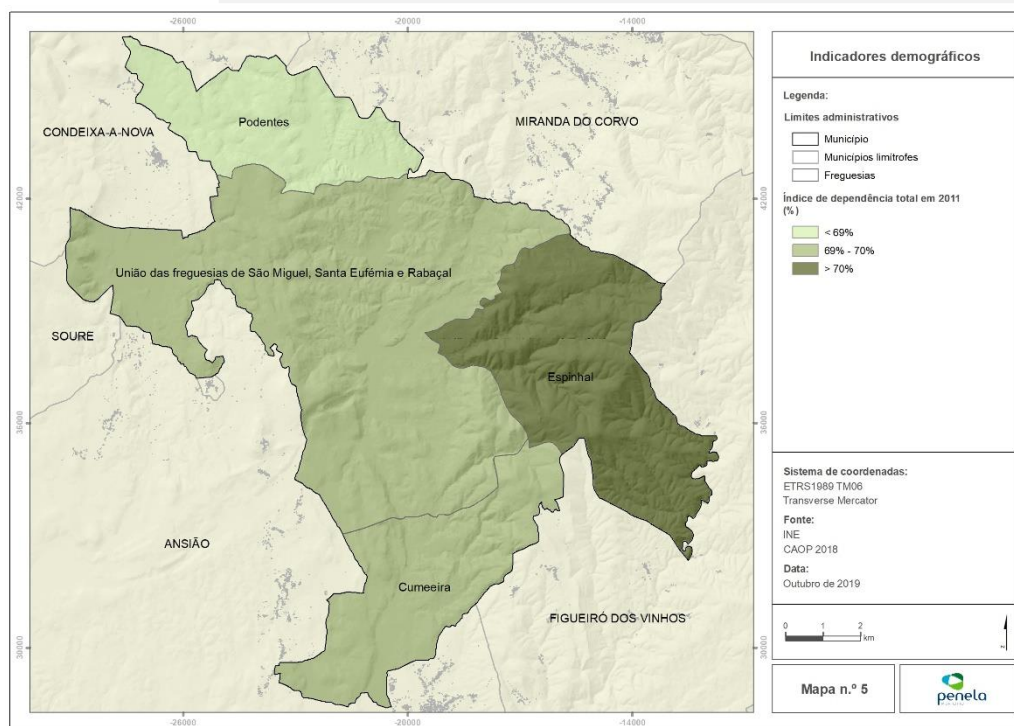
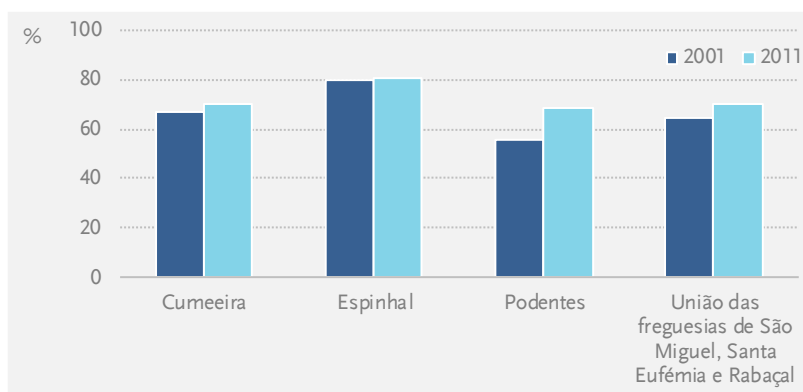
Índice de dependência total

Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (por cada 100 potencialmente ativos existiam x jovens e idosos).

A leitura dos resultados do índice de dependência total corrobora esta realidade e a necessidade de a debater (Figura 14 e mapa 5). Entre 2001 e 2011 ocorreu um aumento de 5,15% (de 65,89% para 71,04%), o que significa que se verificou um acréscimo da importância dos não ativos para os ativos. Quer isto dizer que para cada 100 indivíduos potencialmente ativos em 2001 e 2011 existiam cerca de 66 e 71 não ativos, respetivamente. Esta evolução encontra-se em sintonia com a registada na CIM Região de Coimbra (de 50,60% em 2001 para 55,38% em 2011), na Região Centro (de 52,56% em 2001 para 56,57% em 2011) e no país (de 47,82% em 2001 para 51,33% em 2011).

Figura 14. Índice de dependência total por freguesia em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Mapa 5. Índice de dependência total por freguesia em 2011.

Observando agora os valores por freguesia para o ano mais recente, consta-se que é na freguesia do Espinhal (80,65%) onde o peso dos dependentes sobre os ativos é maior. Nas freguesias da Cumeeira (69,89%), da UF de São Miguel, Santa

Eufémia e Rabaçal (69,81%) e de Podentes (68,40%) o esforço da sociedade sobre a população ativa é menor, ainda que significativo. Entre 2001 e 2011 todas as freguesias verificaram um aumento dos valores do índice de dependência total.

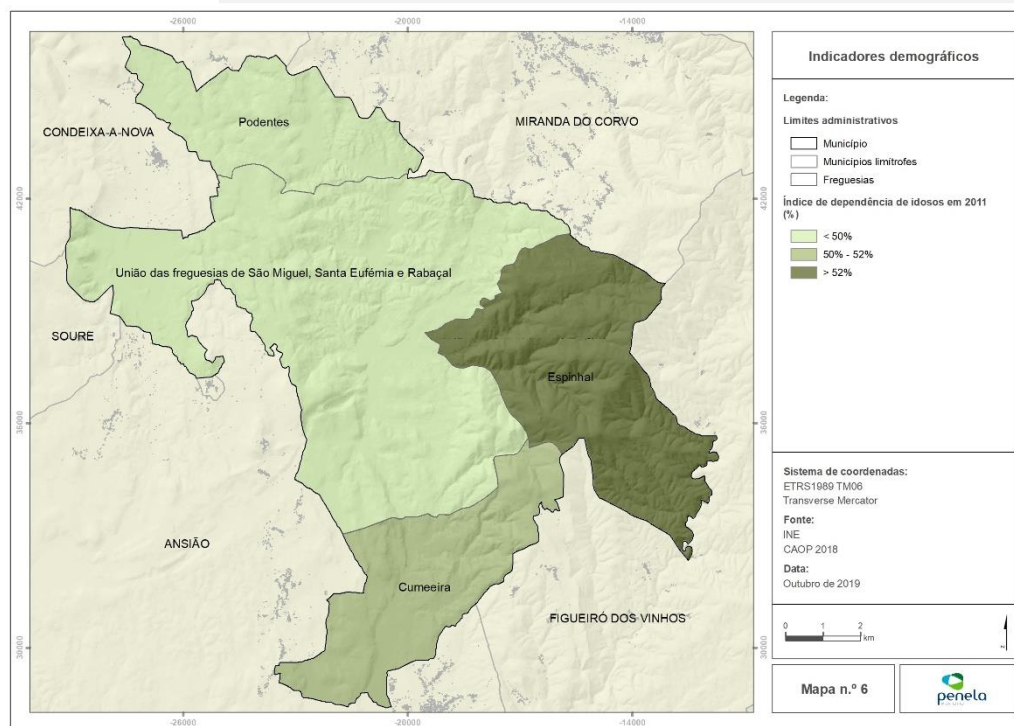
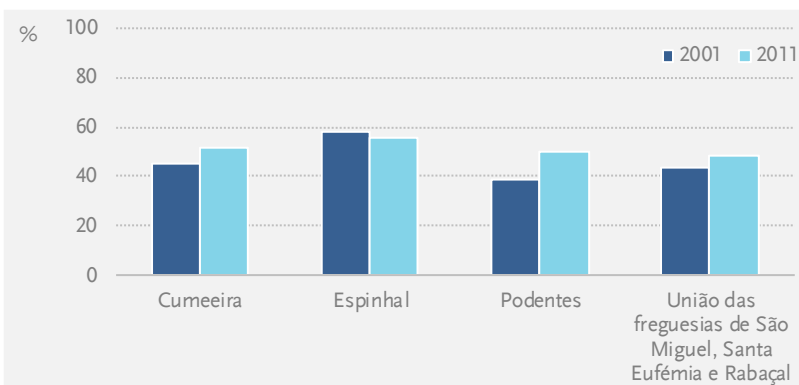
O agravamento do índice de dependência total resulta do aumento do índice de dependência de idosos, que registou um crescimento de 4,96% na última década, passando de 45,18% para 50,14% (Figura 15 e mapa 6). Em 2011 o peso dos idosos sobre a população ativa é mais vincado na freguesia do Espinhal (55,71%) e menos vincado na UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal (48,70%). Com valores intermédios surgem as freguesias da Cumeeira (51,51%) e de Podentes (49,65%). Entre 2001 e 2011 todas as freguesias observaram um incremento dos valores do índice de dependência de idosos, com exceção da freguesia do Espinhal, que verificou um decréscimo (de 57,83% para 55,71%).

Índice de dependência de idosos

Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (por cada 100 potencialmente ativos existiam x idosos).

Figura 15. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Mapa 6. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2011.

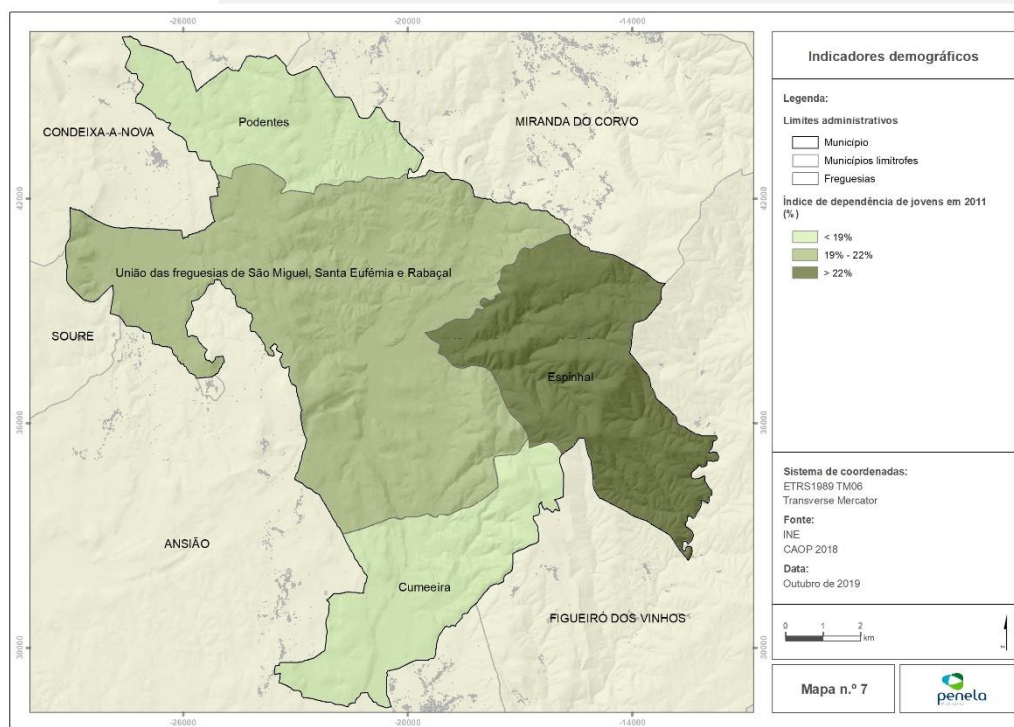
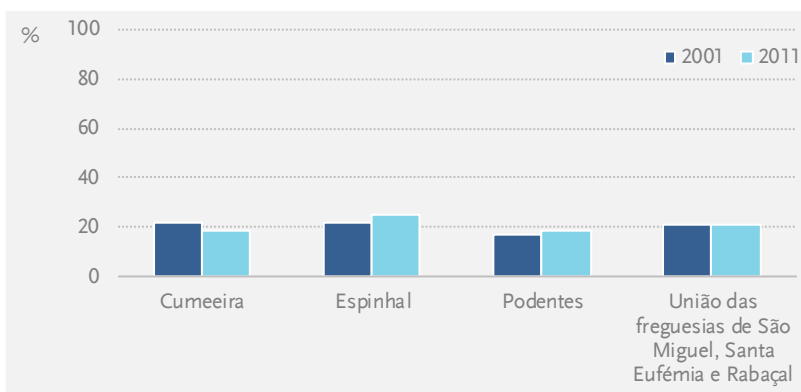
Índice de dependência de jovens

Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (por cada 100 potencialmente ativos existiam x jovens).

Por sua vez, o índice de dependência de jovens manteve-se praticamente inalterado, passando de 20,70% em 2001 para 20,90% em 2011 (Figura 16 e mapa 7). Em 2011 o peso dos jovens sobre a população ativa é mais visível nas freguesias do Espinhal (24,94%) e da UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal (21,12%), que apresentam uma matriz mais urbana, e menos visível nas freguesias da Cumeeira (18,38%) e de Podentes (18,75%). Na última década todas as freguesias registaram um aumento do índice de dependência de jovens, com exceção da freguesia da Cumeeira, onde se verificou um decréscimo, passando de 21,36% para 18,38%.

Figura 16. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Mapa 7. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2011.

Confrontando o ano de 2011 com o ano de 2020, constatou-se uma diminuição do índice de dependência, embora pouco significativa (de 71,04% para 65,09% no

índice de dependência total, de 20,90% para 17,01% no índice de dependência de jovens e de 50,14% para 48,08% no índice de dependência de idosos).

Em síntese, o município de Penela tem envelhecido, existindo cada vez menos jovens e ativos e cada vez mais idosos e não ativos. Este envelhecimento populacional, que é comum à generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, onde representa um dos fenómenos demográficos mais preocupantes, está relacionado com a mudança de mentalidades, que se reflete na diminuição do número de filhos por casal, mas também com a procura de melhores condições de vida por parte da população ativa jovem e em idade de procriar, que migra para os espaços urbanos próximos, para as duas grandes metrópoles nacionais ou para o estrangeiro. Mas este fenómeno é também o resultado de um notável progresso social, em muito resultante da melhoria das condições de vida, que prolongou a esperança média de vida. Esta melhoria das condições de vida encontra-se diretamente relacionada com a alteração dos hábitos alimentares, de prática de atividade física e outros, com os progressos na medicina e com o sucesso das políticas públicas de saúde (melhoria da assistência médica) e de proteção social (alargamento dos sistemas de apoio).

Trata-se, assim, de um fenómeno controverso. O grande problema associado não é o aumento da esperança média de vida, mas o decréscimo dos nascimentos, pois se estes se mantivessem em valores equilibrados, estaríamos apenas perante uma sociedade de pessoas que vivem mais tempo e não de uma sociedade envelhecida. Neste caso haveria apenas que adaptar a sociedade a uma nova, mas boa, realidade, resultado do desenvolvimento económico e social. Mas não é isto que acontece e, na verdade, estamos perante um fenómeno de duplo envelhecimento populacional.

Este fenómeno tem marcadamente reflexos de âmbito socioeconómico com impacto no desenho das políticas públicas, sendo claro que as políticas públicas de sustentabilidade e ação social tenderão a ter mais peso nas estratégias de desenvolvimento dos territórios no futuro, e na adoção de novos estilos de vida, onde deverão ocorrer alterações de índole individual conducentes a um envelhecimento ativo e saudável.

Sendo bem conhecidos os efeitos dramáticos do envelhecimento populacional e reconhecendo a necessidade de inverter esta preocupante tendência demográfica, urge definir políticas públicas ativas e eficazes no que diz respeito à evolução da população residente.

2.2. Tendências evolutivas: de 2011 a 2031

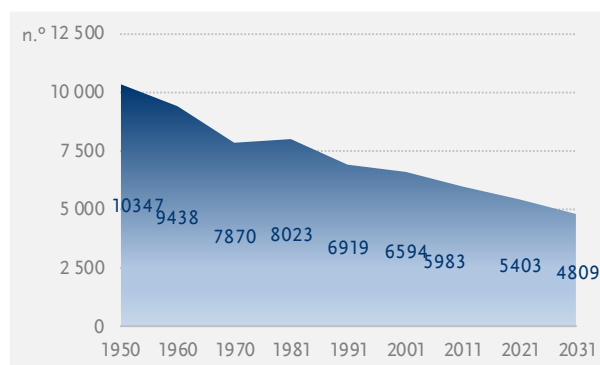
Estando já descrito o comportamento demográfico do último período intercensitário e das décadas antecedentes e as suas principais implicações do ponto de vista da organização dos equipamentos, importa agora conhecer as tendências de evolução da população residente no horizonte temporal dos próximos 20 anos do século XXI. Para a elaboração das projeções demográficas de longo prazo utilizou-se o método das componentes por *coortes*, tendo-se optado por considerar apenas a dinâmica natural (nascimentos e óbitos).

2.2.1. População residente

A análise dos resultados indica a diminuição da população residente no município de Penela nas próximas duas décadas do século XXI (Figura 17 e quadro 11). Com efeito, tendo por referência a população residente em 2011 (5983 habitantes), Penela terá -1174 pessoas em 2031, valor correspondente a -19,62%. Por década este crescimento negativo traduz-se num decréscimo populacional de -580 indivíduos em 2021, que representa -9,69% (para 5403 habitantes), e de -594 pessoas em 2031, que equivale a -10,99% (para 4809 indivíduos).

Figura 17. População residente entre 1950 e 2031.

Fonte: www.ine.pt.



Quadro 11. População residente entre 1950 e 2031.

Fonte: www.ine.pt.

Anos	População residente		Variação populacional	
	(n.º)	(n.º)	(n.º)	(%)
1950	10347	–	–	–
1960	9438	-909	-8,79	
1970	7870	-1568	-16,61	
1981	8023	153	1,94	
1991	6919	-1104	-13,76	
2001	6594	-325	-4,70	
2011	5983	-611	-9,27	
2021	5403	-580	-9,69	
2031	4809	-594	-10,99	

2.2.2. Natalidade

A consideração das projeções da população residente a 2031 permite compreender parte da amplitude e complexidade das alterações demográficas previstas. Mas, no contexto da organização dos equipamentos no território, é também importante analisar os nados-vivos projetados. A observação do comportamento desta variável é fundamental para que se possa prospetivar quais serão os volumes de população residente para os diferentes grupos etários, mesmo não se considerando o efeito resultante da presença de populações imigrantes e a diferente taxa de fecundidade.

A evolução projetada do número de nados-vivos no município de Penela evidencia desde logo uma quebra contínua, mas pouco expressiva, em relação aos valores de 2011 (37 nascimentos), esperando-se 35 nascimentos em 2021 e 34 nascimentos em 2031 (Quadro 12).

Quadro 12. Natalidade entre 2011 e 2031.

Fonte: www.ine.pt.

Anos	Natalidade (n.º)
2011	37
2021	35
2031	34

Por sua vez, prevê-se que a taxa de natalidade no município de Penela passe de 6,18‰ em 2011, para 6,48‰ em 2021 e para 7,07‰ em 2031 (Quadro 13).

Quadro 13. Taxa de natalidade entre 2011 e 2031.

Fonte: www.ine.pt.

Anos	Taxa de natalidade (‰)
2011	6,18
2021	6,48
2031	7,07

2.2.3. Envelhecimento e dependência

No quadro da organização dos equipamentos no território é ainda indispensável analisar a evolução da população prevista por grupo etário. A consideração do envelhecimento e dependência, ao permitir identificar o volume e as características da população e, conseqüentemente, as suas necessidades específicas, é determinante para a definição da política de investimento do município, quer na vertente quantitativa (localização, dimensão, número e capacidade), mas sobretudo na vertente qualitativa (tipologia).

Os resultados do índice de envelhecimento para o município de Penela espelham um aumento deste indicador entre 2011 e 2031, passando de 239,95% em 2011 para 270,87% em 2021 e 291,74% em 2031 (Quadro 14). Isto significa que para cada 100 jovens existirão, em 2021 e em 2031, 271 e 292 idosos, respetivamente.

Quadro 14. Índice de envelhecimento e índice de dependência entre 2011 e 2031.

Fonte: www.ine.pt

Anos	Índice de envelhecimento	Índice de dependência total (%)
2011	239,95	71,04
2021	270,87	102,63
2031	291,74	104,60

Relativamente ao índice de dependência total projeta-se igualmente um aumento dos valores no município de Penela a partir de 2011, atingindo o valor de 102,63% em 2021 e de 104,60% em 2031, quando em 2011 o valor era de 71,04%.

3. Dinâmica socioeconómica

O conhecimento rigoroso e detalhado da dinâmica socioeconómica de um município é primordial num processo de planeamento territorial estratégico, não só porque permite um melhor entendimento da sua base económica real, mas sobretudo porque possibilita detetar as suas principais vocações territoriais, contribuindo para a compreensão do seu posicionamento face aos desafios atuais em termos de qualificação e competitividade territorial e da sua capacidade de criação de emprego e riqueza, essenciais para a qualidade de vida das populações.

É neste contexto que a caracterização da atividade, emprego e mercado de trabalho, do desemprego e das condições de vida no município de Penela se assume como fundamental, pois é esse conhecimento que permitirá suportar a tomada de decisão no âmbito da educação e formação e criar as bases para um processo de desenvolvimento que se pretende sustentável.

3.1. Atividade, emprego e mercado de trabalho

População ativa

População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

No que diz respeito à caracterização da população ativa no município de Penela em 2011 (Figura 18 e quadro 15), em termos globais contabiliza-se um total de 2365 ativos, dos quais 1270 são homens (53,70%) e 1095 são mulheres (46,30%). Por freguesia, tal como seria expetável, é a UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal que apresenta os maiores quantitativos populacionais (1448 ativos), seguindo-se, ainda que com valores claramente distanciados, Cumeeira (433 ativos), Espinhal (284 ativos) e Podentes (200 ativos). De referir o facto de todas as freguesias apresentarem valores mais elevados no sexo masculino. Relativamente à distribuição da população ativa segundo o grupo etário (Figura 19), é notório o predomínio do grupo etário dos 40 aos 54 anos (41,95%), seguindo-se o grupo etário dos 25 aos 39 anos (38,31%). Com valores inferiores surgem os grupos etários dos 55 ou mais anos (13,36%) e dos 15 aos 24 anos (6,38%). Esta tendência é visível em todas as freguesias, bem como na CIM Região de Coimbra, na Região Centro e em Portugal.

Figura 18. População ativa segundo a freguesia e sexo em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

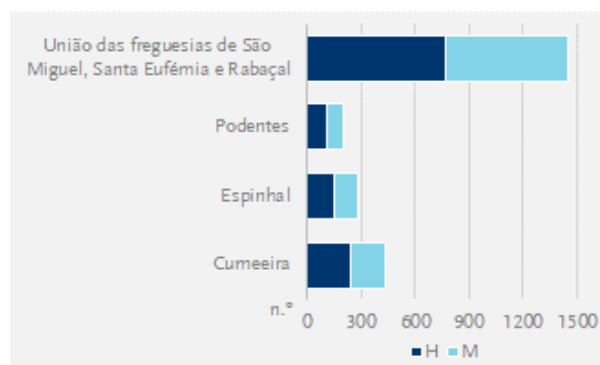
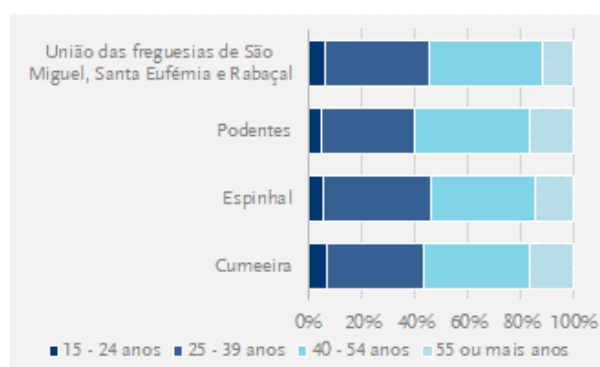


Figura 19. População ativa segundo a freguesia e grupo etário em 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Taxa de atividade

Taxa que permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

A taxa de atividade no município de Penela era de 45,03% no ano de 2011 (Quadro 16), sendo inferior à da CIM Região de Coimbra (52,50%), da Região Centro (52,60%) e de Portugal (55,90%). O sexo masculino apresenta uma taxa de atividade superior (51,19%) comparativamente ao sexo feminino (39,52%). Apesar da

evolução demográfica negativa, entre 2001 e 2011 o território municipal registou um aumento dos valores da taxa de atividade (de 44,22% para 45,03%).

Quadro 15. População ativa segundo o sexo e grupo etário em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	Sexo			Grupo etário				Total
	H	M	HM	15-24 anos (n.º)	25-39 anos	40-54 anos	≥55 anos	
Cumeeira	241	192	433	31	157	174	71	433
Espinhhal	152	132	284	15	117	111	41	284
Podentes	109	91	200	10	70	87	33	200
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	768	680	1448	95	562	620	171	1448
Penela	1270	1095	2365	151	906	992	316	2365
Região de Coimbra	107835	102766	210601	14668	83147	82457	30329	210601
Centro	553200	503025	1056225	83916	413511	407565	151233	1056225
Portugal	2603574	2419793	5023367	431722	2020204	1884609	686832	5023367

Quadro 16. Taxa de atividade segundo o sexo em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	H	M	HM
	(%)		
Cumeeira	54,04	37,65	45,29
Espinhhal	49,19	36,77	42,51
Podentes	52,91	40,44	46,40
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	50,53	40,55	45,29
Penela	51,19	39,52	45,03
Região de Coimbra	57,50	48,20	52,50
Centro	58,40	47,40	52,60
Portugal	61,40	51,00	55,90

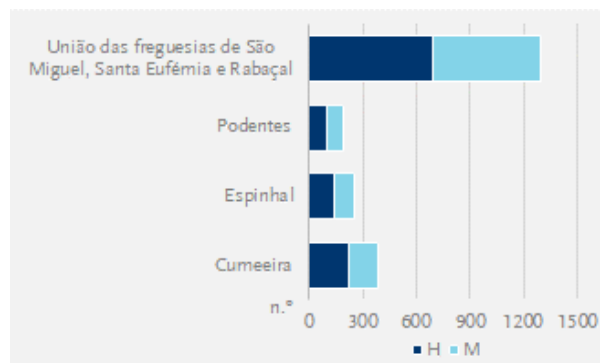
Empregado

Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: 1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; 2) tinha uma ligação formal a um emprego mas não estava temporariamente ao serviço; 3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; 4) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Por sua vez, em 2011 existiam 2128 indivíduos empregados em Penela (Figura 20 e quadro 17), 1152 homens (54,14%) e 976 mulheres (45,86%). Em termos de distribuição territorial, concentram-se na UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal (1300 empregados), repartindo-se os restantes pelas freguesias da Cumeeira (391 empregados), Espinhal (248 empregados) e Podentes (189 empregados). De salientar o facto de todas as freguesias registarem valores superiores no sexo masculino. No que respeita à caracterização da população empregada por grupo etário (Figura 21), constata-se, à semelhança da população ativa, a preponderância do grupo etário dos 40 aos 54 anos (42,58%), seguindo-se o grupo etário dos 25 aos 39 anos (39,24%). Com valores inferiores surgem os grupos etários dos 55 ou mais anos (12,36%) e dos 15 aos 24 anos (5,83%). A realidade descrita é comum a todas as freguesias, bem como à CIM Região de Coimbra, à Região Centro e a Portugal.

Figura 20. População empregada segundo a freguesia e sexo em 2011.

Fonte: www.ine.pt.



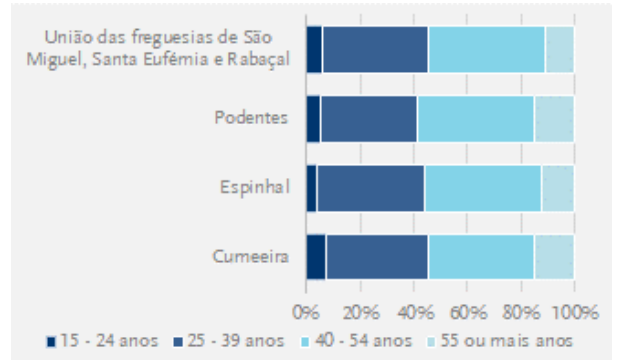
Quadro 17. População empregada segundo o sexo e grupo etário em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	Sexo			Grupo etário				Total
	H	M	HM	15-24 anos	25-39 anos	40-54 anos	≥55 anos	
	(n.º)							
Cumeeira	225	166	391	28	150	155	58	391
Espinhal	136	112	248	10	100	107	31	248
Podentes	103	86	189	10	68	83	28	189
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	688	612	1300	76	517	561	146	1300
Penela	1152	976	2128	124	835	906	263	2128
Região de Coimbra	97178	91788	188966	10871	74918	75676	27501	188966
Centro	497941	442270	940211	62998	371319	370334	135560	940211
Portugal	2275974	2085213	4361187	311146	1782781	1665787	601473	4361187

Figura 21. População empregada segundo a freguesia e grupo etário em 2011.

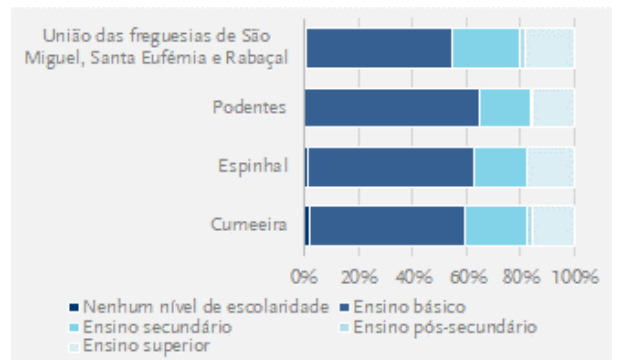
Fonte: www.ine.pt.



Numa referência ao perfil dos empregados no município de Penela em 2011 (Figura 22 e quadro 18), a maioria apresenta apenas o ensino básico como nível de escolaridade mais elevado completo (56,53%). Com este valor Penela revela um nível habilitacional inferior ao registado na CIM Região de Coimbra (45,44%), na Região Centro (49,73%) e em Portugal (47,27%), onde a percentagem de trabalhadores com o ensino básico é menor. Com o ensino secundário surgem 23,59% dos empregados, valor ligeiramente superior ao verificado na CIM Região de Coimbra (23,39%), mas inferior ao observado na Região Centro (24,56%) e em Portugal (24,56%). Por último, apenas 17,34% dos empregados possui habilitações de nível superior, valor inferior ao registado na CIM Região de Coimbra (29,22%), na Região Centro (23,48%) e em Portugal (25,75%), confirmando a menor qualificação escolar dos trabalhadores em Penela. A população empregada nas restantes categorias é residual.

Figura 22. População empregada segundo a freguesia e nível de escolaridade em 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Atividade económica

A atividade económica inclui a agricultura, a indústria transformadora, a construção e obras públicas, o comércio e outros ramos de atividade em que se podem agrupar quem produz o mesmo tipo de bens e de serviços. É frequente agrupar as atividades económicas em três grandes setores: 1. Primário, incluindo agricultura, floresta, caça, pesca e extração mineral; 2. Secundário, incluindo indústria transformadora e construção; e 3. Terciário, incluindo os serviços, tais como comércio, transportes, administração pública, educação ou saúde.

Olhando para a repartição da população empregada por setor de atividade económica em 2011 (Figura 23 e quadro 19), é de sublinhar a importância que as atividades relacionadas com o setor terciário têm no município de Penela, que representa 68,89%, sendo que não se encontram diferenças significativas entre o terciário de natureza social (51,23%) e o relacionado com a atividade económica

(48,77%). Trata-se de um valor superior ao observado na Região Centro (66,20%), mas inferior ao registado na CIM Região de Coimbra (72,34%) e em Portugal (70,46%). O setor secundário corresponde a 28,76%, valor superior ao observado na CIM Região de Coimbra (24,88%) e em Portugal (26,48%), mas inferior ao registado na Região Centro (30,08%). Por último, os empregados no setor primário equivalem a apenas 2,35%, valor inferior ao apresentado na CIM Região de Coimbra (2,78%), na Região Centro (3,72%) e em Portugal (3,06%).

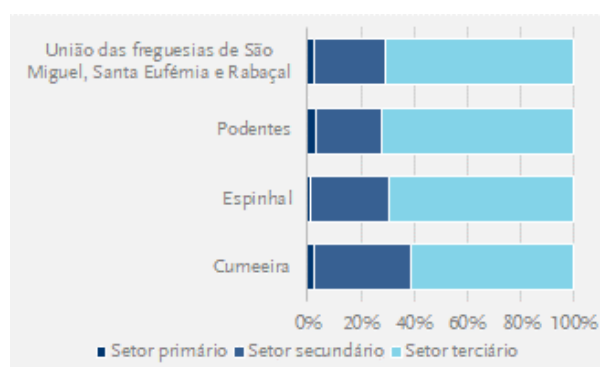
Quadro 18. População empregada segundo o nível de escolaridade em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	Nenhum nível de escolaridade	Ensino básico	Ensino secundário (n.º)	Ensino pós-secundário	Ensino superior	Total
Cumeeira	7	226	88	8	62	391
Espinhhal	3	152	49	1	43	248
Podentes	0	122	36	2	29	189
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	7	703	329	26	235	1300
Penela	17	1203	502	37	369	2128
Região de Coimbra	1433	85862	44196	2254	55221	188966
Centro	8141	467546	230907	12858	220759	940211
Portugal	45428	2061496	1070989	60442	1122832	4361187

Figura 23. População empregada segundo a freguesia e setor de atividade económica em 2011.

Fonte: www.ine.pt.



A leitura da estrutura da população empregada segundo a situação na profissão, os níveis de qualificação e os grupos de profissões em 2011 permite ampliar o conhecimento da socioeconomia do território. Relativamente à situação na profissão (Quadro 20), predomina o conjunto de trabalhadores por conta de outrem (79,18%),

seguindo-se os empregadores (11,33%) e os trabalhadores por conta própria (7,47%). Tratam-se de valores semelhantes ao observado nas freguesias e nas unidades territoriais de referência.

Quadro 19. População empregada segundo o setor de atividade económica em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	Primário	Secundário	Total	Terciário		Total
				De natureza social (n.º)	Relacionados com a atividade económica	
Cumeeira	10	141	240	93	147	391
Espinhhal	3	73	172	88	84	248
Podentes	6	47	136	75	61	189
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	31	351	918	495	423	1300
Penela	50	612	1466	751	715	2128
Região de Coimbra	5258	47013	136695	66718	69977	188966
Centro	35018	282800	622393	272878	349515	940211
Portugal	133386	1154709	3073092	1254273	1818819	4361187

Quadro 20. População empregada segundo a situação na profissão em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	Empregador		Trabalhador por conta própria		Trabalhador familiar não remunerado		Trabalhador por conta de outrem		Membro de uma cooperativa de produção		Outra situação		Total (n.º)
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	
Cumeeira	52	13,30	27	6,91	6	1,53	302	77,24	0	0,00	4	1,02	391
Espinhhal	27	10,89	26	10,48	2	0,81	191	77,02	0	0,00	2	0,81	248
Podentes	24	12,70	16	8,47	4	2,12	143	75,66	0	0,00	2	1,06	189
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	138	10,62	90	6,92	10	0,77	1049	80,69	1	0,08	12	0,92	1300
Penela	241	11,33	159	7,47	22	1,03	1685	79,18	1	0,05	20	0,94	2128
Região de Coimbra	18970	10,04	13157	6,96	1221	0,65	152976	80,95	75	0,04	2567	1,36	188966
Centro	102495	10,90	70539	7,50	6836	0,73	749892	79,76	420	0,04	10029	1,07	940211
Portugal	459123	10,53	286090	6,56	24130	0,55	3540336	81,18	2157	0,05	49351	1,13	4361187

Já no que diz respeito aos níveis de qualificação e grupos de profissões (Quadro 21), predomina o grupo das profissões manuais qualificadas (31,58%). Deste grupo

salientam-se os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (17,25%) e os operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (11,84%). Segue-se o grupo das profissões não manuais qualificadas (27,21%), onde sobressaem os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (20,39%). Imediatamente abaixo encontra-se o grupo das profissões não manuais altamente qualificadas (25,41%), aqui destacando-se os especialistas das atividades intelectuais e científicas (11,37%). Com valor inferior, mas ainda assim expressivo, surge o grupo das profissões elementares, que integra os trabalhadores não qualificados (15,23%). Por último, os profissionais das forças armadas são os que apresentam uma menor representatividade (0,56%). Como se constata, em termos globais evidenciam-se os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (20,39%), os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (17,25%) e os trabalhadores não qualificados (15,23%). Esta realidade é distinta da existente na CIM Região de Coimbra, na Região Centro e em Portugal, onde os especialistas das atividades intelectuais e científicas assumem relevo em detrimento dos trabalhadores não qualificados.

Quadro 21. População empregada segundo os níveis de qualificação e grupos de profissões em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Níveis de qualificação	Grupos de profissões	Penela		Região de Coimbra		Centro		Portugal	
		(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Profissões não manuais altamente qualificadas	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	130	6,11	11993	6,35	67436	7,17	320887	7,36
	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	242	11,37	34276	18,14	129069	13,73	649096	14,88
	Técnicos e profissões de nível intermédio	169	7,94	18547	9,81	91610	9,74	479732	11,00
Profissões não manuais qualificadas	Pessoal administrativo	145	6,81	15519	8,21	76875	8,18	394500	9,05
	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	434	20,39	38279	20,26	182781	19,44	857975	19,67
Profissões manuais qualificadas	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	53	2,49	4334	2,29	27246	2,90	102044	2,34
	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	367	17,25	27470	14,54	164352	17,48	685808	15,73
	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	252	11,84	12252	6,48	68364	7,27	265593	6,09
Profissões elementares	Trabalhadores não qualificados	324	15,23	25363	13,42	125599	13,36	573062	13,14
-	Profissões das forças armadas	12	0,56	933	0,49	6879	0,73	32490	0,74
Total		2128	100,00	188966	100,00	940211	100,00	4361187	100,00

Analisando as profissões com um maior grau de desagregação, importa perceber aquelas que apresentam um maior número de população empregada (Quadro 22). Os trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares (6,86%) e os motoristas de veículos pesados e de autocarros (6,44%) são as profissões que predominam. Seguem-se os vendedores em lojas (5,78%) e os trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde (5,73%). Merecem também realce os empregados de escritório em geral (4,65%), os trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios (4,61%) e outras profissões elementares (4,42%).

Quadro 22.
Profissões
com um
maior
número de
população
empregada
em 2011.

Fonte:
www.ine.pt.

Profissões	População empregada	
	(n.º)	(%)
Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares	146	6,86
Motoristas de veículos pesados e de autocarros	137	6,44
Vendedores em lojas	123	5,78
Trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde	122	5,73
Empregado de escritório em geral	99	4,65
Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	98	4,61
Outras profissões elementares	94	4,42
Operadores de equipamentos móveis	58	2,73
Professor dos ensinos básico (2º e 3º ciclos) e secundário	53	2,49
Cozinheiro	49	2,30
Mecânicos e reparadores, de máquinas e de veículos	46	2,16
Trabalhadores não qualificados da indústria transformadora	46	2,16
Pessoal dos serviços de protecção e segurança	44	2,07
Auxiliares de educadores de infância e de professores	38	1,79
Directores e gerentes, do comércio a retalho e por grosso	37	1,74
Trabalhadores de chapas metálicas, preparadores e montadores de estruturas metálicas, moldadores de metal, soldadores e trabalhadores similares	37	1,74
Técnicos de nível intermédio da área financeira e matemática	36	1,69
Trabalhadores qualificados da transformação de alimentos	36	1,69
Trabalhadores não qualificados da indústria extractiva e construção	33	1,55
Profissionais de enfermagem	32	1,50
Directores das indústrias transformadoras, extractivas, da construção, transportes e distribuição	29	1,36
Especialistas em ciências sociais e religiosas	26	1,22
Administrativos e secretários especializados	24	1,13
Pessoal de recepção e de informação a clientes	24	1,13
Professores dos ensinos básico (1º ciclo) e educadores de infância	23	1,08
Total	2128	100

Complementando a leitura anterior, os 2128 indivíduos empregados existentes no município de Penela no ano de 2011 correspondem a 89,98% da população ativa e a 35,57% da população residente (Quadros 23 e 24). Para a CIM Região de Coimbra, a Região Centro e Portugal, os valores são inferiores no caso da proporção

de população ativa (89,73%, 89,02% e 86,82%) e superiores no caso da proporção da população residente (41,07%, 40,39% e 41,29%).

Quadro 23. Proporção da população ativa que está empregada, segundo o sexo, em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	H	M	HM
	(%)		
Cumeeira	93,36	86,46	90,30
Espinhhal	89,47	84,85	87,32
Podentes	94,50	94,51	94,50
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	89,58	90,00	89,78
Penela	90,71	89,13	89,98
Região de Coimbra	90,12	89,32	89,73
Centro	90,01	87,92	89,02
Portugal	87,42	86,17	86,82

Quadro 24. Proporção da população residente que está empregada, segundo o sexo, em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	H	M	HM
	(%)		
Cumeeira	44,73	29,17	36,47
Espinhhal	38,10	26,79	32,00
Podentes	43,83	34,40	38,97
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	39,40	32,13	35,61
Penela	40,55	31,06	35,57
Região de Coimbra	44,62	37,88	41,07
Centro	44,81	36,36	40,39
Portugal	45,10	37,81	41,29

Taxa de emprego

Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

A taxa de emprego total no município de Penela, após ter verificado um ligeiro aumento entre 1981 e 2001 (de 38% para 42%), na última década inverteu a tendência, passando a ser de 40,5% (Figuras 24 e 25 e quadro 25). O aumento entre

1981 e 2001 deve-se ao forte acréscimo da taxa de emprego no sexo feminino nesse período (de 13,9% para 32,8%), sendo que, embora a dinâmica positiva se mantenha na última década (de 32,8% para 35,2%), ainda que menos expressiva, já não é suficiente para compensar o decréscimo da taxa de emprego no sexo masculino, mais significativo entre 1981 e 2001 (de 66,7% para 52,3%) e menos na última década (de 52,3% para 46,4%). Ainda assim, de salientar que durante todo o período em análise o sexo masculino observa sempre uma taxa de emprego bastante superior à registada no sexo feminino. Estes valores apresentam-se inferiores ao observado na CIM Região de Coimbra, na Região Centro e em Portugal.

Figura 24. Evolução da taxa de emprego entre 1981 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

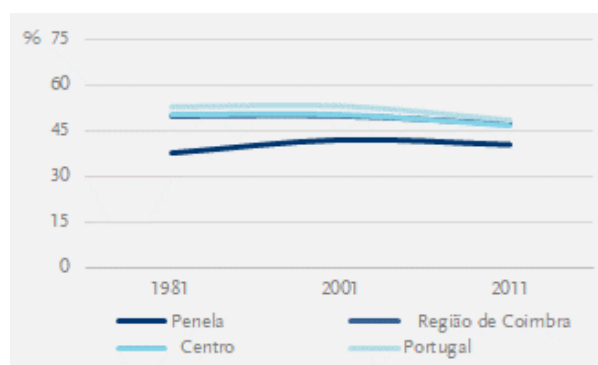
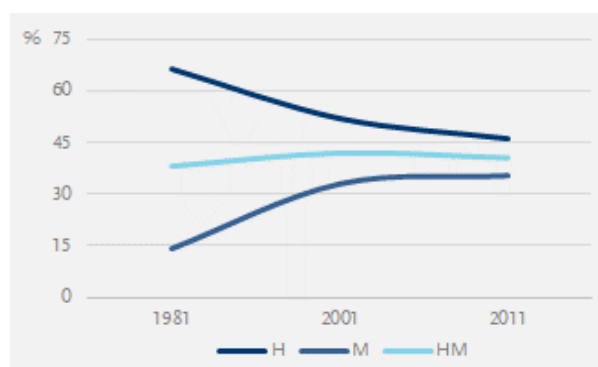


Figura 25. Evolução da taxa de emprego, segundo o sexo, entre 1981 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Quadro 25. Taxa de emprego, segundo o sexo, entre 1981 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	H			M			HM		
	1981	2001	2011	1981	2001	2011	1981	2001	2011
Penela	66,7	52,3	46,4	13,9	32,8	35,2	38,0	42,0	40,5
Região de Coimbra	71,3	59,0	51,8	31,6	42,3	43,0	50,0	50,1	47,1
Centro	72,9	60,4	52,5	30,2	41,3	41,7	50,4	50,4	46,8
Portugal	75,0	62,6	53,6	33,7	45,1	43,9	53,2	53,5	48,5

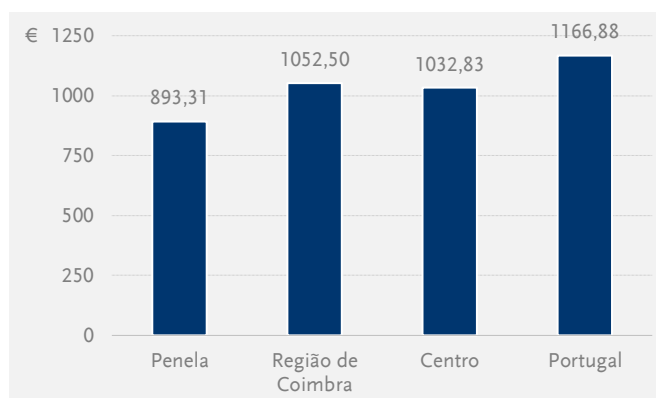
Ganho mensal

Montante que o empregado recebe de facto todos os meses. Para além da remuneração de base, inclui outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios.

O ganho médio mensal no município de Penela em 2018 era de 893,31€ (Figura 26 e quadro 26). Com este valor Penela apresenta-se numa posição desfavorável, uma vez que o salário médio mensal é inferior ao da CIM Região de Coimbra (1052,50€), da Região Centro (1032,83€) e de Portugal (1166,88€). A diferença é superior em relação a Portugal (-273,57€) e inferior em relação à Região Centro (-139,52€).

Figura 26. Ganho médio mensal em 2018.

Fonte: www.ine.pt.



Quadro 26. Ganho médio mensal, segundo o sexo, em 2018.

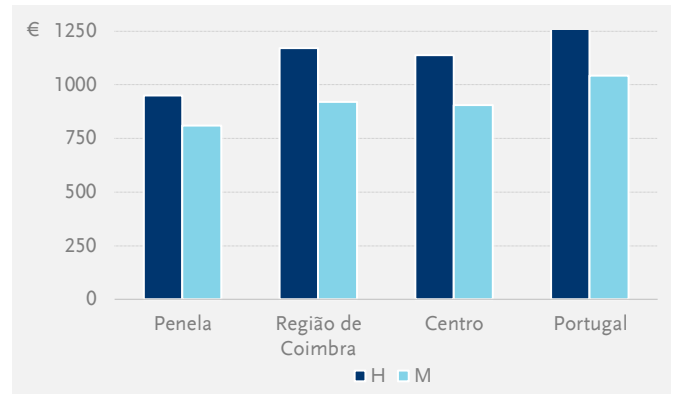
Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	Ganho médio mensal				Diferença salarial face às unidades territoriais de referência		
	H	M	HM	Disparidade salarial (€)	H	M	HM
Penela	951,54	810,06	893,31	141,48	-	-	-
Região de Coimbra	1170,36	919,95	1052,50	250,41	-218,82	-109,89	-159,19
Centro	1138,02	905,83	1032,83	232,19	-186,48	-95,77	-139,52
Portugal	1269,60	1044,31	1166,88	225,29	-318,06	-234,25	-273,57

O ganho médio mensal varia em função do género, das atividades económicas e das habilitações literárias. No que diz respeito ao género, constata-se que o diferencial salarial entre homens e mulheres assume-se desfavorável às mulheres em todas as unidades territoriais de referência (Figura 27). Com efeito, e olhando apenas para Penela, o vencimento médio mensal nos homens é de 951,54€ e nas mulheres é de 810,06€, o que se traduz numa disparidade salarial de 141,48€, valor inferior à registada na CIM Região de Coimbra (250,41€), na Região Centro (232,19€) e em Portugal (225,29€).

Figura 27. Ganho médio mensal, segundo o sexo, em 2018.

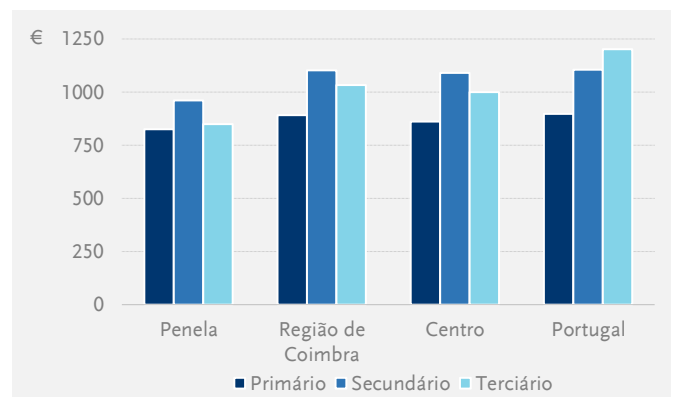
Fonte: www.ine.pt.



Relativamente ao setor de atividade económica (Figura 28 e quadro 27), em Penela o setor secundário é aquele que apresenta um ganho médio mensal superior, com 960,56€, valor inferior ao auferido na CIM Região de Coimbra (-141,02€), na Região Centro (-130,60€) e em Portugal (-144,54€). Em seguida encontra-se o setor terciário, que, com um rendimento médio mensal de 850,52€, é onde a desigualdade em relação às unidades territoriais de referência é maior (-182,69€ na CIM Região de Coimbra, -150,10€ na Região Centro e -352,85€ em Portugal). Em último lugar surge o setor primário, com 824,67€ de remuneração média mensal, menos 66,55€ que na CIM Região de Coimbra, 35,57€ que na Região Centro e 72,03€ que em Portugal. Como se observa, o município de Penela regista ordenados inferiores em todos os setores de atividade económica. De referir que na totalidade das unidades espaciais consideradas o setor primário aparece sempre em último lugar, sendo que na CIM Região de Coimbra e na Região Centro é o setor secundário que ocupa o primeiro lugar, enquanto em Portugal este é substituído pelo setor terciário, que se destaca claramente.

Figura 28. Ganho médio mensal, segundo o setor de atividade económica, em 2018.

Fonte: www.ine.pt.



Quadro 27. Ganho médio mensal, segundo o setor de atividade económica, em 2018.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	Ganho médio mensal			Diferença salarial face às unidades territoriais de referência		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
Penela	824,67	960,56	850,52	-	-	-
Região de Coimbra	891,22	1101,58	1033,21	-66,55	-141,02	-182,69
Centro	860,24	1091,16	1000,62	-35,57	-130,60	-150,10
Portugal	896,70	1105,10	1203,37	-72,03	-144,54	-352,85

Quanto às habilitações literárias, e tal como acontece na generalidade dos territórios portugueses, em Penela o ganho médio mensal dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais elevados (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento) é superior relativamente ao dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais baixos (Quadros 28 e 29). Numa referência aos valores para este território, observa-se que os licenciados ganham, em média, mais 349,01€ do que as pessoas com o 1.º CEB, mais 361,74€ do que as pessoas que possuem o 3.º CEB e mais 367,01€ do que as pessoas que detêm o ensino secundário. Atendendo a esta realidade, poder-se-á concluir que embora se verifiquem cada vez maiores dificuldades no ingresso dos licenciados no mercado de trabalho, a frequência do ensino superior influencia, decisiva e positivamente, a remuneração dos diferentes profissionais. Com exceção do 1.º CEB, e apenas em relação à CIM Região de Coimbra, nos restantes níveis de ensino a média salarial praticada no município de Penela é inferior à praticada em todas as unidades territoriais de referência, diferencial que explica em grande medida a baixa atratividade na fixação de mão-de-obra qualificada.

Quadro 28. Ganho médio mensal, segundo o nível de habilitações, em 2018.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	Inferior ao 1º CEB	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Total
Penela	718,17	837,84	872,09	825,11	819,84	1268,92	1186,85	1087,88	-	893,31
Região de Coimbra	742,68	830,14	889,12	922,77	989,84	1444,05	1489,85	1563,22	2341,60	1052,50
Centro	758,47	845,11	901,26	913,71	990,23	1522,08	1494,84	1511,40	2356,33	1032,83
Portugal	771,76	845,25	882,68	920,31	1095,65	1841,78	1850,09	1825,57	2605,37	1166,88

Quadro 29. Diferença salarial face às unidades territoriais de referência do ganho médio mensal, segundo o nível de habilitações, em 2018.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	Inferior ao 1º CEB	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ensino secundário (€)	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado
Região de Coimbra	-24,51	7,70	-17,03	-97,66	-170,00	-175,13	-303,00	-475,34
Centro	-40,30	-7,27	-29,17	-88,60	-170,39	-253,16	-307,99	-423,52
Portugal	-53,59	-7,41	-10,59	-95,20	-275,81	-572,86	-663,24	-737,69

3.2. Desemprego

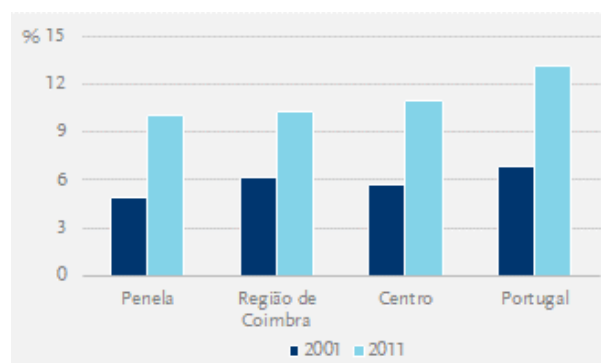
Taxa de desemprego

Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Entre 2001 e 2011 verificou-se um aumento da taxa de desemprego no município de Penela (de 4,94% para 10,02%), acompanhando a tendência generalizada observada nas unidades territoriais de referência (Figura 29 e quadro 30). Ainda assim, a taxa de desemprego em Penela apresenta-se ligeiramente inferior à da CIM Região de Coimbra (10,27%) e da Região Centro (10,98%) e bastante inferior à de Portugal (13,18%). Por freguesia (Figura 30), o acréscimo mais expressivo foi no Espinhal (de 2,48% para 12,68%), seguindo-se a UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal (de 5,35% para 10,22%) e a freguesia da Cumeieira (de 5,13% para 9,70%), sendo que na freguesia de Podentes o crescimento não foi significativo (de 5,24% para 5,50%). Segundo o sexo (Figura 31), e como seria expectável, a taxa de desemprego é superior nas mulheres (10,87%) em relação aos homens (9,29%), ainda que na freguesia de Podentes e na UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal a realidade seja inversa.

Figura 29. Taxa de desemprego em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Quadro 30. Taxa de desemprego segundo o sexo em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	2001			2011		
	H	M	HM	H	M	HM
Cumeeira	4,21	6,56	5,13	6,64	13,54	9,70
Espinhhal	1,06	4,51	2,48	10,53	15,15	12,68
Podentes	2,72	8,91	5,24	5,50	5,49	5,50
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	3,38	7,94	5,35	10,42	10,00	10,22
Penela	3,18	7,37	4,94	9,29	10,87	10,02
Região de Coimbra	4,40	8,28	6,17	9,88	10,68	10,27
Centro	3,93	8,09	5,76	9,99	12,08	10,98
Portugal	5,21	8,73	6,80	12,58	13,83	13,18

Desempregado

Indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: 1) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; 2) tinha procurado ativamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores); 3) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não. A procura ativa traduz as seguintes diligências: 1) contacto com centros de emprego público ou agências privadas de colocações; 2) contacto com empregadores; 3) contactos pessoais ou com associações sindicais; 4) colocação, resposta ou análise de anúncios; 5) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; 6) realização de provas ou entrevistas para seleção; 7) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. A disponibilidade para aceitar um trabalho é fundamentada com: 1) o desejo de trabalhar; 2) a vontade de ter um trabalho remunerado ou uma atividade por conta própria, no caso de se poder obter os recursos necessários; 3) a possibilidade de começar a trabalhar num período específico (período de referência ou as duas semanas seguintes).

Figura 30. Taxa de desemprego segundo a freguesia em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

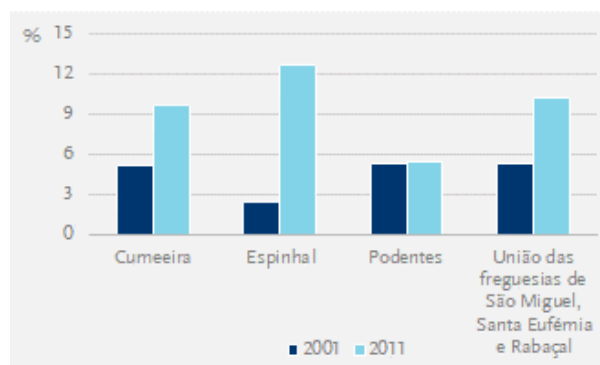
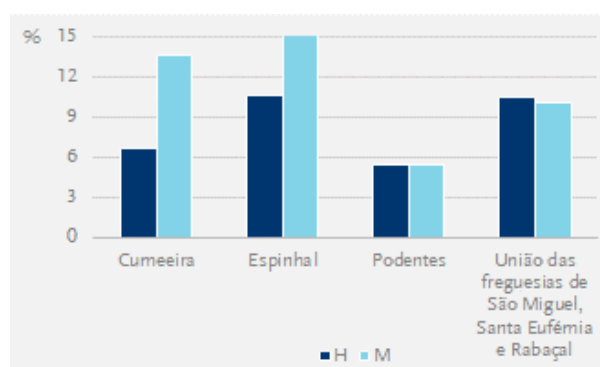


Figura 31. Taxa de desemprego segundo a freguesia e sexo em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

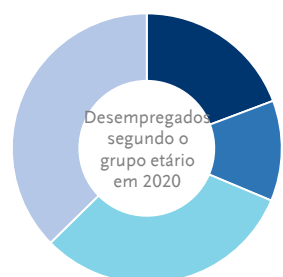
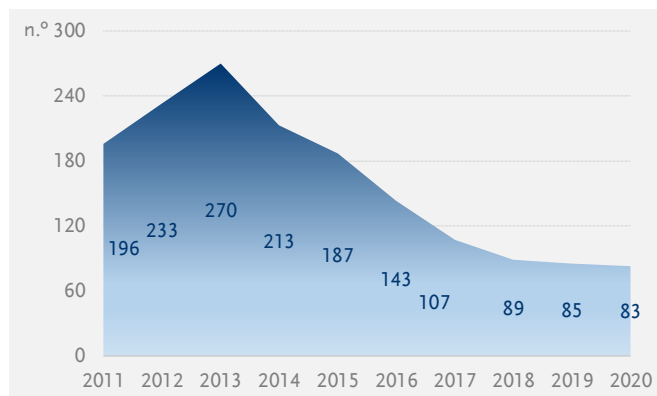


Tendo por base as estatísticas do IEFP para a última década (Figura 32), verifica-se que, com exceção do período entre 2011 e 2013, em que ocorreu um aumento contínuo e significativo dos desempregados, com a passagem dos 196 para os 270, o que correspondeu a um crescimento de 37,76% (74 desempregados), a tendência é de decréscimo ininterrupto e expressivo dos desempregados, passando de 270 em

2013 a 83 em 2020, o que representou uma redução de -69,26% (-187 desempregados).

Figura 32. Evolução da população desempregada entre 2011 e 2020 (setembro).

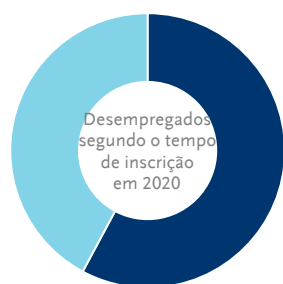
Fonte: www.iefp.pt.



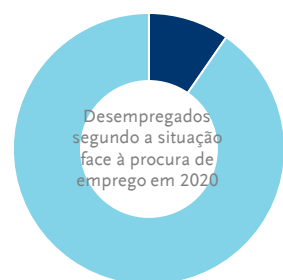
■ <25 anos ■ 25-34 anos
■ 35-54 anos ■ ≥55 anos



■ <1.º CEB ■ 1.º CEB
■ 2.º CEB ■ 3.º CEB
■ ES ■ Sup



■ <1 ano ■ 1 ano e mais



■ 1.º emprego ■ Novo emprego

Numa referência ao perfil dos desempregados no município de Penela em 2020, constata-se, no que se refere ao sexo, que se distribuem de forma equilibrada pelos dois sexos (44 homens e 39 mulheres). Em relação à idade, os grupos etários dos 55 ou mais anos e dos 35 aos 54 anos são aqueles que assumem maior representatividade, correspondendo a 37,35% e 31,33%, respetivamente. Os grupos etários com idade inferior a 25 anos e dos 25 aos 34 anos representam apenas 19,28% e 12,05%, respetivamente. No que respeita ao nível de escolaridade, o ensino secundário é o mais representativo (33,73%). Seguem-se o ensino superior e o 1.º CEB, ambos com 20,48%. Com valores inferiores surgem o 3.º CEB (10,84%) e, por fim, o 2.º CEB e inferior ao 1.º CEB, ambos com 7,23%. Relativamente ao tempo de inscrição, cerca de 57,83% dos desempregados estão inscritos nos centros de emprego há menos de um ano, enquanto que 42,17% estão inscritos há um ano e mais. Por último, quanto à situação face à procura de emprego, o maior número de desempregados encontra-se à procura de novo emprego (90,36%), correspondendo os desempregados numa situação de 1.º emprego a apenas 9,64%.

3.3. Condições de vida

Em Penela no ano de 2011 o principal meio de vida da população residente com 15 e mais anos de idade é a reforma/pensão (39,97%) e o trabalho (39,76%), situação que reflete o envelhecimento da população no território municipal (Quadro 31). Seguem-se as pessoas a cargo da família, que representam 13,80%. O subsídio

de desemprego corresponde a 2,28% e o RSI a 0,63%. Ao nível das freguesias, esta realidade é visível apenas na freguesia do Espinhal, sendo que nas freguesias da Cumeeira e de Podentes e na UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal o trabalho é o principal meio de vida, à semelhança da totalidade das unidades territoriais de referência.

Por fim, o indicador do poder de compra *per capita*, que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, por habitante, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional. De acordo com os dados de 2017 (Figura 33), Penela apresenta um poder de compra *per capita* de 69,97, sendo um valor abaixo do registado na CIM Região de Coimbra (93,69) e na Região Centro (88,30). No contexto da CIM Região de Coimbra, apenas seis municípios manifestam um pior posicionamento ao nível do poder de compra (Arganil, Góis, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Penacova e Tábua). Em termos evolutivos (Figura 34), a partir de 2004 a tendência generalizada é de crescimento do poder de compra *per capita*, apenas interrompida entre 2004 e 2005 (de 54,43 para 53,30) e no último ano (de 70,93 para 69,22).

Quadro 31. População residente com 15 e mais anos de idade segundo o principal meio de vida em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	Trabalho	Reforma/ Pensão	Subsídio de desemprego	Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional	Rendimento social de inserção	Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.) (n.º)	Rendimento da propriedade ou da empresa	Apoio social	A cargo da família	Outro	Total
Cumeeira	388	375	26	1	9	0	0	2	119	36	956
Espinhal	243	284	24	2	5	4	0	4	88	14	668
Podentes	181	171	7	0	2	2	3	0	57	8	431
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	1276	1269	63	5	17	17	11	9	461	69	3197
Penela	2088	2099	120	8	33	23	14	15	725	127	5252
Região de Coimbra	186993	126332	9223	556	3400	1714	1604	1606	59149	10284	400861
Centro	930727	621714	53592	4087	14413	10077	8261	8211	303206	54209	2008497
Portugal	4335856	2459338	299147	18986	105911	51207	40733	39622	1382836	256213	8989849

Figura 33. Poder de compra *per capita* em 2017.

Fonte: www.ine.pt.

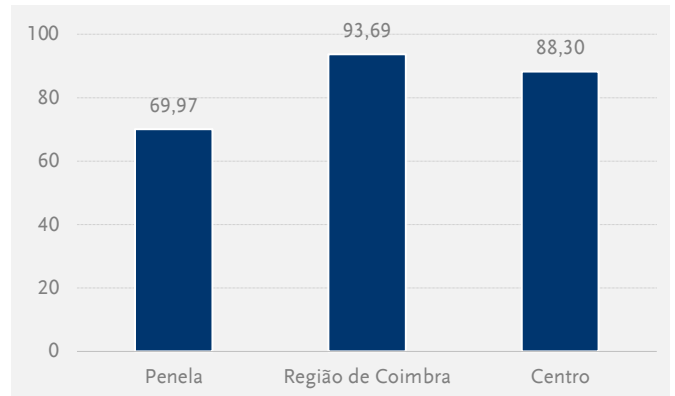
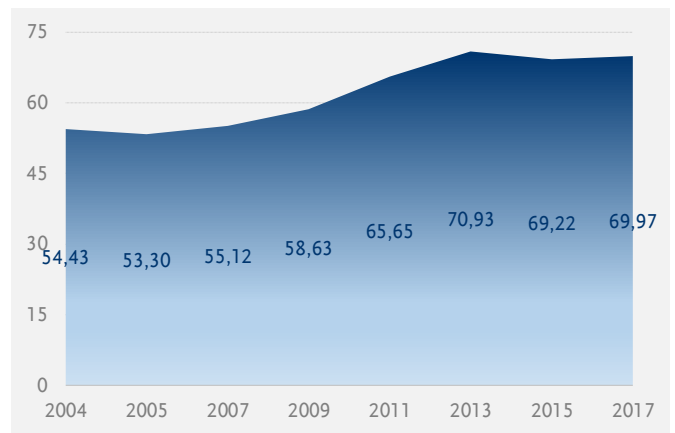


Figura 34. Evolução do poder de compra *per capita* entre 2004 e 2017.

Fonte: www.ine.pt.



4. Dinâmica socioeducativa

4.1. Nível de escolaridade

A população de Penela apresenta, em termos relativos, uma menor escolarização do que a generalidade da população portuguesa na sua globalidade (Figura 35 e quadro 32). Para esta afirmação contribui a análise da população em dois níveis extremos. Por um lado, a população residente em Penela sem nenhum nível de escolaridade completo (23,18%) e apenas com o 1.º CEB (33,03%) é superior à média nacional (18,93% e 25,45%), da Região Centro (20,03% e 27,52%) e da CIM Região de Coimbra (19,12% e 26,28%). Por outro lado, a população residente em Penela que atinge níveis de escolaridade superiores - ensino secundário (10,56%) e ensino superior (6,94%) - é inferior à média nacional (13,37% e 11,78%), da Região Centro (12,50% e 10,46%) e da CIM Região de Coimbra (12,96% e 13,51%).

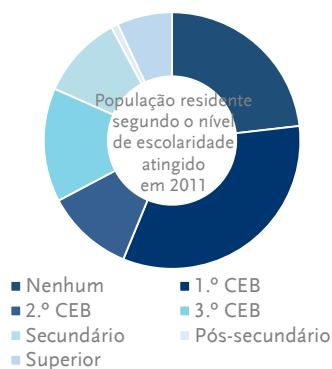
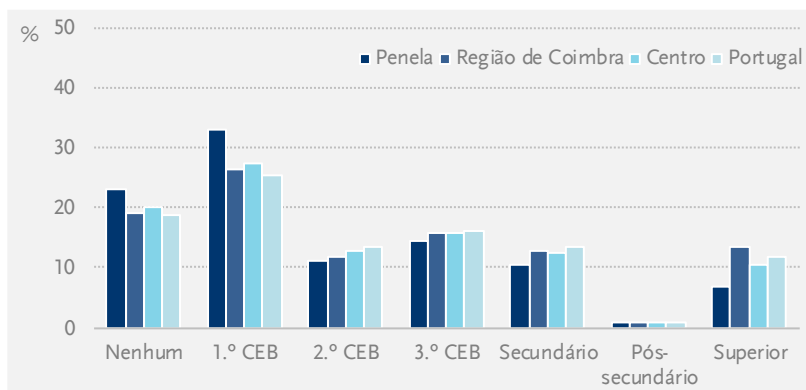


Figura 35.
População residente segundo o nível de escolaridade atingido em 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Quadro 32. População residente segundo o nível de escolaridade atingido em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	Sem nível de escolaridade completo	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior
Cumeeira	246	402	87	153	108	8	68
Espinhhal	217	222	116	98	69	6	47
Podentes	104	172	68	54	49	3	35
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	820	1180	390	554	406	36	265
Penela	1387	1976	661	859	632	53	415
Região de Coimbra	87996	120917	53752	72051	59644	3593	62186
Centro	466146	640510	297911	370419	290871	18427	243471
Portugal	1999754	2688308	1412580	1716970	1411801	88023	1244742

Quando se analisa os níveis de escolaridade da população de Penela com 15 e mais anos de idade sobressai o valor mais reduzido da população sem nenhum nível de escolaridade completo (de 23,18% para 17,44%), uma vez que não estão contabilizadas as crianças que, em virtude da sua idade, ainda não concluíram nenhum ciclo de estudos (Figura 36 e quadro 33). Com exceção do 2.º CEB, que sofreu igualmente uma diminuição (de 11,05% para 9,96%), nos restantes níveis de escolaridade os valores são superiores (de 33,03% para 35,34% no 1.º CEB, de 14,36% para 16,32% no 3.º CEB, de 10,56% para 12,03% no ensino secundário, de 0,89% para 1,01% no ensino pós-secundário e de 6,94% para 7,90% no ensino superior).

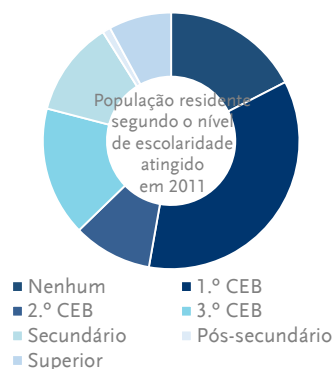
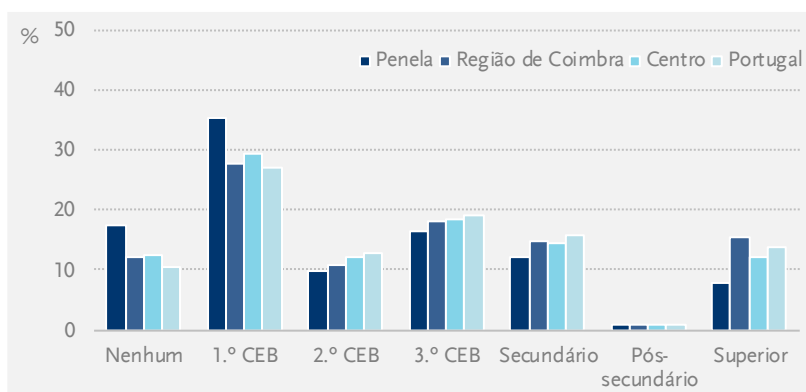


Figura 36.
População residente, com 15 e mais anos de idade, segundo o nível de escolaridade atingido em 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Quadro 33. População residente, com 15 e mais anos de idade, segundo o nível de escolaridade atingido em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	Sem nível de escolaridade completo	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior
Cumeeira	174	382	64	152	108	8	68
Espinhal	149	208	91	98	69	6	47
Podentes	69	160	61	54	49	3	35
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	524	1106	307	553	406	36	265
Penela	916	1856	523	857	632	53	415
Região de Coimbra	48729	111618	43127	71964	59644	3593	62186
Centro	253276	590388	242072	369992	290871	18427	243471
Portugal	934129	2444206	1152362	1714586	1411801	88023	1244742

Em síntese, em 2011 mais de metade da população de Penela com 15 e mais anos de idade não tinha completado nenhum nível de escolaridade (17,44%) ou tinha apenas o 1.º CEB (35,34%). Seguem-se, com valores muito distanciados, o 3.º CEB (16,32%), o ensino secundário (12,03%), o 2.º CEB (9,96%), o ensino superior (7,90%) e o ensino pós-superior (1,01%).

Analfabeto

Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, i.e., que é incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou escrever uma frase completa.

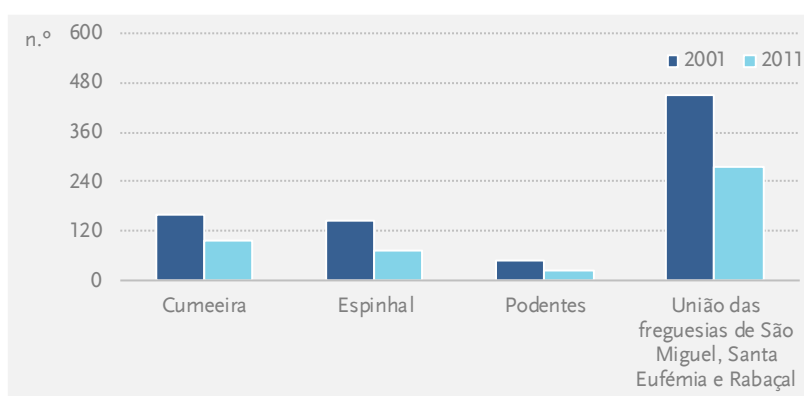
4.2. Analfabetismo

Outro indicador que permite analisar o grau de escolarização da população de Penela é a observação do fenómeno do analfabetismo (Figura 37 e quadro 34). No último período intercensitário Penela reduziu quase para metade a população

residente analfabeta com 10 ou mais anos, passando de 802 para 464 pessoas (-338 habitantes, que corresponde a -42,14%), não existindo diferenças expressivas entre sexos. Analisando o ano mais recente, verifica-se uma grande desigualdade entre os homens (159 indivíduos), com valores inferiores, e as mulheres (305 indivíduos), com valores superiores. Note-se que além dos 464 analfabetos identificados em Penela em 2011, são de considerar também os indivíduos que, embora saibam ler e escrever, não completaram nenhum nível de escolaridade e que não raramente se enquadram na categoria de analfabetismo funcional.

Figura 37.
População residente analfabeta com 10 ou mais anos por freguesia em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Quadro 34. População residente analfabeta com 10 ou mais anos em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	2001			2011			2001-2011					
	H	M	HM	H	M	HM	(n.º)			M (%)		
Cumeieira	47	110	157	31	64	95	-16	-46	-62	-34,04	-41,82	-39,49
Espinhal	49	96	145	23	48	71	-26	-48	-74	-53,06	-50,00	-51,03
Podentes	19	30	49	7	15	22	-12	-15	-27	-63,16	-50,00	-55,10
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	162	289	451	98	178	276	-64	-111	-175	-39,51	-38,41	-38,80
Total	277	525	802	159	305	464	-118	-220	-338	-42,60	-41,90	-42,14
Região de Coimbra	11977	30960	42937	6414	18339	24753	-5563	-12621	-18184	-46,45	-40,77	-42,35
Centro	73958	157448	231406	40620	95131	135751	-33338	-62317	-95655	-45,08	-39,58	-41,34
Portugal	281889	556251	838140	159705	340231	499936	-122184	-216020	-338204	-43,34	-38,83	-40,35

Taxa de analfabetismo

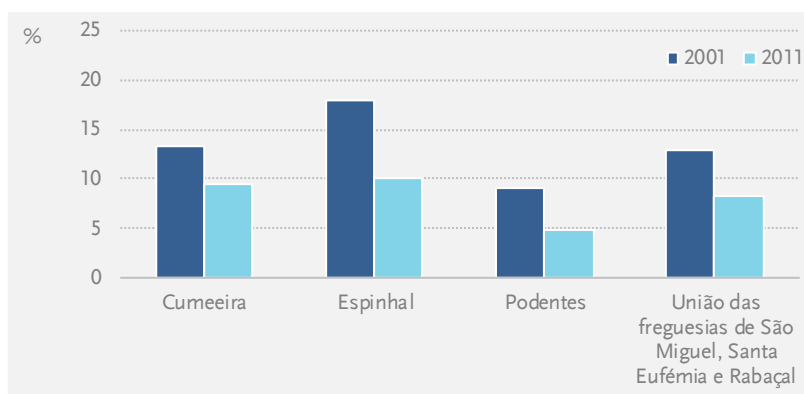
Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário (População residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever/População residente com 10 e mais anos * 100).

A taxa de analfabetismo reflete o quadro descrito (Figura 38 e quadro 35). Com efeito, entre 2001 e 2011 Penela observou uma diminuição excecional da taxa de

analfabetismo, passando de 13,26% para 8,38%. Esta evolução assemelha-se à registada no país (de 9,03% para 5,23%), na Região Centro (de 10,91% para 6,39%) e na CIM Região de Coimbra (de 10% para 5,86%). Considerando o último ano, o desequilíbrio existente entre sexos traduz-se numa taxa de analfabetismo de 6,04% nos homens e de 10,51% nas mulheres.

Figura 38. Taxa de analfabetismo por freguesia em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Quadro 35. Taxa de analfabetismo em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	2001			2011		
	H	M	HM	H	M	HM
	(%)					
Cumeeira	8,58	17,57	13,37	6,57	12,01	9,45
Espinhal	13,00	22,02	17,84	6,97	12,57	9,97
Podentes	7,14	10,79	9,01	3,26	6,38	4,89
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	9,52	15,91	12,82	6,07	10,15	8,20
Penela	9,57	16,63	13,26	6,04	10,51	8,38
Região de Coimbra	5,89	13,68	10,00	3,23	8,18	5,86
Centro	7,28	14,24	10,91	4,03	8,51	6,39
Portugal	6,34	11,52	9,03	3,52	6,77	5,23

Apesar da evolução extremamente positiva da taxa de analfabetismo registada na última década, Penela ocupa o 16.º lugar no contexto da CIM Região de Coimbra, sendo ultrapassada por apenas três municípios: Soure, com 10,25%, Góis, com 10,34%, e Pampilhosa da Serra, com 15,91% (Quadro 36).

Quadro 36. Taxa de analfabetismo em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Município	Taxa de analfabetismo (%)
Coimbra	3,60
Lousã	3,73
Mealhada	4,73
Miranda do Corvo	5,43
Vila Nova de Poiares	5,63
Figueira da Foz	5,99
Condeixa-a-Nova	6,61
Cantanhede	6,80
Mira	6,86
Oliveira do Hospital	7,26
Mortágua	7,33
Penacova	7,36
Montemor-o-Velho	7,45
Tábua	7,62
Arganil	8,03
Penela	8,38
Soure	10,25
Góis	10,34
Pampilhosa da Serra	15,91

PARTE II . DIAGNÓSTICO DO SISTEMA EDUCATIVO

5. Oferta escolar

5.1. Rede escolar

O município de Penela encontra-se bem equipado do ponto de vista da oferta escolar (Quadro 37). No ano letivo 2019/2020 a rede escolar é constituída por cinco estabelecimentos de educação e ensino, que asseguram a educação pré-escolar, o ensino básico e o ensino profissional, a saber, a Escola Básica (EB) Cumeeira, Penela, a EB Espinhal, Penela, a EB Infante D. Pedro, Penela², a Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela e a CAC, que não integra a rede formal de estabelecimentos de educação e ensino.

Acompanhando o panorama da rede escolar nacional, constata-se um predomínio da rede pública, com três equipamentos educativos, integrados no Agrupamento de

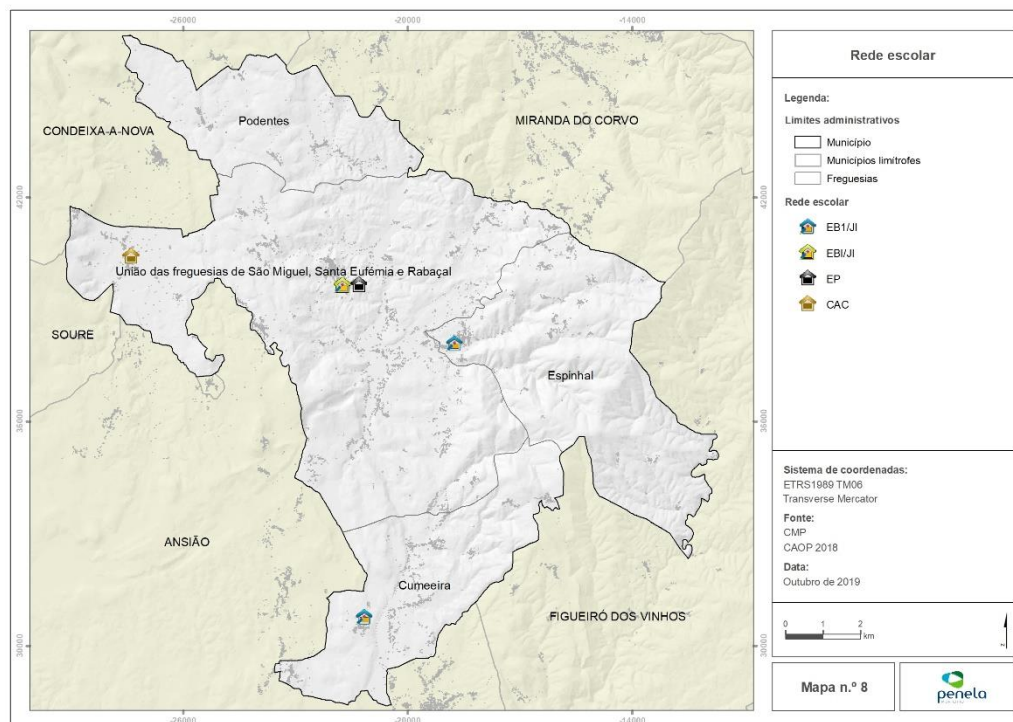
² Atendendo a que o presente documento se reporta apenas ao município de Penela, doravante deixaremos de incluir o nome do município na denominação dos estabelecimentos de educação e ensino públicos e passaremos a assumir as seguintes designações: EB Cumeeira, EB Espinhal e EB Infante D. Pedro.

Escolas Infante D. Pedro, Penela, em detrimento da rede privada, com dois equipamentos educativos. De referir a inexistência de equipamentos educativos pertencentes à rede solidária.

Quadro 37. Rede escolar no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Agrupamento de escolas	Estabelecimento de educação e ensino	Nível de educação e ensino	Rede
Cumeeira	Infante D. Pedro, Penela	EB Cumeeira, Penela	Educação pré-escolar 1.º CEB	Pública
Espinhhal	Infante D. Pedro, Penela	EB Espinhhal, Penela	Educação pré-escolar 1.º CEB	Pública
União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	Infante D. Pedro, Penela	EB Infante D. Pedro, Penela	Educação pré-escolar Ensino básico	Pública
	-	Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela	Ensino profissional	Privada
	-	Comunidade de Aprendizagem das Cerejeiras	Educação pré-escolar Ensino básico	Privada

Os estabelecimentos de educação e ensino encontram-se distribuídos pelo território municipal de forma a assegurar uma cobertura abrangente, sendo que do total de quatro freguesias que integram o município de Penela, apenas uma que não é servida por nenhum equipamento educativo, a freguesia de Podentes (Mapa 8).



Mapa 8. Rede escolar no ano letivo 2019/2020.

A sua repartição espacial reflete, naturalmente, o padrão de distribuição populacional, concentrando-se na sede de município, onde se encontram todos os níveis de educação e ensino existentes no território municipal: educação pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º CEB e ensino profissional.

Sublinha-se o facto do padrão de localização dos equipamentos educativos não ser homogéneo, diferenciando-se dois critérios locativos distintos: o local, para os níveis de educação e ensino de proximidade - educação pré-escolar e 1.º CEB -, que se disseminam de forma mais uniforme pelo território, distribuindo-se por quatro polos educativos, e o municipal, para os níveis de ensino com uma área de influência superior - 2.º e 3.º CEB e ensino profissional -, que apresentam um carácter fortemente polarizado, concentrando-se no principal núcleo populacional.

Embora na sua génese não sejam consideradas como oferta escolar, mas sim como respostas sociais, é de referir a existência no território municipal de duas creches, da rede solidária, a saber, a creche da Casa da Criança de Penela e a Creche "Augusto Neves", pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Penela e com capacidade instalada para 66 crianças (Quadro 38). À semelhança dos equipamentos educativos, também as creches se concentram na UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal.

Quadro 38. Rede de creches no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Entidade gestora	Equipamento social	Rede	Capacidade
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	Santa Casa da Misericórdia de Penela	Casa da Criança de Penela	Solidária	33 crianças
		Creche "Augusto Neves"	Solidária	33 crianças

5.2. Caracterização física e funcional

Dada a importância de que se revestem as condições materiais dos estabelecimentos de educação e ensino, caracterizar-se-á seguidamente, do ponto de vista físico e funcional, a rede escolar do município de Penela, de acordo com um conjunto de indicadores que, ainda que não sendo exaustivo, permite ter uma visão global das condições dos equipamentos educativos. Serão analisados o estado de conservação, acessibilidade e segurança, a capacidade instalada e taxa de ocupação

e os espaços escolares de apoio. Sendo uma componente indispensável da carta educativa, esta descrição é também uma ferramenta essencial à tomada de decisão no âmbito da conservação e manutenção de edifícios escolares, que é uma competência municipal.

5.2.1. Estado de conservação, acessibilidade e segurança

Relativamente ao estado de conservação, verifica-se que este é bom nos centros escolares e na CAC e razoável na EB Infante D. Pedro e na Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela, tanto nos espaços exteriores, como nos espaços interiores (Quadro 39). No caso da rede formal de estabelecimentos de educação e ensino, esta diferença justifica-se pela reorganização recente da rede escolar da educação pré-escolar e do 1.º CEB, que, na sequência da carta educativa, foi reestruturada na lógica de centro escolar, obrigando, para o efeito, à construção de raiz de um edifício na EB Infante D. Pedro e à requalificação dos edifícios da EB Cumeeira e da EB Espinhal. No caso da CAC, relaciona-se com o facto de funcionar no antigo edifício do JI Rabaçal, que sofreu obras recentemente. Em termos de barreiras arquitetónicas, com exceção do interior dos espaços afetos ao 2.º e 3.º CEB na EB Infante D. Pedro, todos os edifícios escolares estão adaptados para pessoas com mobilidade reduzida, tanto no exterior, como no interior. Por fim, ao nível da segurança, de referir que todos os equipamentos educativos possuem sinalização vertical e plano de emergência.

Quadro 39. Estado de conservação, acessibilidade e segurança dos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2019/2020.

Estabelecimento de educação e ensino	Estado de conservação		Barreiras arquitetónicas		Segurança	
	Exterior	Interior	Exterior	Interior	Sinalização vertical	Plano de emergência
EB Cumeeira	Bom	Bom	Adaptado	Adaptado	Sim	Sim
EB Espinhal	Bom	Bom	Adaptado	Adaptado	Sim	Sim
EB Infante D. Pedro - 1.º CEB	Bom	Bom	Adaptado	Adaptado	Sim	Sim
EB Infante D. Pedro - 2.º e 3.º CEB	Razoável	Razoável	Adaptado	Sim	Sim	Sim
Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela	Razoável	Razoável	Adaptado	Adaptado	Sim	Sim
Comunidade de Aprendizagem das Cerejeiras	Bom	Bom	Adaptado	Adaptado	Sim	Sim

5.2.2. Capacidade instalada e taxa de ocupação

A taxa de ocupação³ no município de Penela está abaixo dos 100% em todos os níveis de educação e ensino, o que reflete uma capacidade⁴ superior à frequência (Quadros 40, 41 e 42). O ensino profissional é onde esta diferença é mais expressiva. Efetivamente, com uma capacidade para 168 alunos (7 salas de aula) e uma frequência de 39 alunos, o ensino profissional apresenta uma taxa de ocupação de apenas 23,21%. Muito próximo dos 50% seguem-se o 2.º e 3.º CEB, com 46,67%, e o 1.º CEB, com 49,65%, valores que traduzem uma capacidade para 360 alunos (15 salas de aula) e uma frequência de 168 alunos no 2.º e 3.º CEB e uma capacidade para 288 alunos (12 salas de aula) e uma frequência de 143 alunos no 1.º CEB. Na educação pré-escolar a taxa de ocupação é de 77,50%, valor que corresponde a uma capacidade para 120 crianças (6 salas de atividade) e uma frequência de 93 crianças.⁵

Quadro 40. Capacidade instalada e taxa de ocupação na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020.

Estabelecimento de educação	Salas	Capacidade (n.º)	Crianças	Taxa de ocupação (%)
EB Cumeeira	1	20	20	100,00
EB Espinhal	2	40	29	72,50
EB Infante D. Pedro	3	60	44	73,33
Total	6	120	93	77,50

³ Relação entre a capacidade de um estabelecimento de educação e ensino em regime normal de funcionamento e o número de crianças/alunos que o frequentam em período diurno [(frequência/capacidade) X 100].

⁴ Para o cálculo da capacidade foram considerados os limites mínimos para a constituição de turmas definidos no Despacho Normativo n.º 16/2019: 20 crianças na educação pré-escolar e 24 alunos no ensino básico e profissional.

⁵ A análise da capacidade instalada e taxa de ocupação não se aplica à CAC. Refira-se, no entanto, que a CAC tem duas salas de aula/atividade, que servem todos os níveis de educação e ensino (educação pré-escolar e 1.º e 2.º CEB).

Quadro 41. Capacidade instalada e taxa de ocupação no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Estabelecimento de ensino	Salas	Capacidade (n.º)	Alunos	Taxa de ocupação (%)
EB Cumeeira	2	48	15	31,25
EB Espinhal	4	96	51	53,13
EB Infante D. Pedro	6	144	77	53,47
Total	12	288	143	49,65

Quadro 42. Capacidade instalada e taxa de ocupação no 2.º e 3.º CEB e no ensino profissional no ano letivo 2019/2020.

Estabelecimento de ensino	Salas	Capacidade (n.º)	Alunos	Taxa de ocupação (%)
EB Infante D. Pedro	15	360	168	46,67
Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela	7	168	39	23,21

Analisando a taxa de ocupação por estabelecimento na educação pré-escolar e no 1.º CEB, verifica-se que na educação pré-escolar há diferenças expressivas, oscilando entre os 100% na EB Cumeeira e os 73,33% e 72,50% na EB Infante D. Pedro e na EB Espinhal, respetivamente. Esta diferença explica-se pelo número de salas de atividade. Efetivamente, embora a EB Cumeeira apresente a população escolar mais baixa (20 crianças), ela integra apenas uma sala de atividade. A EB Infante D. Pedro, com 44 crianças, ocupa apenas duas das três salas de atividade existentes, enquanto a EB Espinhal, com 29 crianças, ocupa as duas salas de atividade disponíveis. No 1.º CEB os valores variam entre os 53,47% da EB Infante D. Pedro e os 53,13% da EB Espinhal e os 31,25% da EB Cumeeira. Como se observa, ao contrário do que acontece na educação pré-escolar, aqui a EB Cumeeira, com 15 alunos e duas salas de aula, regista a menor taxa de ocupação. A EB Espinhal, com 51 alunos, ocupa três das quatro salas de aula disponíveis e a EB Infante D. Pedro, com 77 alunos, ocupa apenas quatro das seis salas de aula existentes. Note-se que do total de três estabelecimentos de ensino de 1.º CEB existentes no município de Penela, apenas a EB Cumeeira, com duas salas de aula, não garante uma sala e um professor por ano de escolaridade.

5.2.3. Espaços escolares de apoio

Para a caracterização dos espaços escolares de apoio foram consideradas as salas específicas, as instalações desportivas e outros espaços (Quadro 43).

Quadro 43. Espaços escolares de apoio nos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2019/2020.

Estabelecimento de educação e ensino	Salas específicas		Instalações desportivas				Outros espaços				
	Ensino especial	Sala de informática	Pavilhão gimnodesportivo	Campo polidesportivo	Biblioteca	Refeitório	Cozinha /copa	Sala polivalente	Recreio coberto	Recreio descoberto	Espaço verde
EB Cumeeira	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
EB Espinhal	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
EB Infante D. Pedro - 1.º CEB	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
EB Infante D. Pedro - 2.º e 3.º CEB	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Comunidade de Aprendizagem das Cerejeiras	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

A análise das salas específicas mostra que apenas a Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela e a CAC não apresentam sala de ensino especial. No que respeita às salas de informática são dois os estabelecimentos de ensino que não possuem (EB Cumeeira e EB Espinhal). A observação das instalações desportivas revela que, com exceção da EB Cumeeira, com um campo polidesportivo, apenas os estabelecimentos de ensino de 2.º e 3.º CEB e de ensino profissional disponibilizam pavilhão gimnodesportivo e campo polidesportivo. No que diz respeito aos outros espaços, verifica-se que todos os edifícios escolares são dotados de refeitório, cozinha/copa e recreio descoberto. No que se refere à biblioteca, apenas a CAC não está equipada com este recurso. Relativamente à sala polivalente, a Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela é o único equipamento educativo que não dispõe deste espaço. Com espaço de recreio coberto encontra-se apenas a Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela e a CAC. Por fim, com espaço verde são de referir a EB Cumeeira, a EB Infante D. Pedro, no espaço afeto ao 2.º e 3.º CEB, e a CAC.

6. Procura escolar

6.1. Situação atual e evolução recente

6.1.1. Caracterização global

Penela é um centro educativo de pequena dimensão. No ano letivo 2019/2020 o universo estudantil do território municipal perfaz um total de 443 alunos que frequentam desde a educação pré-escolar ao ensino profissional (Quadro 44). A distribuição da população escolar pelos diferentes níveis de educação e ensino mostra a predominância do 1.º CEB, em oposição ao ensino profissional, que regista o menor número de alunos. Uma análise por nível de educação e ensino revela que 93 crianças frequentam a educação pré-escolar (20,99%), 311 alunos o ensino básico (70,20%) e 39 alunos o ensino profissional (8,80%). Por sua vez, o ensino básico reparte-se pelo 1.º CEB, com 143 alunos (32,28%), 2.º CEB, com 66 alunos (14,90%), e 3.º CEB, com 102 alunos (23,02%).

Quadro 44. Frequência por nível de educação e ensino e rede no ano letivo 2019/2020.

Nível de ensino	Pública		Privada		Total (n.º)
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	
Educação pré-escolar	93	100	0	0	93
1.º CEB	143	100	0	0	143
2.º CEB	66	100	0	0	66
3.º CEB	102	100	0	0	102
Ensino profissional	0	0	39	100	39
Total	404	91,20	39	8,80	443

Numa análise por rede, confirma-se o peso da rede pública, com 404 alunos (91,20%), em detrimento da rede privada, constituída apenas pela Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela, frequentada por 39 alunos (8,80%).

A distribuição territorial da procura escolar reflete a repartição espacial da oferta escolar, diretamente relacionada com o padrão do povoamento (Quadro 45). A UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, que concentra todos os níveis de educação e ensino existentes no território municipal, é naturalmente a que concentra a maior fatia da população escolar, com 328 alunos (74,04%). Apenas com a educação pré-escolar e o 1.º CEB, segue-se a freguesia do Espinhal, com 80 alunos (18,06%), e, por fim, a freguesia da Cumeeira, que embora seja a segunda freguesia em termos populacionais, apresenta uma frequência de apenas 35 alunos (7,90%). Como referido, a freguesia de Podentes, que em 2011 apresentava o menor número de habitantes, é a única que não é servida por nenhum equipamento educativo.

Quadro 45. Frequência por freguesia e nível de educação e ensino no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Educação pré-escolar	1.º CEB 2.º CEB 3.º CEB			Ensino profissional	Total
		(n.º)				
Cumeeira	20	15	0	0	0	35
Espinhal	29	51	0	0	0	80
União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	44	77	66	102	39	328
Total	93	143	66	102	39	443

Analisando a evolução dos valores da população escolar no município de Penela no período que decorre entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020, é manifesta a quebra substancial generalizada que afetou todos os níveis de educação e ensino, fruto da redução da natalidade em décadas passadas (Figuras 39 e 40, quadro 46 e anexos I e II). Regista-se uma diminuição da procura escolar total de -33,58% nos últimos 10 anos letivos (-224 alunos), particularmente evidente no caso do ensino profissional (-55,17%, valor correspondente a -48 alunos) e com menor expressão no caso do 1.º CEB (-15,88%, valor que representa -27 alunos). Numa posição intermédia encontram-se o 2.º CEB, o 3.º CEB e a educação pré-escolar, com decréscimos de -40,54%, -39,64% e -28,46%, que correspondem a -45, -67 e -37 alunos. O declínio do número de crianças na educação pré-escolar, que mais tarde se vai traduzir nos níveis de ensino subsequentes, reflete a quebra na população jovem diretamente relacionada com o envelhecimento da população e com a crise financeira e económica. O ano letivo 2019/2020 é nesta série temporal o que verificou as frequências escolares mais baixas, com exceção da educação pré-escolar, em que o mínimo ocorreu no ano letivo 2018/2019.

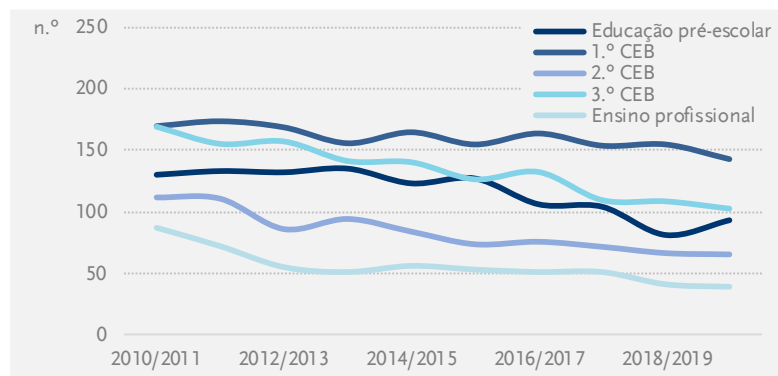


Figura 39. Evolução da frequência por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

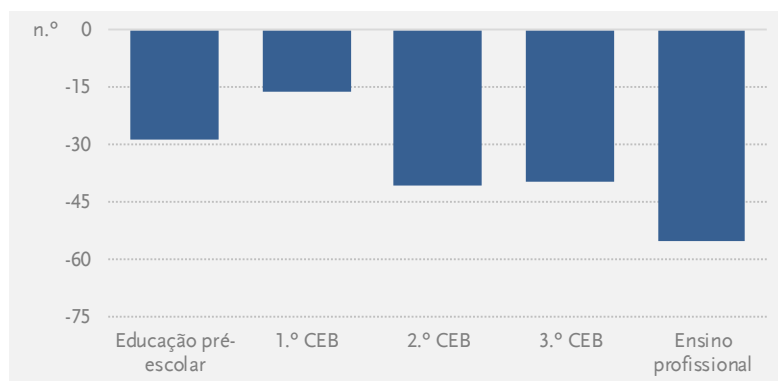


Figura 40. Variação da frequência por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

Quadro 46. Evolução da frequência por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

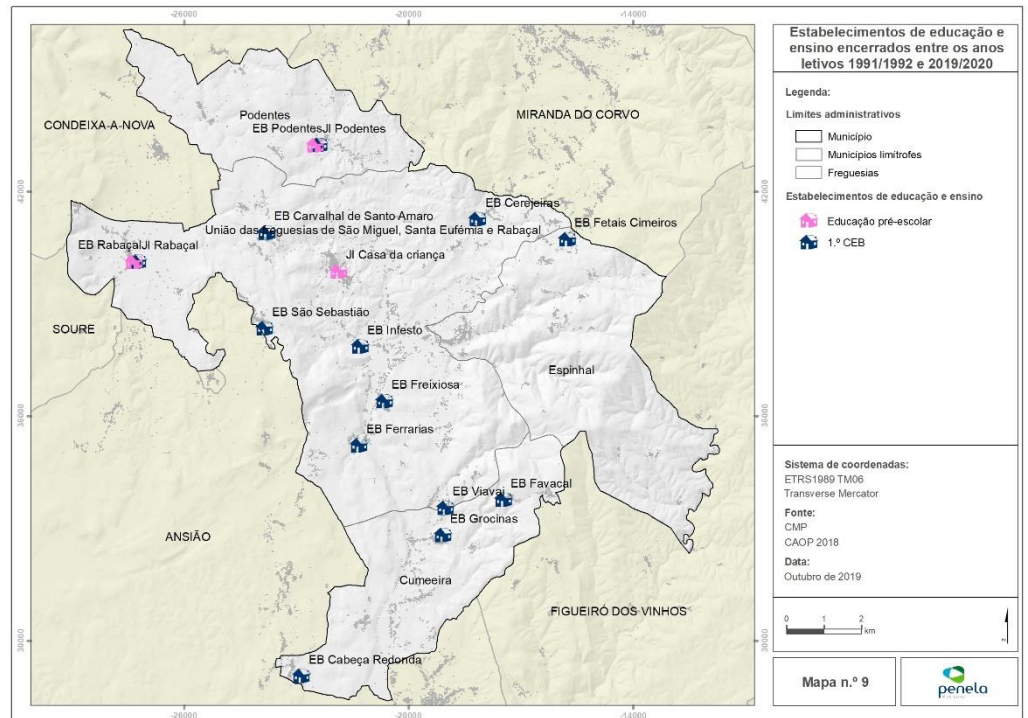
Nível de ensino	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	Variação	
	(n.º)										(n.º)	(%)
Educação pré-escolar	130	133	132	135	123	127	106	104	81	93	-37	-28,46
1.º CEB	170	174	169	156	165	155	164	154	155	143	-27	-15,88
2.º CEB	111	110	86	94	84	74	76	72	67	66	-45	-40,54
3.º CEB	169	155	157	141	140	126	132	109	108	102	-67	-39,64
Ensino profissional	87	72	55	51	56	53	51	51	41	39	-48	-55,17
Total	667	644	599	577	568	535	529	490	452	443	-224	-33,58

Acompanhando a diminuição crescente da população escolar verificada, consequência da quebra da natalidade observada ao longo dos últimos anos no município de Penela, tem-se vindo a registar o encerramento gradual de estabelecimentos de educação pré-escolar e de 1.º CEB (Mapa 9 e anexo III).

Considerando o período entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020, nos últimos dez anos letivos encerraram três estabelecimentos de educação pré-escolar, os Jardins-de-Infância (JI) de Podentes, da rede pública, e da Casa da Criança, da rede solidária, no ano letivo 2010/2011, e o JI do Rabaçal, da rede pública, no ano letivo 2017/2018.

Alargando a análise ao ano letivo 1991/1992, nas últimas três décadas encerraram mais treze estabelecimentos de ensino de 1.º CEB, oito na UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, três na freguesia da Cumeeira, uma na freguesia do Espinhal e uma na freguesia de Podentes, todos da rede pública.

Note-se que entre 2005 e 2009 o ME decretou o encerramento dos estabelecimentos de ensino de 1.º CEB com menos de 10 alunos, sendo que, a partir de 2010, o valor fixou-se em 21 alunos pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho.



Mapa 9. Estabelecimentos de educação e ensino encerrados entre os anos letivos 1991/1992 e 2019/2020.

Considerando agora a resposta social de creche para efeitos de análise da procura escolar, ao total de 443 alunos que perfazem o universo estudantil do município de Penela no ano letivo 2019/2020, acrescem as 41 crianças que no mesmo período estavam inscritas nas duas creches da rede solidária existentes no território municipal.

6.1.2. Caracterização por nível de ensino

6.1.2.1. Creche

Em termos globais, entre os anos letivos 2013/2014 e 2019/2020 o número de crianças inscritas na creche sofreu um aumento, com a passagem das 27 às 41 crianças, o que corresponde a um crescimento de 51,85% (Figura 41). A comparação do número de crianças inscritas com os nascimentos registados no período correspondente à frequência (previsão) revela que a frequência real é muito inferior à potencial.

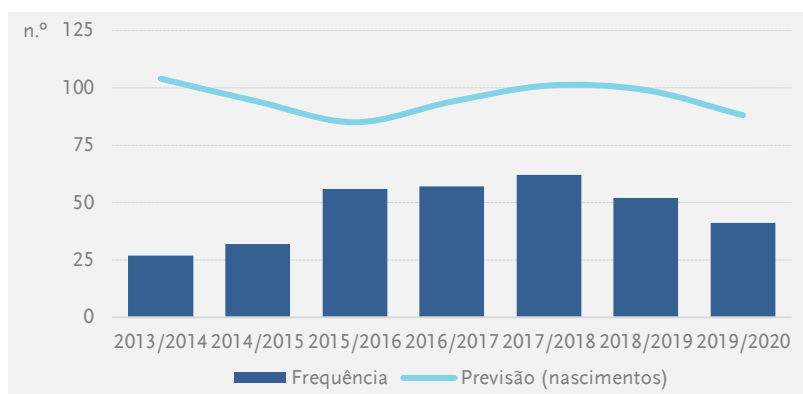


Figura 41. Evolução da frequência real e potencial (nascimentos) na creche entre os anos letivos 2013/2014 e 2019/2020.

Acompanhando a realidade descrita anteriormente, a taxa de ocupação verificou, igualmente, uma evolução positiva, tendo passado de 40,91% em 2013/2014 para 62,12% em 2019/2020 (Quadro 47). Apesar desta evolução positiva, e com exceção de alguns anos, na generalidade os valores encontram-se bastante abaixo dos 100%, o que pode significar que os pais e/ou encarregados de educação optam por não inscrever as suas crianças na creche ou preferem frequentar esta resposta social noutros territórios.

Numa outra perspetiva de análise, constatamos que a taxa de cobertura⁶ (de 63,46% em 2013/2014 para 75% em 2019/2020) e a taxa de cobertura efetiva⁷ (de 73,70% em 2013/2014 para 87,10% em 2019/2020) registaram também uma evolução positiva, neste caso relacionada com a redução da população de referência (nascimentos), uma vez que a capacidade não sofreu alterações. A observação da taxa de cobertura mostra-nos que, apesar da evidente carência de creche em alguns setores do território municipal, este é um indicador positivo, na medida em que se encontra em todos os anos bastante acima do valor definido em 2002, no Conselho Europeu de Barcelona, como meta para 2010 em matéria de infraestruturas de acolhimento de crianças com menos de 3 anos (33%).

Considerando a residência das crianças inscritas na creche no ano letivo 2019/2020, verificamos que, na generalidade, são provenientes da UF de São Miguel,

⁶ Relação entre a capacidade e a população de referência (nascimentos) $[(\text{capacidade}/\text{população de referência}) \times 100]$.

⁷ Relação entre a capacidade e a população de referência (nascimentos) menos cinco meses de licença de maternidade $[(\text{capacidade}/(\text{população de referência}/36 \times 31)) \times 100]$.

Santa Eufémia e Rabaçal, sendo pouco significativo o número de crianças oriundas de outras freguesias do município e de outros municípios (Quadro 48).

Quadro 47. Taxas de ocupação e cobertura na creche entre os anos letivos 2013/2014 e 2019/2020.

Ano letivo	Frequência (n.º)	Previsão (nascimentos) (n.º)	Taxa de ocupação	Taxa de cobertura (%)	Taxa de cobertura efetiva
2013/2014	27	104	40,91	63,46	73,70
2014/2015	32	94	48,48	70,21	81,54
2015/2016	56	85	84,85	77,65	90,17
2016/2017	57	94	86,36	70,21	81,54
2017/2018	62	101	93,94	65,35	75,89
2018/2019	52	99	78,79	66,67	77,42
2019/2020	41	88	62,12	75,00	87,10

Quadro 48. Residência das crianças inscritas na creche no ano letivo 2019/2020.

Residência	Crianças (n.º)
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	32
Espinhhal	3
Podentes	0
Cumeeira	0
Outros municípios	6
Total	41

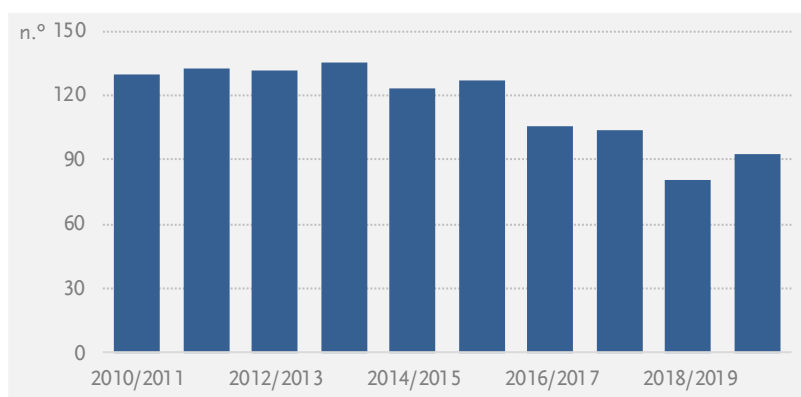
6.1.2.2. Educação pré-escolar

No ano letivo 2019/2020 a educação pré-escolar em Penela é frequentada por um total de 93 crianças (Quadro 49). A análise da distribuição da frequência por idade mostra que o maior número de crianças se situa na faixa etária dos 3 anos, com 43 crianças, seguida dos 4 anos, com 31 crianças, e dos 5 anos, com 19 crianças.

Quadro 49. Frequência na educação pré-escolar por estabelecimento e idade no ano letivo 2019/2020.

Estabelecimento de educação	3 anos	4 anos	5 anos	Total (n.º)
EB Cumeeira	8	5	7	20
EB Espinhal	13	12	4	29
EB Infante D. Pedro	22	14	8	44
Total	43	31	19	93

Nos últimos dez anos letivos a frequência na educação pré-escolar oscilou entre aumentos e diminuições, ainda que com uma tendência clara de decréscimo, que se acentuou nos últimos anos letivos (Figura 42). Em termos globais, entre 2010/2011 e 2019/2020 o número de crianças reduziu -28,46%, valor que corresponde a -37 crianças (de 130 para 93 crianças).

**Figura 42.** Evolução da frequência na educação pré-escolar entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

A observação da frequência na educação pré-escolar por estabelecimento no mesmo período revela que apenas um não acompanha esta tendência de decréscimo (Figuras 43, 44 e 45). Efetivamente, entre 2010/2011 e 2019/2020 a EB Cumeeira registou um aumento de 7 crianças, valor que representa um acréscimo de 53,85% (de 13 para 20 crianças). Este crescimento assume ainda maior destaque por acontecer no estabelecimento que apresenta a frequência mais baixa. A EB Espinhal e a EB Infante D. Pedro verificaram uma diminuição de -5 e -6 crianças, valores que correspondem a -14,71% e -12%.

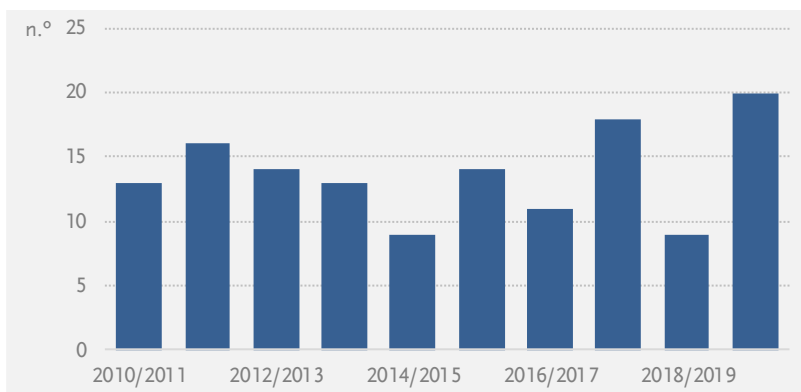


Figura 43. Evolução da frequência na educação pré-escolar na EB Cumeeira entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

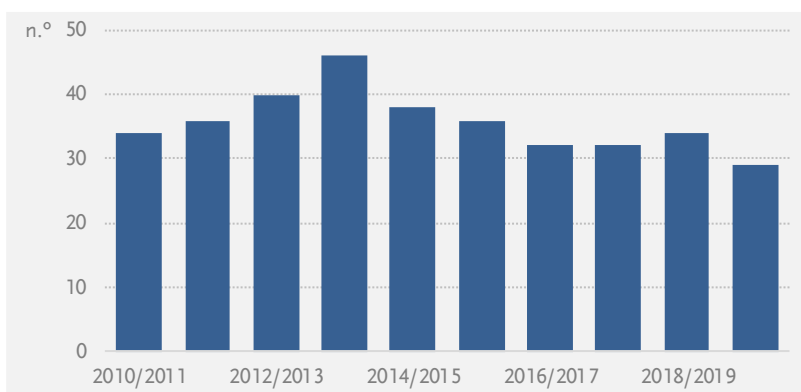


Figura 44. Evolução da frequência na educação pré-escolar na EB Espinhal entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

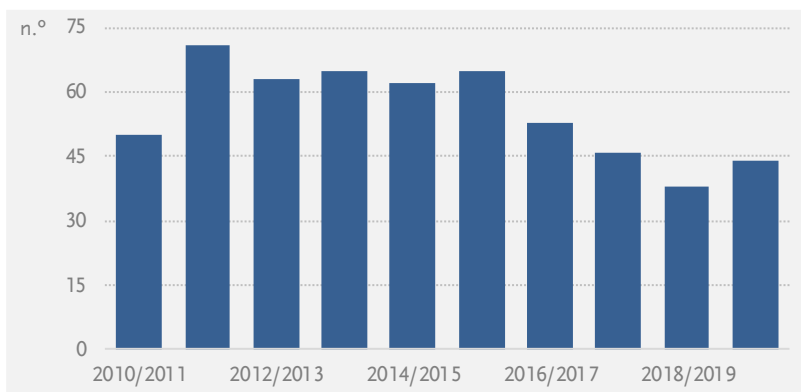


Figura 45. Evolução da frequência na educação pré-escolar na EB Infante D. Pedro entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

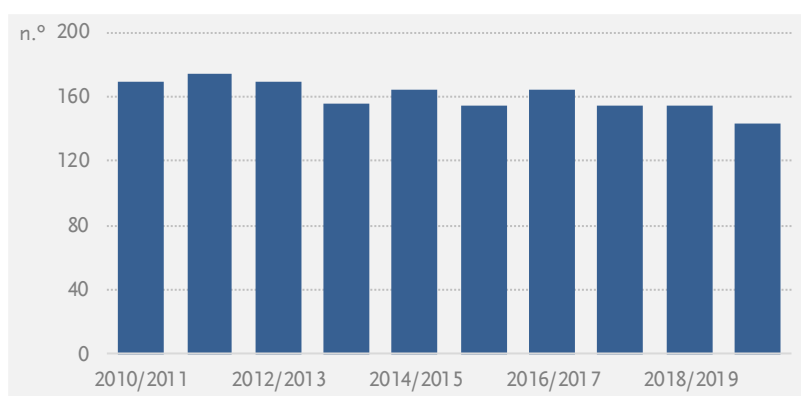
6.1.2.3. 1.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 o 1.º CEB em Penela é frequentado por um total de 143 alunos (Quadro 50). A análise da distribuição da frequência por ano de escolaridade mostra que o maior número de alunos se encontra no 2.º ano de escolaridade, com 42 alunos, seguido do 4.º ano de escolaridade, com 41 alunos, do 1.º ano de escolaridade, com 31 alunos, e do 3.º ano de escolaridade, com 29 alunos.

Quadro 50. Frequência no 1.º CEB por estabelecimento de ensino e ano de escolaridade no ano letivo 2019/2020.

Estabelecimento de ensino	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	Total
EB Cumeeira	3	6	4	2	15
EB Espinhal	13	12	6	20	51
EB Infante D. Pedro	15	24	19	19	77
Total	31	42	29	41	143

À semelhança do 1.º CEB, nos últimos dez anos letivos a frequência no 1.º CEB oscilou entre aumentos e diminuições, ainda que com uma tendência de decréscimo (Figura 46). Em termos globais, entre 2010/2011 e 2019/2020 o número de alunos reduziu -15,88%, valor que corresponde a -27 alunos (de 170 para 143 alunos).

**Figura 46.** Evolução da frequência no 1.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

A observação da frequência no 1.º CEB por estabelecimento no mesmo período revela que apenas um não acompanha esta tendência de decréscimo (Figuras 47, 48 e 49). Efetivamente, entre 2010/2011 e 2019/2020 a EB Espinhal registou um aumento de 4 alunos, valor que representa um acréscimo de 8,51% (de 47 para 51 alunos). Embora pouco expressivo, este crescimento mostra o dinamismo deste estabelecimento, que apesar do reduzido número de nascimentos, apresenta uma população escolar bastante expressiva no contexto da realidade municipal. A EB Cumeeira e a EB Infante D. Pedro verificaram uma diminuição de -7 e -24 alunos, valores que correspondem a -31,82% e -23,76%.

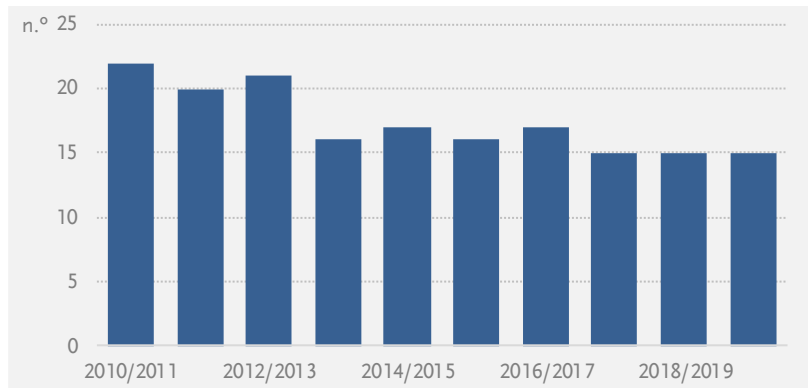


Figura 47. Evolução da frequência no 1.º CEB na EB Cumeira entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

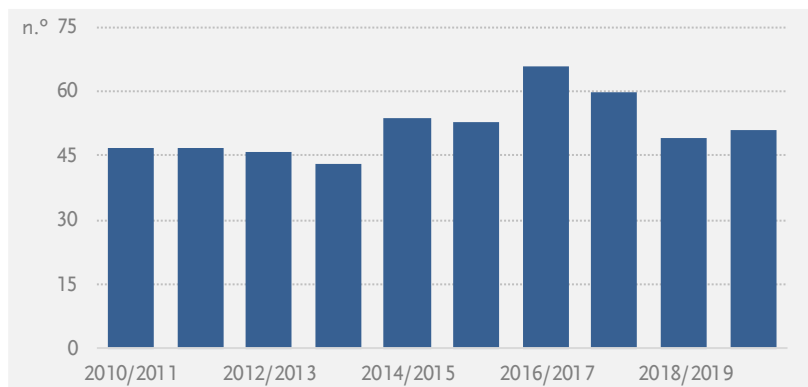


Figura 48. Evolução da frequência no 1.º CEB na EB Espinhal entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

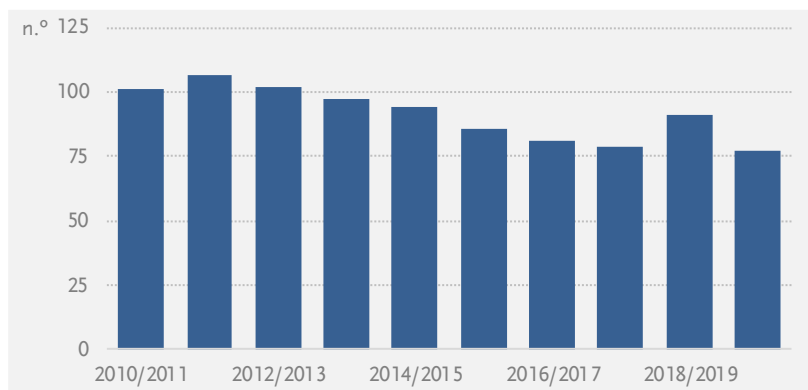


Figura 49. Evolução da frequência no 1.º CEB na EB Infante D. Pedro entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

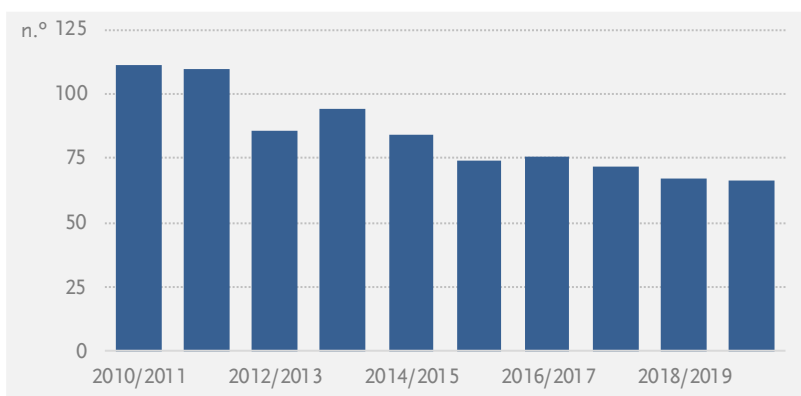
6.1.2.4. 2.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 o 2.º CEB em Penela é frequentado por um total de 66 alunos, 34 alunos no 5.º ano de escolaridade e 32 alunos no 6.º ano de escolaridade (Quadro 51).

Quadro 51. Frequência no 2.º CEB por ano de escolaridade no ano letivo 2019/2020.

5.º ano	6.º ano	Total
(n.º)		
34	32	66

A análise da evolução da frequência no 2.º CEB nos últimos dez anos letivos mostra uma quebra acentuada, embora pontualmente interrompida por ligeiros aumentos (Figura 50). Em termos globais, entre 2010/2011 e 2019/2020 observou-se uma diminuição de -40,54%, valor que representa -45 alunos (de 111 para 66 alunos). O momento que marcou o início desta descida foi o ano letivo 2012/2013, quando se registou uma redução de -21,82%, valor correspondente a -24 alunos (de 110 para 86 alunos).

**Figura 50.** Evolução da frequência no 2.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

6.1.2.5. 3.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 o 3.º CEB em Penela é frequentado por um total de 102 alunos, 30 alunos no 7.º ano de escolaridade, 35 alunos no 8.º ano de escolaridade e 37 alunos no 9.º ano de escolaridade (Quadro 52).

Quadro 52. Frequência no 3.º CEB por ano de escolaridade no ano letivo 2019/2020.

7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total
(n.º)			
30	35	37	102

À semelhança do 2.º CEB, a análise da evolução da frequência no 3.º CEB nos últimos dez anos letivos revela uma descida expressiva, ainda que também aqui pontualmente interrompida por ligeiros aumentos (Figura 51). Em termos globais,

entre 2010/2011 e 2019/2020 observou-se uma diminuição de -39,64%, valor que representa -67 alunos (de 169 para 102 alunos). Embora aqui a quebra seja mais gradual, o decréscimo mais significativo ocorreu entre os anos letivos 2016/2017 e 2017/2018, quando se registou uma redução de -17,42%, valor correspondente a -23 alunos (de 132 para 109 alunos).

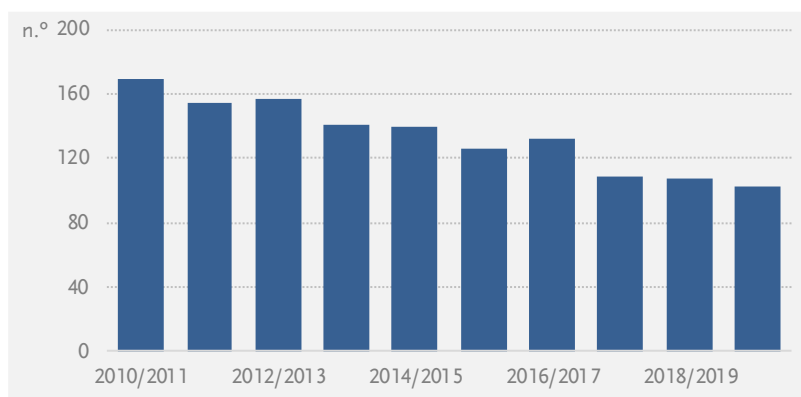


Figura 51. Evolução da frequência no 3.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

6.1.2.6. Ensino profissional

No ano letivo 2019/2020 o ensino profissional em Penela é frequentado por um total de 39 alunos, 20 alunos no 11.º ano de escolaridade e 19 alunos no 12.º ano de escolaridade (Quadro 53). Estes alunos distribuem-se por dois cursos, o curso de análise laboratorial, com 19 alunos, e o curso de auxiliar de saúde, com 20 alunos.

Quadro 53. Frequência no ensino profissional por curso e ano de escolaridade no ano letivo 2019/2020.

Curso	10.º ano	11.º ano	12.º ano	Total
	(n.º)			
Análise laboratorial	0	10	9	19
Auxiliar de saúde	0	10	10	20
Total	0	20	19	39

Por fim, a análise da evolução da frequência no ensino profissional nos últimos dez anos letivos mostra uma quebra contínua, apenas interrompida no ano letivo 2014/2015, que verificou um ligeiro aumento (Figura 52). Durante este período existiram dois momentos em que aconteceram reduções expressivas, o primeiro no ano letivo 2012/2013, que registou um decréscimo de -23,61% (-17 alunos), e o segundo no ano letivo 2018/2019, que observou uma diminuição de -19,61% (-10

alunos). Em termos globais, entre 2010/2011 e 2019/2020 ocorreu uma descida de -55,17%, valor que representa -48 alunos (de 87 para 39 alunos).

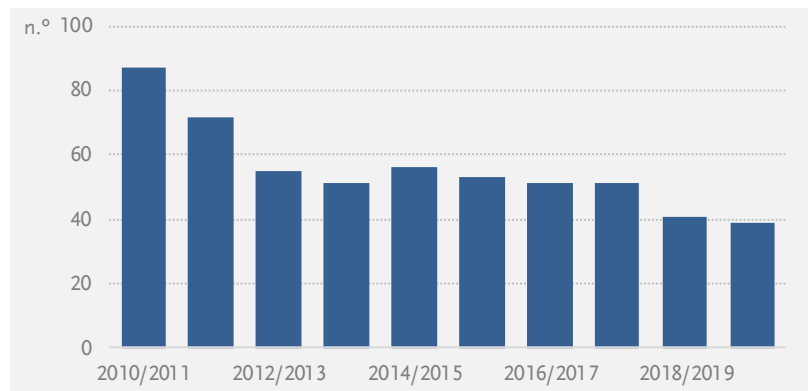


Figura 52. Evolução da frequência no ensino profissional entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

6.2. Fluxos escolares

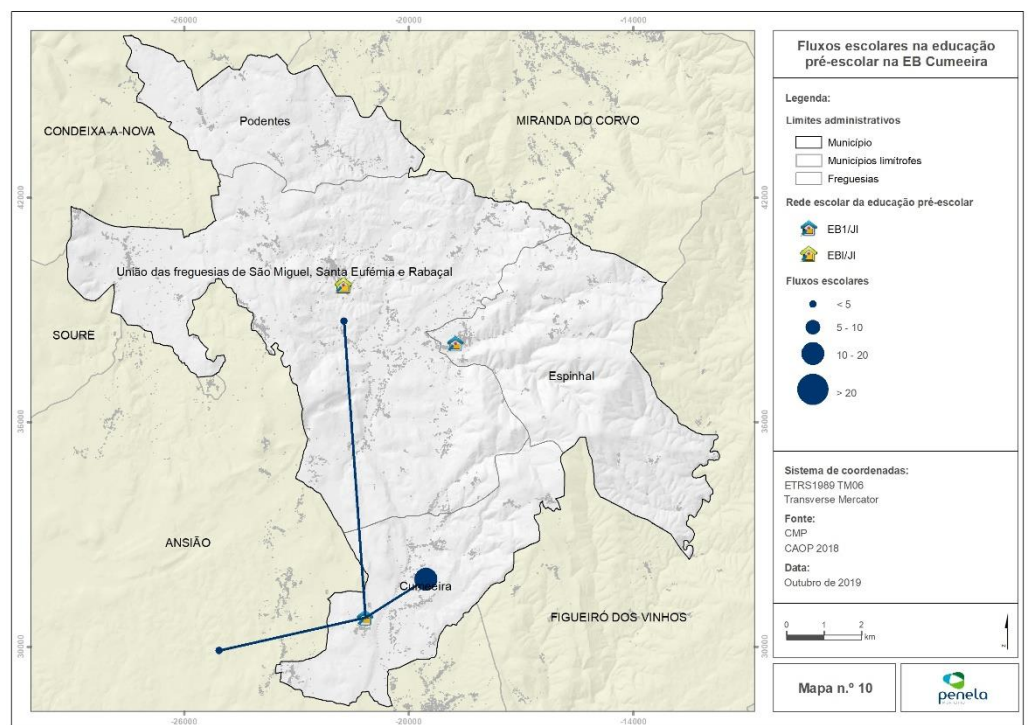
A análise dos fluxos escolares nos diferentes níveis de educação e ensino no município de Penela no ano letivo 2019/2020 torna possível a leitura da mobilidade intra e intermunicipal e a compreensão da maior ou menor atratividade do território municipal e dos diferentes equipamentos educativos.

6.2.1. Educação pré-escolar

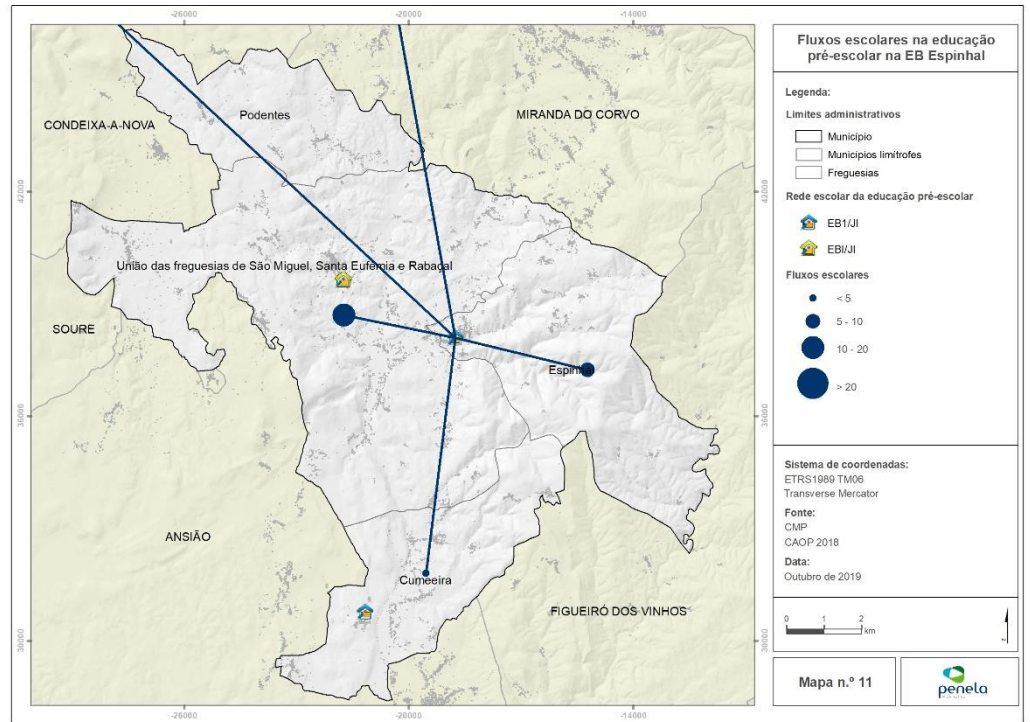
A observação dos fluxos escolares nos estabelecimentos de educação pré-escolar no município de Penela no ano letivo 2019/2020 mostra que estes são maioritariamente frequentados por crianças residentes no território municipal (Quadro 54 e mapas 10, 11 e 12). Efetivamente, do total de 93 crianças que frequentam a educação pré-escolar, apenas seis são provenientes de outros municípios (1 na EB Cumeeira, 3 na EB Espinhal e 2 na EB Infante D. Pedro). Descendo de escala de análise para o nível da área de influência, identificam-se padrões de comportamento distintos. A EB Cumeeira (16 da freguesia da Cumeeira e 3 da UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal) e a EB Infante D. Pedro (5 da freguesia de Podentes e 37 da UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal) são na generalidade frequentadas por crianças residentes na área de influência. A EB Espinhal é maioritariamente frequentada por crianças provenientes de outras freguesias, em particular da UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal (2 da freguesia da Cumeeira, 9 da freguesia do Espinhal e 15 da UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal).

Quadro 54. Fluxos na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020.

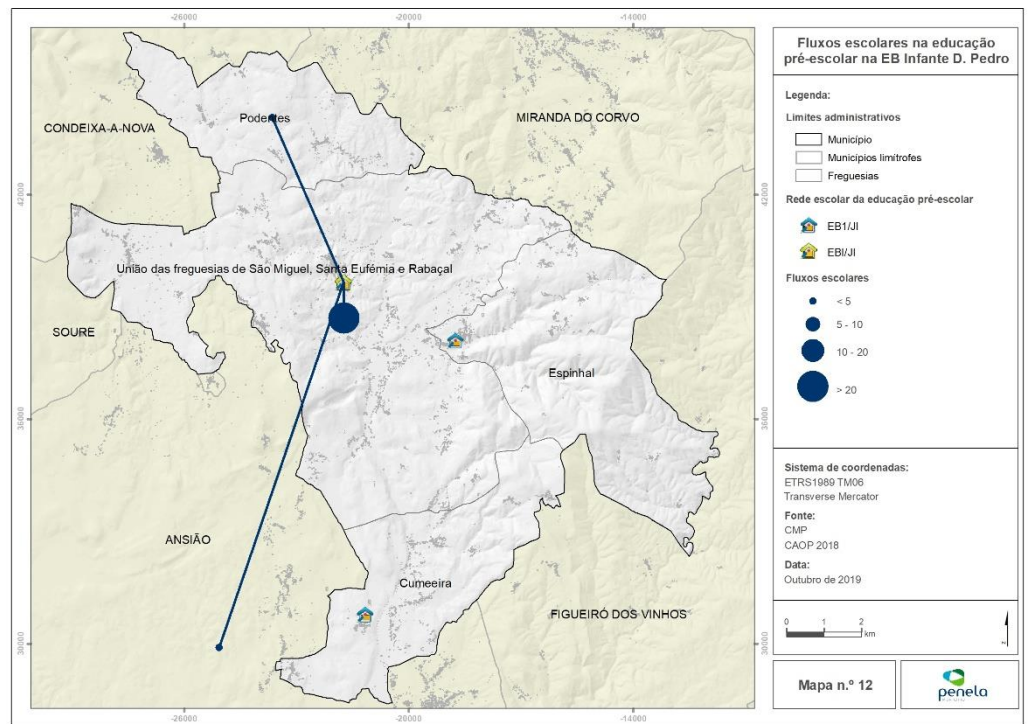
Residência	EB Cumeeira	EB Espinhal	EB Infante D. Pedro	Total
Cumeeira	16	2	0	18
Espinhal	0	9	0	9
Podentes	0	0	5	5
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	3	15	37	55
Outros municípios	1	3	2	6
Área de influência	16	9	42	67
Outras freguesias do município	3	17	0	20
Outros municípios	1	3	2	6
Total	20	29	44	93



Mapa 10. Fluxos na educação pré-escolar na EB Cumeeira no ano letivo 2019/2020.



Mapa 11. Fluxos na educação pré-escolar na EB Espinhal no ano letivo 2019/2020.



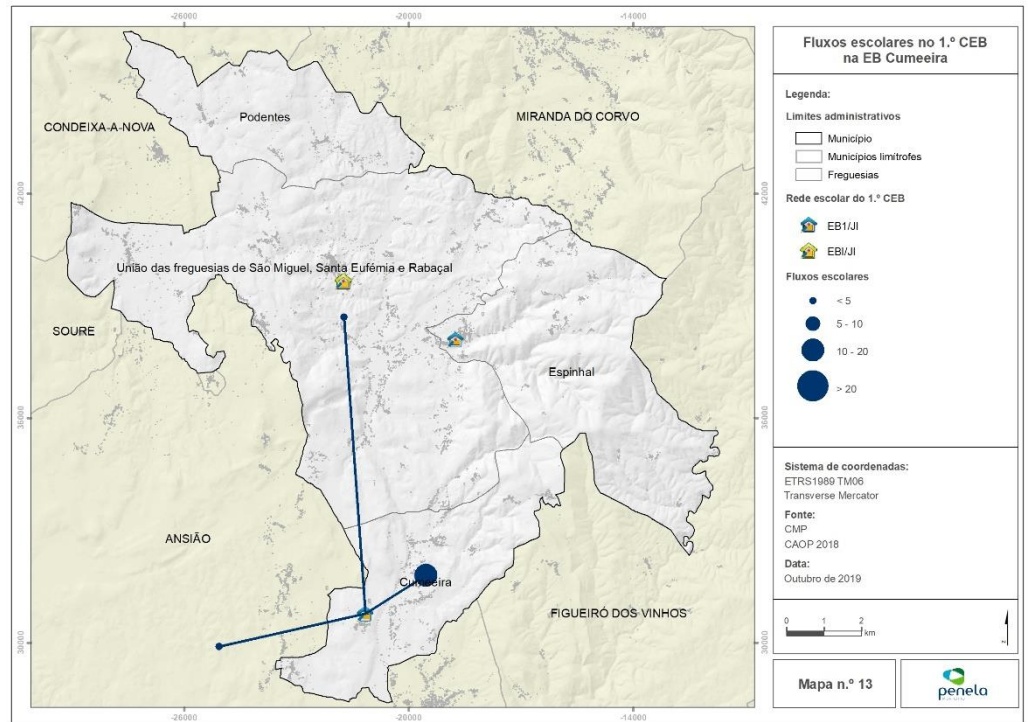
Mapa 12. Fluxos na educação pré-escolar na EB Infante D. Pedro no ano letivo 2019/2020.

6.2.2. 1.º Ciclo do ensino básico

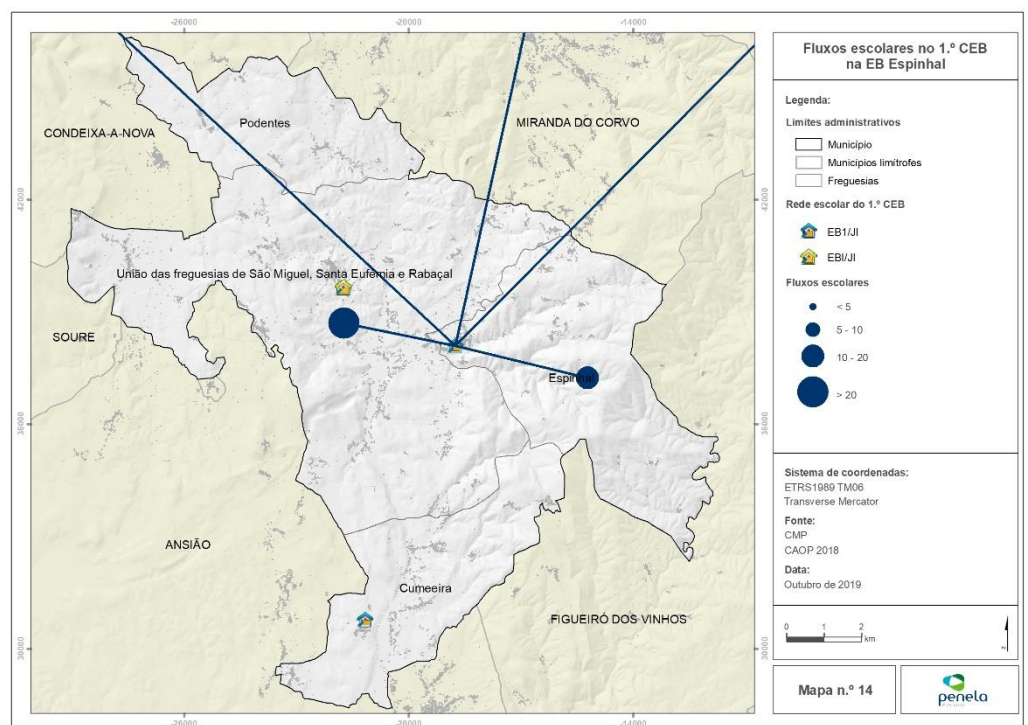
A realidade do 1.º CEB é em tudo idêntica à descrita para a educação pré-escolar. A observação dos fluxos escolares nos estabelecimentos de ensino de 1.º CEB no município de Penela no ano letivo 2019/2020 revela que estes são igualmente maioritariamente frequentados por alunos residentes no território municipal (Quadro 55 e mapas 13, 14 e 15). De facto, do total de 143 alunos que frequentam o 1.º CEB, apenas nove são provenientes de outros municípios (2 na EB Cumeeira, 3 na EB Espinhal e 4 na EB Infante D. Pedro). Descendo de escala de análise para o nível da área de influência, encontram-se mais uma vez padrões de comportamento diferentes. A EB Cumeeira (12 da freguesia da Cumeeira e 1 da UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal) e a EB Infante D. Pedro (2 da freguesia do Espinhal, 9 da freguesia de Podentes e 62 da UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal) são na generalidade frequentadas por alunos residentes na área de influência. A EB Espinhal é maioritariamente frequentada por alunos provenientes de outra freguesia, a UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal (20 da freguesia do Espinhal e 28 da UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal).

Quadro 55. Fluxos no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020.

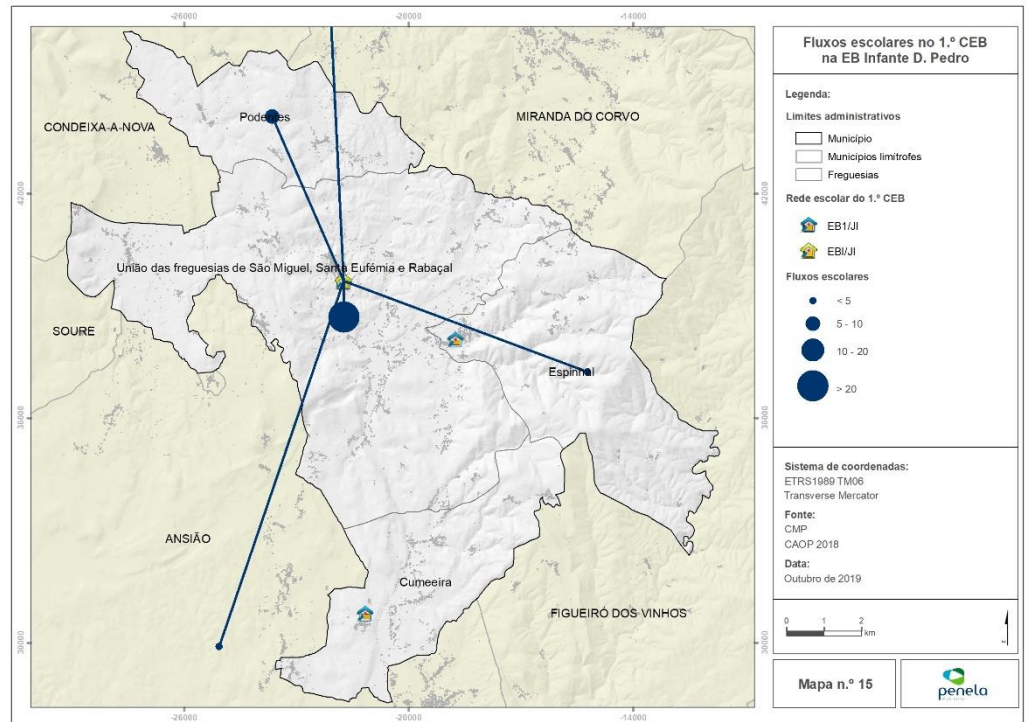
Residência	EB Cumeeira	EB Espinhal	EB Infante D. Pedro (n.º)	Total
Cumeeira	12	0	0	12
Espinhal	0	20	2	22
Podentes	0	0	9	9
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	1	28	62	91
Outros municípios	2	3	4	9
Área de influência	12	20	71	103
Outras freguesias do município	1	28	2	31
Outros municípios	2	3	4	9
Total	15	51	77	143



Mapa 13. Fluxos no 1.º CEB na EB Cumeeira no ano letivo 2019/2020.



Mapa 14. Fluxos no 1.º CEB na EB Espinhal no ano letivo 2019/2020.



Mapa 15. Fluxos no 1.º CEB na EB Infante D. Pedro no ano letivo 2019/2020.

6.2.3. 2.º Ciclo do ensino básico

A observação dos fluxos escolares no 2.º CEB no município de Penela no ano letivo 2019/2020 mostra que este é quase exclusivamente frequentado por alunos residentes no território municipal (Quadro 56 e mapa 16). Efetivamente, do total de 66 alunos que frequentam o 2.º CEB, apenas quatro são provenientes de outros municípios. Os restantes 62 alunos residem maioritariamente na UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, com 48 alunos, e na freguesia do Espinhal, com 11 alunos. Na freguesia da Cumeeira são dois os alunos inscritos, enquanto na freguesia de Podentes se encontra apenas um aluno matriculado.

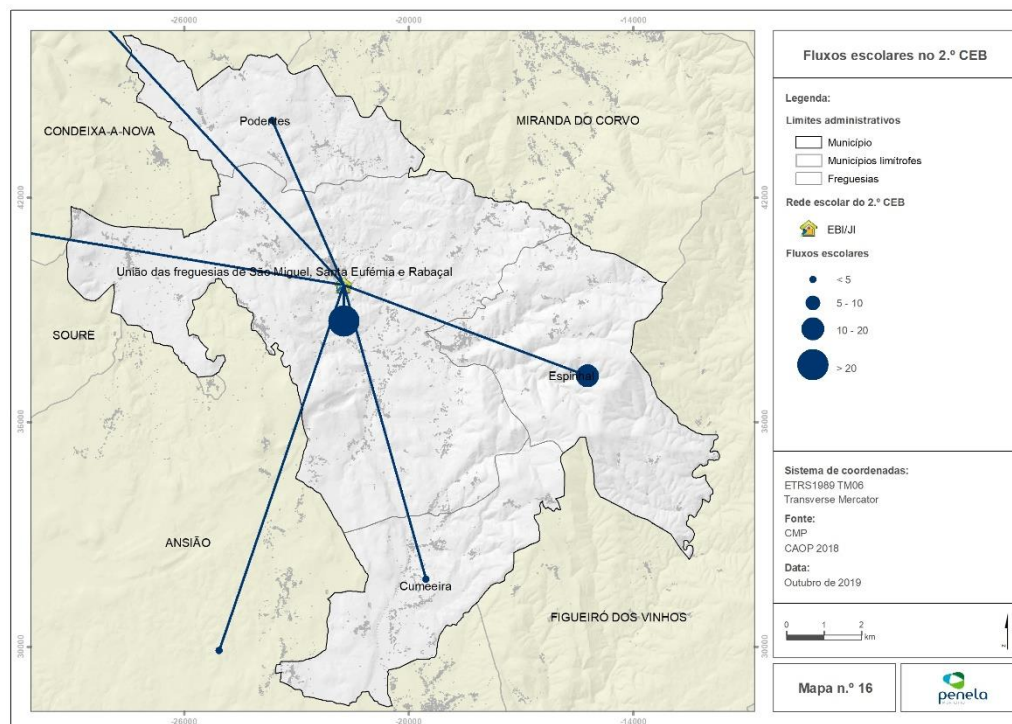
6.2.4. 3.º Ciclo do ensino básico

A análise dos fluxos escolares no 3.º CEB no município de Penela no ano letivo 2019/2020 revela que este é quase exclusivamente frequentado por alunos residentes no território municipal (Quadro 57 e mapa 17). De facto, do total de 102 alunos que frequentam o 3.º CEB, apenas quatro são provenientes de outros municípios. Os restantes 98 alunos residem maioritariamente na UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, com 67 alunos, e na freguesia do Espinhal, com 18 alunos. Na freguesia

da Cumeeira são sete os alunos matriculados, enquanto na freguesia de Podentes se encontram seis alunos inscritos.

Quadro 56. Fluxos no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.

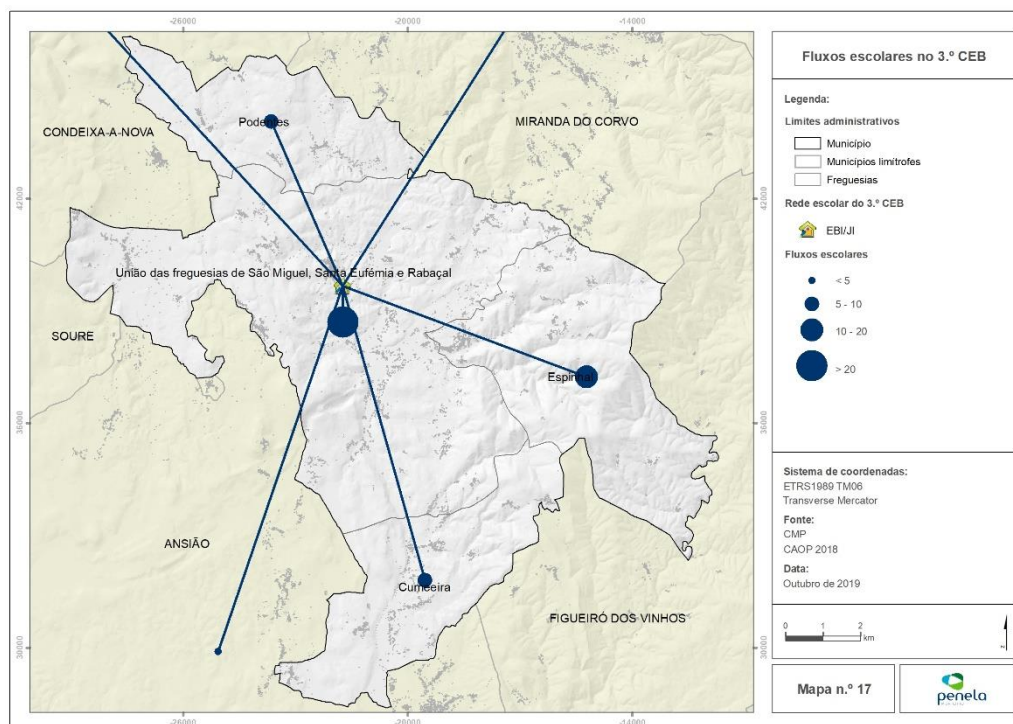
Residência	EB Infante D. Pedro (n.º)
Cumeeira	2
Espinhal	11
Podentes	1
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	48
Outros municípios	4
Município	62
Outros municípios	4
Total	66



Mapa 16. Fluxos no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Quadro 57. Fluxos no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Residência	EB Infante D. Pedro (n.º)
Cumeira	7
Espinhal	18
Podentes	6
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	67
Outros municípios	4
Município	98
Outros municípios	4
Total	102



Mapa 17. Fluxos no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.

6.2.5. Ensino profissional

A observação dos fluxos escolares no ensino profissional no município de Penela no ano letivo 2019/2020 mostra que, ao contrário dos níveis de educação e ensino

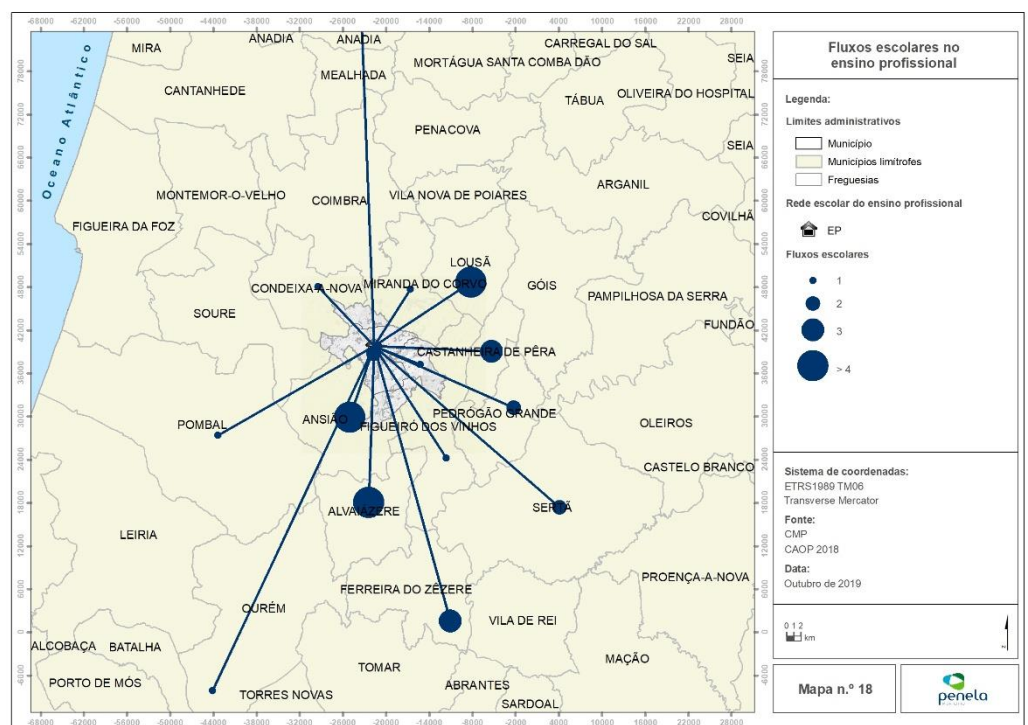
anteriores, este é quase exclusivamente frequentado por alunos provenientes de outros territórios municipais (Quadro 58 e mapa 18). Efetivamente, do total de 39 alunos matriculados na Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela, apenas três residem no município (1 na freguesia do Espinhal e 2 na UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal). Os restantes 36 alunos são maioritariamente provenientes dos municípios de Alvaiázere (7 alunos), Lousã (7 alunos) e Ansião (6 alunos). Com valores inferiores seguem-se os municípios de Castanheira de Pêra (3 alunos), Ferreira do Zêzere (3 alunos), Pedrógão Grande (2 alunos) e Sertã (2 alunos). Com apenas um aluno são ainda de referir os municípios de Águeda, Condeixa-a-Nova, Miranda do Corvo, Ourém, Pombal e Figueiró dos Vinhos.

Quadro 58. Fluxos no ensino profissional no ano letivo 2019/2020.

Residência	Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela (n.º)
Cumeeira	0
Espinhal	1
Podentes	0
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	2
Outros municípios	36
Município	3
Outros municípios	36
Total	39

Em síntese, uma primeira ideia a retirar da análise dos fluxos escolares nos diferentes níveis de educação e ensino no município de Penela no ano letivo 2019/2020 permite concluir que, com exceção do ensino profissional, Penela é um território pouco atrativo (Quadro 59). Efetivamente, do total de 404 alunos matriculados na educação pré-escolar e no ensino básico, apenas 23 alunos são provenientes de outros municípios. Um segundo comentário destaca o facto da

população escolar em idade de frequentar o ensino secundário optar por estabelecimentos de ensino localizados noutros territórios municipais, particularmente Coimbra. Por fim, e no que respeita apenas ao comportamento da população escolar na educação pré-escolar e no 1.º CEB, constata-se que a EB Infante D. Pedro apresenta uma dinâmica contrária à verificada na generalidade das escolas situadas nas sedes de município. Os dados mostram que apresenta uma baixa capacidade de atração e que existe um grande número de alunos residentes na sua área de influência que opta pela EB Espinhal.



Mapa 18. Fluxos no ensino profissional no ano letivo 2019/2020.

Quadro 59. Fluxos por nível de ensino no ano letivo 2019/2020.

Residência	Educação pré-escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino profissional
Área de influência	67	103	62	98	3
Outras freguesias do município	20	31			
Outros municípios	6	9	4	4	36
Total	93	143	66	102	39

6.3. Cenário prospetivo

6.3.1. Modelo de projeção adotado

O modelo de previsão adotado para a realização das projeções da população escolar e, conseqüentemente, das necessidades de salas a médio e longo prazo para os diferentes níveis de educação e ensino foi construído com base nos nascimentos registados e assentou no pressuposto de que as crianças nascidas no município de Penela vão completar a totalidade do seu percurso escolar na rede escolar municipal.

Para a conversão dos nascimentos em população escolar no período correspondente à frequência utilizaram-se os nascimentos observados no intervalo de tempo situado entre os anos de 1991 e de 2018 (último ano disponível) e considerou-se como idade de entrada no sistema educativo os três anos, que corresponde ao primeiro ano em que é possível a inscrição na educação pré-escolar. De salientar, no entanto, que a frequência da educação pré-escolar não é obrigatória e que a idade de entrada pode variar entre os três e os cinco anos.

As projeções da população escolar foram efetuadas para os dez anos letivos em análise (de 2010/2011 a 2019/2020) e para os próximos anos letivos (de 2020/2021 a 2033/2034) para os diferentes níveis de educação e ensino. Num momento inicial foram elaboradas ao município para todos os níveis de educação e ensino e, num momento seguinte, foram feitas ao território educativo, mas neste caso apenas para a educação pré-escolar e o 1.º CEB, uma vez que nos restantes níveis de ensino a área de influência é municipal.

Deve, contudo, ser esclarecido que os quantitativos de população escolar resultantes da aplicação da metodologia descrita são valores potenciais e apontam tendências de evolução do número de crianças e alunos, supondo que a dinâmica demográfica e socioeconómica do município de Penela se mantém estável e não há alterações significativas na procura de educação e ensino. No caso da educação pré-escolar, de frequência não obrigatória, as projeções da população escolar assumem um carácter ainda mais indicativo. No caso do ensino secundário trata-se de perceber a população escolar disponível para frequentar este nível de ensino, dado que existe apenas um estabelecimento de ensino profissional, a Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela, e que este é quase na sua totalidade frequentado por alunos provenientes de outros territórios municipais.

Mas a realidade municipal é dinâmica e são muitos e variados os fatores suscetíveis de alterar a geografia da procura de educação e ensino durante o período de tempo que decorre entre o ano do nascimento e o ano de entrada no sistema educativo e mesmo durante o decorrer do percurso escolar, destacando-se os que se seguem:

- Insucesso escolar (retenção, desistência e abandono);
- “Importação” ou “exportação” de população escolar, que depende de fatores como:
 - Oferta educativa e formativa existente no território municipal;
 - Preferência dos alunos e/ou pais e/ou encarregados de educação, relacionada com a imagem ou qualidade apercebida das escolas;
 - Conveniência dos pais e/ou encarregados de educação, como acontece com as crianças e os alunos que acompanham os pais e/ou encarregados de educação nas deslocações casa-trabalho e frequentam os estabelecimentos de educação e ensino localizados na proximidade dos respetivos locais de trabalho;
 - Questões migratórias, internas e externas, que envolvam pessoas em idade fértil ou já com filhos em idade escolar.
- Quadro de desenvolvimento demográfico e socioeconómico esperado, que faz variar a atratividade dos territórios.

De referir que o efeito destes fatores apresenta significativa variabilidade espacial dentro do território municipal. Tal resulta, desde logo, da existência de espaços físicos e sociais de génese diferenciada, de ruralidade e urbanidade, e da localização espacial da oferta escolar, associada às escolas existentes e às respetivas capacidades instaladas.

Numa primeira fase foram analisadas as projeções da população escolar para os próximos anos letivos (de 2020/2021 a 2033/2034) para os diferentes níveis de educação e ensino. Numa segunda fase, para melhor apreciar os resultados das projeções da população escolar realizadas com base no modelo de previsão adotado e os efeitos dos fatores suscetíveis de alterar a geografia da procura de educação e ensino no território municipal, foram analisadas as projeções da população escolar para os dez anos letivos em análise (de 2010/2011 a 2019/2020) para os diferentes

níveis de educação e ensino e compararam-se os seus resultados com o número de crianças e alunos que efetivamente frequentaram a rede escolar municipal nesses mesmos anos letivos.

Com esta abordagem pretende-se, por um lado, estimar a procura de crianças e alunos potencial para os vários níveis de educação e ensino e identificar as carências atuais e previstas para o período considerado, e, por outro lado, avaliar a margem de erro da metodologia descrita e conhecer as diversas dinâmicas existentes na população escolar, estabelecendo padrões de comportamento nos diferentes níveis de educação e ensino e nos diferentes territórios educativos.

6.3.2. Projeções da população escolar

6.3.2.1. Educação pré-escolar

As projeções da população escolar na educação pré-escolar para o ano letivo 2021/2022 (99 crianças) indiciam, em relação ao ano letivo 2019/2020, momento em que era frequentada por 93 crianças, um ligeiro aumento, dando continuidade à subida expressiva ocorrida no último ano letivo, quando passou de 81 para 93 crianças (Figura 53 e quadro 60). Esta dinâmica positiva contraria a tendência de decréscimo que se manifesta desde o ano letivo 2010/2011 e que se agravou a partir do ano letivo 2018/2019, quando pela primeira vez se desceu abaixo das 100 crianças por ano. Ainda assim, os valores previstos estão muito abaixo dos verificados no início da década. Apesar deste crescimento e embora se espere algum acréscimo da frequência na educação pré-escolar nos próximos dois anos letivos, não é previsível que o aumento da população escolar descrito aconteça (de 93 crianças em 2019/2020 para 99 crianças em 2021/2022). A análise comparativa do número de crianças inscritas e do número de nascimentos registados no período correspondente à frequência entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020 indica-nos que Penela apresenta habitualmente uma população escolar inferior à que seria expectável, revelando que perde crianças para outros territórios municipais e que estas não são compensadas pela entrada de crianças provenientes de outros municípios, como nos mostra a observação dos fluxos escolares. Não obstante, é muito evidente o resultado do trabalho que a autarquia tem vindo a realizar para fixar crianças. Efetivamente, a diferença entre as crianças inscritas e as crianças potenciais tem vindo a diminuir nos últimos anos letivos, sendo que no último ano letivo é de apenas uma criança (93 crianças inscritas e 94 crianças potenciais).

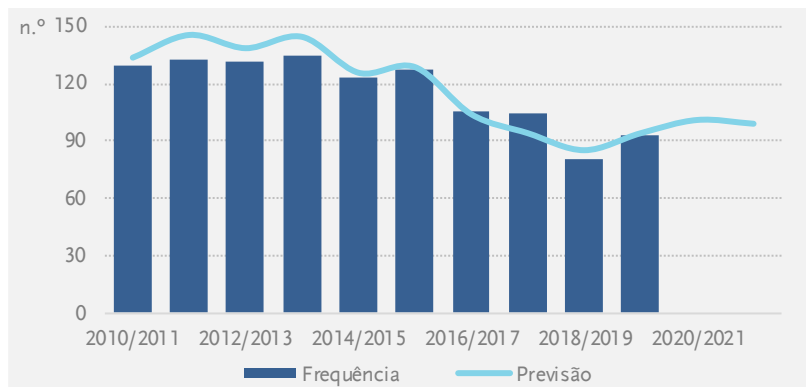


Figura 53. População escolar potencial na educação pré-escolar entre os anos letivos 2010/2011 e 2021/2022.

Quadro 60. Síntese da educação pré-escolar.

Estabelecimento de educação	2019/2020		2021/2022		Variação	
	Real	Potencial	Potencial	Real-potencial 2019/2020	Potencial 2019/2020-2021/2022	
EB Cumeeira	20	21	20	-1	-1	
EB Espinhal	29	11	8	18	-3	
EB Infante D. Pedro	44	62	71	-18	9	
Total	93	94	99	-1	5	

Descendo à escala de análise do estabelecimento de educação pré-escolar, constatamos que o aumento da população escolar a frequentar a educação pré-escolar no último ano letivo (de 81 para 93 crianças) se deve, no essencial, ao crescimento expressivo ocorrido na EB Cumeeira (de 9 para 20 crianças), uma vez que a EB Infante D. Pedro (de 38 para 44 crianças) evidenciou um pequeno acréscimo e que a EB Espinhal (de 34 para 29 crianças) verificou uma ligeira diminuição (Figuras 54, 55 e 56). Embora a EB Cumeeira se mantenha com a frequência mais baixa, é de assinalar este aumento. Em termos de população escolar potencial no ano letivo 2021/2022, percebemos que a EB Infante D. Pedro é a que apresenta um número de crianças disponíveis superior, com 71 crianças. Segue-se a EB Cumeeira, com 20 crianças, e a EB Espinhal, com apenas 8 crianças. Estes valores traduzem a realidade dos nascimentos registados em cada território educativo, mas não consideram a mobilidade intra e intermunicipal, que altera de forma drástica o quadro descrito. Efetivamente, a observação dos fluxos escolares mostra a existência de dinâmicas expressivas que devem merecer uma profunda reflexão. Aqui é de

referir o significativo número de crianças residentes na área de influência da EB Infante D Pedro (UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal e Podentes) que opta por frequentar a educação pré-escolar na EB Espinhal (15 crianças) e o elevado número de crianças residentes na freguesia da Cumeeira que opta por frequentar a educação pré-escolar em estabelecimentos localizados noutros municípios, em particular Ansião, devido à proximidade geográfica. No caso da EB Cumeeira esta realidade, parece, no entanto, estar a inverter-se.

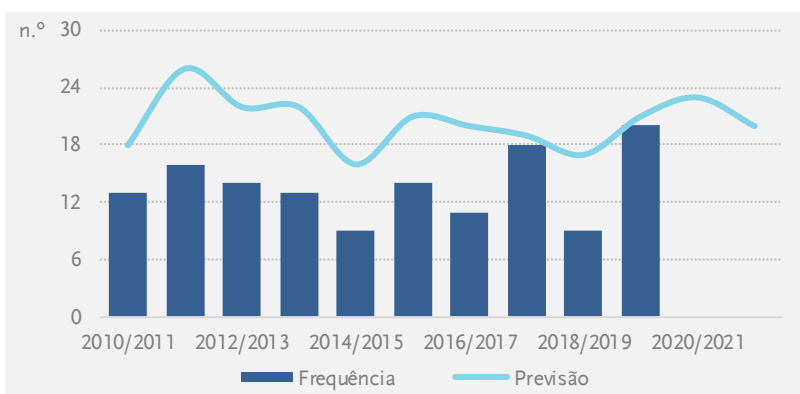


Figura 54. População escolar potencial na educação pré-escolar na EB Cumeeira entre os anos letivos 2010/2011 e 2021/2022.

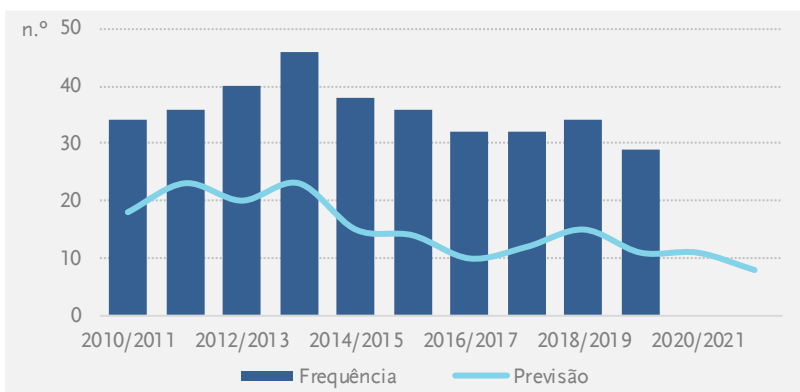


Figura 55. População escolar potencial na educação pré-escolar na EB Espinhal entre os anos letivos 2010/2011 e 2021/2022.

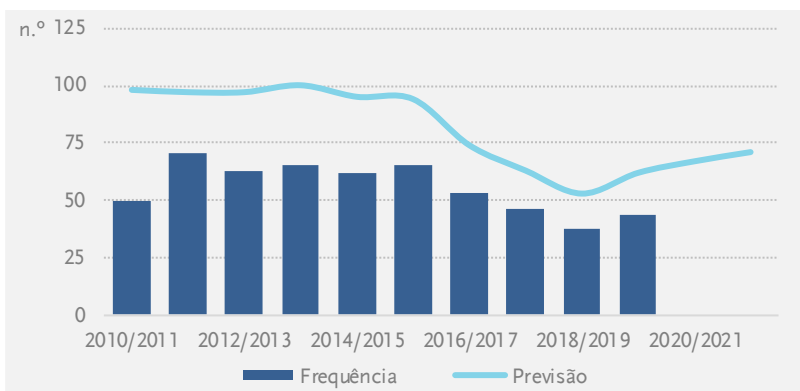


Figura 56. População escolar potencial na educação pré-escolar na EB Infante D. Pedro entre os anos letivos 2010/2011 e 2021/2022.

6.3.2.2. 1.º Ciclo do ensino básico

Mantendo a tendência de diminuição que se verifica desde o ano letivo 2010/2011, as projeções da população escolar no 1.º CEB para o ano letivo 2024/2025 (134 alunos) indiciam, em relação ao ano letivo 2019/2020, momento em que era frequentado por 143 alunos, um decréscimo, ainda que nos últimos dois anos letivos se observe um aumento que não é despreciable (Figura 57 e quadro 61). Atendendo ao comportamento da população escolar, a redução descrita (de 143 alunos em 2019/2020 para 134 alunos em 2024/2025) poderá ser superior à projetada. Efetivamente, a análise comparativa do número de alunos matriculados e do número de nascimentos registados no período correspondente à frequência entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020 mostra-nos que Penela apresenta uma população escolar muito inferior à que seria expectável em todos os anos, revelando que perde um grande número de alunos para outros territórios municipais e que estes não são compensados pela entrada de alunos provenientes de outros municípios, como nos comprova a observação dos fluxos escolares. Embora este fenómeno também se verifique na educação pré-escolar, aqui a saída de alunos é muito superior. Note-se, no entanto, que o ano letivo de 2019/2020 é onde a diferença entre a frequência e a previsão é menor (9 alunos), o que é um sinal muito positivo.

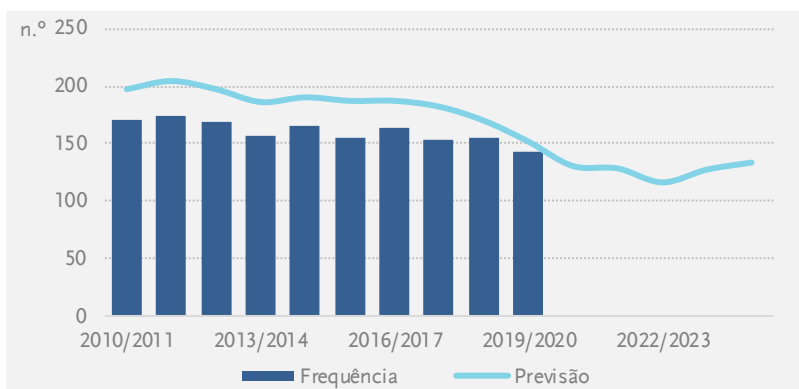


Figura 57. População escolar potencial no 1.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2024/2025.

Observando a população escolar potencial no ano letivo 2024/2025 nos diferentes estabelecimentos de ensino de 1.º CEB percebemos que, à semelhança da educação pré-escolar, a EB Infante D. Pedro é a que apresenta o maior número de alunos disponível, com 91 alunos, seguindo-se a EB Cumeeira, com 28 alunos, e a EB Espinhal, com apenas 15 alunos (Figuras 58, 59 e 60). Estes valores, que traduzem a realidade dos nascimentos registados em cada território educativo, uma vez mais

não consideram a dinâmica existente entre a EB Infante D. Pedro e a EB Espinhal e entre a EB Cumeeira e o município de Ansião, que aqui interferem de forma ainda mais significativa no quadro descrito. No caso da EB Infante D. Pedro, a sua baixa capacidade de atração determina uma frequência muito abaixo do expectável. A curto e médio prazo esta situação não é preocupante, uma vez que, apesar da perda de alunos, as previsões apontam para a manutenção de quantitativos escolares acima dos 50 alunos, valor bastante razoável para um território de baixa densidade. No caso da EB Espinhal, com uma população escolar potencial abaixo do limite mínimo definido pelo ME para o funcionamento de um estabelecimento de ensino de 1.º CEB (21 alunos), a sua grande capacidade de atração tem conseguido afirmar a escola como a segunda maior do território municipal. Efetivamente, no ano letivo 2019/2020 a EB Espinhal recebe mais de uma turma (28 alunos) proveniente da área de influência da EB Infante D. Pedro (UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal e Podentes). Note-se, no entanto, que esta dinâmica é artificial e pode alterar a qualquer momento. Por último, no caso da EB Cumeeira, com uma população escolar potencial capaz de garantir o seu funcionamento a curto e médio prazo, a incapacidade em fixar as crianças nascidas na freguesia, que saem maioritariamente para o município de Ansião, tem mantido a escola com uma frequência abaixo da legalmente definida como limite mínimo para o funcionamento de um estabelecimento de ensino de 1.º CEB (21 alunos), colocando-a em risco real de encerramento se nada for feito para alterar este cenário. Espera-se, no entanto, que o resultado do trabalho que tem vindo a ser feito para fixar crianças na educação pré-escola na EB Cumeeira tenha efeitos no 1.º CEB a curto prazo.

Quadro 61. Síntese do 1.º CEB.

Estabelecimento de ensino	2019/2020		2024/2025		Variação	
	Real	Potencial	Potencial	Real-potencial 2019/2020	Potencial 2019/2020-2024/2025	
EB Cumeeira	15	24	28	-9	4	
EB Espinhal	51	19	15	32	-4	
EB Infante D. Pedro	77	109	91	-32	-18	
Total	143	152	134	-9	-18	

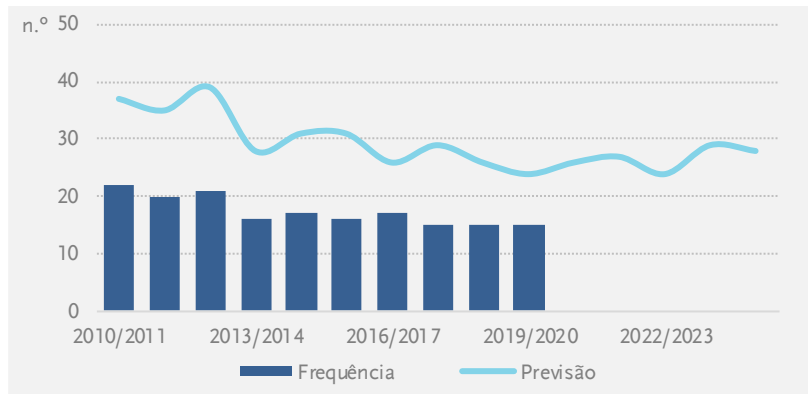


Figura 58. População escolar potencial no 1.º CEB na EB Cumeira entre os anos letivos 2010/2011 e 2024/2025.

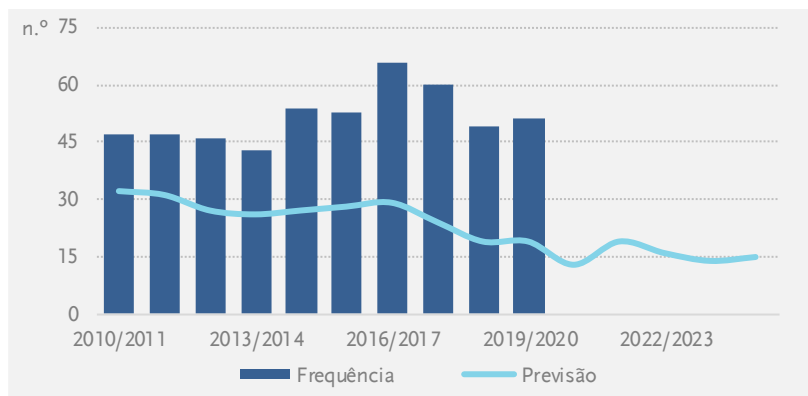


Figura 59. População escolar potencial no 1.º CEB na EB Espinhal entre os anos letivos 2010/2011 e 2024/2025.

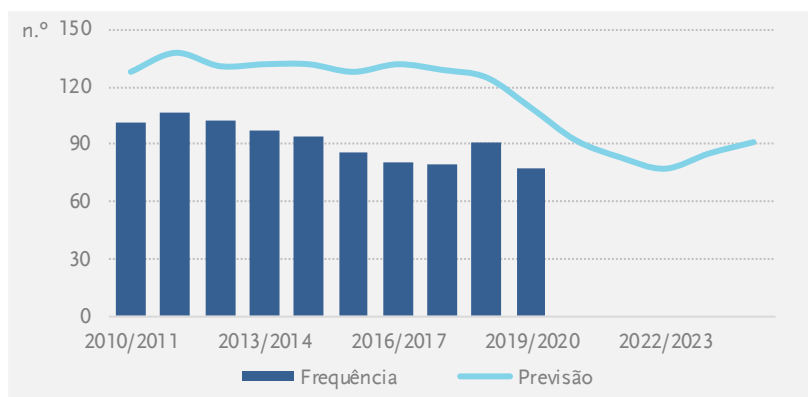


Figura 60. População escolar potencial no 1.º CEB na EB Infante D. Pedro entre os anos letivos 2010/2011 e 2024/2025.

6.3.2.3. 2.º Ciclo do ensino básico

As projeções da população escolar no 2.º CEB para o ano letivo 2028/2029 (67 alunos) indiciam, em relação ao ano letivo 2019/2020, momento em que era frequentado por 66 alunos, a manutenção do número de alunos (Figura 61 e quadro 62). Apesar desta aparente estabilidade, a evolução da população escolar potencial no município de Penela entre os anos letivos 2019/2020 e 2028/2029 pode ser subdividida em duas fases distintas. Se entre os anos letivos 2019/2020 e 2024/2025 se mantém a tendência de decréscimo que se observa desde o início da década, atingindo-se no último ano o valor mais baixo de todo o período em análise (50 alunos), a partir deste momento a tendência inverte-se e assistimos a uma recuperação dos valores, ainda que se mantenham muito distantes dos quantitativos verificados anteriormente. Este cenário favorável não considera, no entanto, a habitual perda de alunos para outros territórios municipais, que no ano letivo 2019/2020 regista o valor máximo (31 alunos). Atendendo a que esta população escolar não é compensada pela entrada de alunos provenientes de outros municípios, se não forem implementadas medidas para contrariar esta realidade poderemos esperar uma diminuição da frequência. Refira-se que a diferença entre a frequência e a previsão tem vindo a aumentar gradualmente.

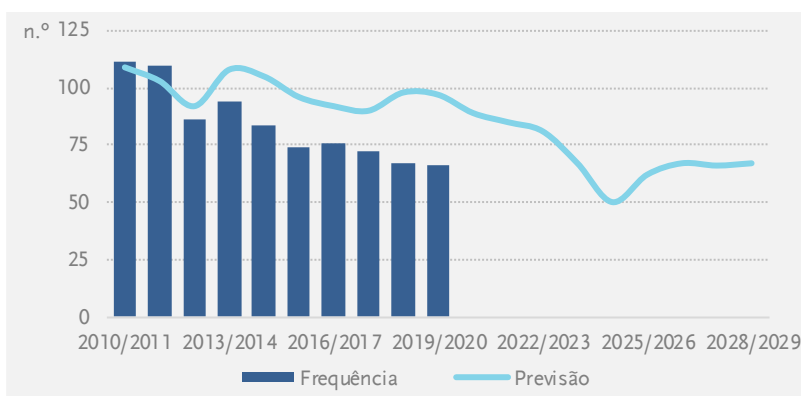


Figura 61. População escolar potencial no 2.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2028/2029.

Quadro 62. Síntese do 2.º CEB.

2019/2020		2028/2029	Variação	
Real	Potencial	Potencial	Real-potencial 2019/2020	Potencial 2019/2020- 2028/2029
66	97	67	-31	-30

(n.º)

6.3.2.4. 3.º Ciclo do ensino básico

A evolução da população escolar potencial no 3.º CEB é em tudo idêntica à do 2.º CEB, distinguindo-se claramente duas fases (Figura 62 e quadro 63). Entre os anos letivos 2019/2020 e 2027/2028 verifica-se um decréscimo, que se acentua a partir do ano letivo 2024/2025. A partir deste ano, e até ao ano letivo 2030/2031, observa-se um aumento. Em termos globais, entre 2019/2020 e 2030/2031 os nascimentos registados em Penela fazem prever a manutenção da população escolar (de 102 para 99 alunos). No entanto, se considerarmos o elevado número de alunos que frequenta o 3.º CEB noutros municípios, e que, como vimos na análise dos fluxos escolares, não é compensada pela entrada de alunos provenientes de outros territórios municipais, poderemos esperar uma diminuição da frequência se esta dinâmica não for invertida. Também aqui a diferença entre a frequência e a previsão tem vindo a crescer gradualmente.

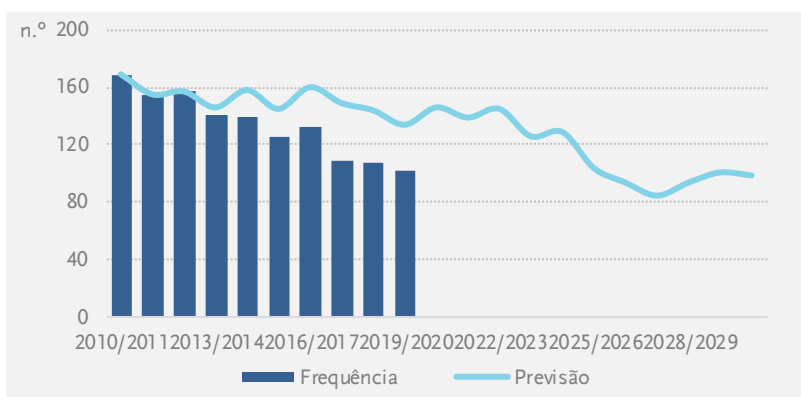


Figura 62. População escolar potencial no 3.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2030/2031.

Quadro 63. Síntese do 3.º CEB.

2019/2020		2030/2031	Variação	
Real	Potencial	Potencial	Real-potencial 2019/2020	Potencial 2019/2020- 2028/2029
(n.º)				
102	134	99	-32	-35

6.3.2.5. Ensino secundário

Refletindo a quebra da natalidade que se tem vindo a observar nos últimos anos, entre os anos letivos 2010/2011 e 2033/2034 a população escolar potencial no ensino

secundário regista uma diminuição, passando de 144 para 99 alunos, valor correspondente a -45 alunos (Figura 63 e quadro 64). Este decréscimo acentua-se a partir do ano letivo 2027/2028, sendo, no entanto, interrompido no ano letivo 2030/2031, momento que marca o início de um ligeiro aumento. Atendendo a que Penela não assegura a oferta de ensino secundário regular e que, como vimos na análise dos fluxos escolares, a Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela é frequentada por apenas três alunos residentes no território municipal, é expectável que esta população escolar frequente, na sua quase totalidade, estabelecimentos de ensino localizados noutros municípios.

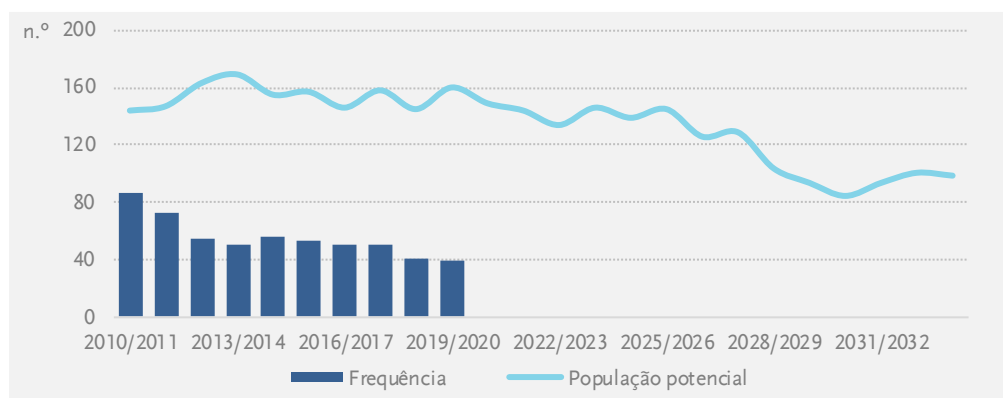


Figura 63. População escolar potencial no ensino secundário entre os anos letivos 2010/2011 e 2033/2034.

Quadro 64. Síntese do ensino secundário.

2019/2020		2033/2034	Variação	
Real	Potencial	Potencial	Real-potencial 2019/2020	Potencial 2019/2020-2033/2034
(n.º)				
39	160	99	-121	-61

Em suma, com exceção da educação pré-escolar, que verifica um crescimento de 5,32%, todos os níveis de ensino registam uma diminuição da sua população escolar potencial (Quadro 65). O maior decréscimo encontra-se no ensino secundário (-38,13%), seguido do 2.º CEB (-30,93%) e do 3.º CEB (-26,12%). A menor redução observa-se no 1.º CEB (-11,84%).

Note-se que estes valores não são indiferentes aos diferentes períodos de projeção. Efetivamente, existe uma relação direta entre o intervalo temporal e a dinâmica da população escolar que mostra que quanto mais avançamos no tempo mais se sentem os efeitos da quebra da natalidade na população escolar.

De referir, ainda, que, como referido anteriormente, estes valores devem ser entendidos como indicadores de tendências no momento de planear a rede escolar e tomar decisões.

Quadro 65. Variação da população escolar potencial.

Nível de educação e ensino	2019/2020	2021/2022	2024/2025	2028/2029	2030/2031	2033/2034	Variação
Educação pré-escolar	94	99					5,32
1.º CEB	152		134				-11,84
2.º CEB	97			67			-30,93
3.º CEB	134				99		-26,12
Ensino secundário	160					99	-38,13

7. Indicadores de sucesso escolar

7.1. Provas finais do 3.º CEB⁸

A observação das médias das provas finais do 9.º ano no município de Penela entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019 permite identificar duas dinâmicas distintas (Figura 64). Efetivamente, se até 2016/2017 se verificou uma melhoria expressiva dos resultados obtidos (de 2,70 para 3,34), a partir de então ocorreu uma quebra significativa (de 3,34 para 2,71). Numa análise comparativa com as médias regionais e nacionais a realidade é idêntica à descrita anteriormente, ou seja, se até

⁸ Atendendo a que as provas finais de ciclo do 9.º ano não se realizaram no ano letivo 2019/2020, na sequência do conjunto de medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da Covid-19 no âmbito dos ensinos básico e secundário, na análise dos resultados escolares recorreu-se ao período temporal que decorre entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

2016/2017 Penela recupera os resultados e regista dois anos consecutivos médias superiores às regionais e nacionais, a partir desse ano a tendência começa a inverter-se e Penela passa novamente a registar médias inferiores às regionais e nacionais.

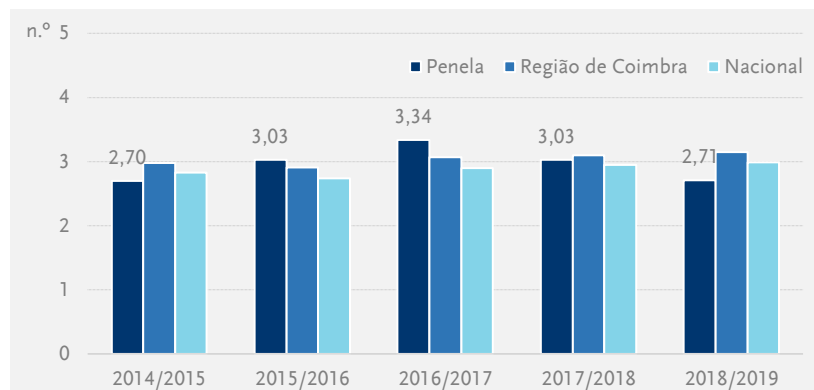


Figura 64. Evolução das médias das provas finais entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

Fonte: <https://bime.mec.pt>.

Por disciplina, de destacar, desde logo, os resultados superiores na disciplina de português, que, com exceção do ano letivo 2016/2017, regista em todos os anos médias superiores às verificadas na disciplina de matemática (Figuras 65 e 66 e quadro 66). Numa análise mais pormenorizada, é de salientar o quadro mais favorável na disciplina de português, onde Penela obteve em três anos resultados superiores às médias regionais e nacionais. Na disciplina de matemática Penela consegue alcançar resultados superiores às médias regionais e nacionais em apenas dois anos. Apesar da queda dos resultados se ter feito sentir primeiro na disciplina de matemática, no último ano em análise os resultados são inferiores às médias regionais e nacionais em ambas as disciplinas.

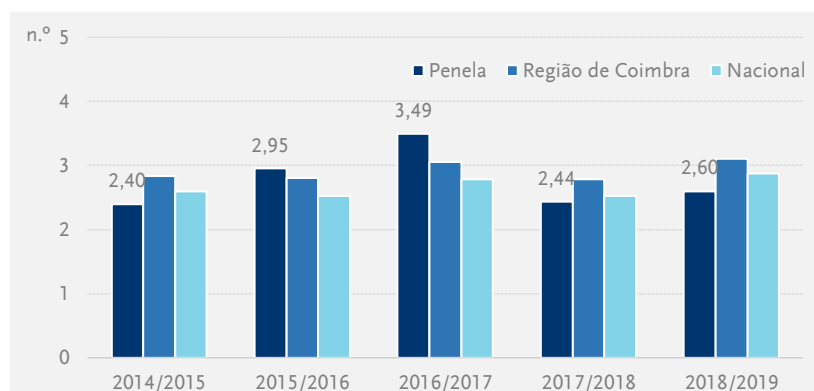


Figura 65. Evolução das médias das provas finais de matemática entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

Fonte: <https://bime.mec.pt>.

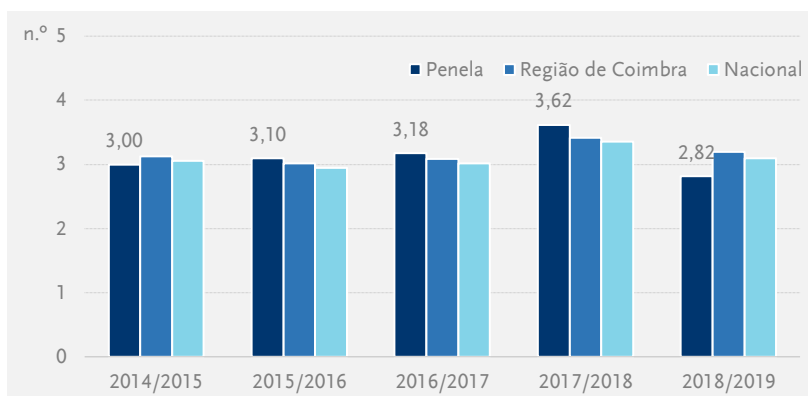


Figura 66. Evolução das médias das provas finais de português entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

Fonte: <https://bime.mec.pt>.

Quadro 66. Evolução das médias das provas finais de matemática e português entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

Ano letivo	Disciplina	Média município	Média região	Média nacional	Varição face à média regional	Varição face à média nacional
2014/2015	Matemática	2,40	2,83	2,60	-0,43	-0,20
	Português	3,00	3,13	3,06	-0,13	-0,06
2015/2016	Matemática	2,95	2,80	2,53	0,15	0,42
	Português	3,10	3,02	2,95	0,08	0,14
2016/2017	Matemática	3,49	3,05	2,78	0,44	0,71
	Português	3,18	3,09	3,02	0,09	0,16
2017/2018	Matemática	2,44	2,78	2,53	-0,34	-0,09
	Português	3,62	3,42	3,36	0,19	0,26
2018/2019	Matemática	2,60	3,10	2,87	-0,50	-0,27
	Português	2,82	3,20	3,10	-0,38	-0,28

Fonte: <https://bime.mec.pt>.

Taxa de retenção e desistência

Relação entre o número de alunos que ficaram retidos e/ou desistiram num nível de ensino e o número de alunos matriculados nesse nível de ensino (Alunos que ficaram retidos e/ou desistiram/Alunos matriculados * 100).

7.2. Taxa de retenção e desistência⁹

Os dados relativos à taxa de retenção e desistência em Penela no ano letivo 2018/2019 mostram um cenário bastante positivo (Quadro 67). No ensino básico, com 1,2%, Penela apresenta valores inferiores aos da CIM Região de Coimbra (2,3%), da Região Centro (2,9%) e do Continente (3,7%). Numa análise por ciclo, verificamos que apenas o 3.º CEB observa casos de retenção e desistência, sendo o valor registado (3,7%) superior ao da CIM Região de Coimbra (3,2%), mas inferior ao da Região Centro (4,3%) e do Continente (5,6%). Nos cursos técnicos/tecnológicos e profissionais do ensino secundário a diferença em relação às unidades territoriais de referência é ainda mais expressiva (2,4% contra 8,6% na CIM Região de Coimbra, 8,9% na Região Centro e 10,1% no Continente).

Quadro 67. Taxa de retenção e desistência por nível de ensino no ano letivo 2018/2019.

Nível de ensino		Penela	Região de Coimbra	Centro	Continente
		(%)			
Ensino básico	1.º CEB	0,0	1,4	1,8	2,0
	2.º CEB	0,0	2,5	2,9	3,8
	3.º CEB	3,7	3,2	4,3	5,6
	Total	1,2	2,3	2,9	3,7
Ensino secundário	Cursos gerais/científico-humanísticos	-	11,2	13,0	14,5
	Cursos técnicos/tecnológicos e profissionais	2,4	8,6	8,9	10,1
	Total	2,4	10,3	11,4	12,9

Fonte: www.dgeec.mec.pt.

Confirmando o quadro descrito anteriormente, no contexto da CIM Região de Coimbra Penela ocupa o 5.º lugar no ensino básico e o 2.º lugar nos cursos técnicos/tecnológicos e profissionais do ensino secundário (Quadros 68 e 69).

⁹ A informação referente ao ano letivo 2019/2020 ainda não foi disponibilizada.

Quadro 68. Taxa de retenção e desistência no ensino básico no ano letivo 2018/2019.

Fonte: www.dgeec.mec.pt.

Município	Taxa de retenção e desistência (%)
Mortágua	0,2
Mira	0,6
Penacova	0,9
Arganil	1,2
Penela	1,2
Soure	1,5
Vila Nova de Poiares	1,8
Cantanhede	2,1
Miranda do Corvo	2,1
Montemor-o-Velho	2,1
Condeixa-a-Nova	2,2
Figueira da Foz	2,2
Coimbra	2,4
Lousã	2,6
Tábua	2,7
Pampilhosa da Serra	3,3
Oliveira do Hospital	3,5
Mealhada	3,8
Góis	5,5

Quadro 69. Taxa de retenção e desistência nos cursos técnicos/tecnológicos e profissionais do ensino secundário no ano letivo 2018/2019.

Fonte: www.dgeec.mec.pt.

Município	Taxa de retenção e desistência (%)
Góis	-
Penela	2,4
Mortágua	5,3
Soure	6,2
Lousã	7,8
Cantanhede	8,6
Figueira da Foz	9,4
Arganil	9,7
Miranda do Corvo	10,0
Coimbra	10,6
Penacova	10,7
Mealhada	10,8
Oliveira do Hospital	11,5
Tábua	11,9
Montemor-o-Velho	12,2
Condeixa-a-Nova	12,3
Mira	13,2
Vila Nova de Poiares	17,4
Pampilhosa da Serra	18,2

Em termos evolutivos, observa-se uma redução bastante expressiva da taxa de retenção e desistência em ambos os níveis de ensino entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019, com a passagem de 12,7% para 1,2% no ensino básico, valor correspondente a uma diminuição de -11,5%, e de 14% para 2,4% nos cursos técnicos/tecnológicos e profissionais do ensino secundário, valor que representa um decréscimo de -11,6% (Quadro 70). No ensino básico a redução mais significativa ocorreu no 3.º CEB, com a passagem de 23,6% para 3,7%, valor correspondente a uma diminuição de -19,9%. No 2.º e 1.º CEB o decréscimo foi de -8,3% (de 8,3% para 0%) e -5,5% (de 5,5% para 0%), respetivamente.

Quadro 70. Evolução da taxa de retenção e desistência por nível de ensino entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

Nível de ensino		14/15	15/16	16/17	17/18	18/19	Variação 14/15-18/19 (%)
Ensino básico	1.º CEB	5,5	7,1	2,5	0	0	-5,5
	2.º CEB	8,3	6,8	2,6	0	0	-8,3
	3.º CEB	23,6	10,4	5,2	2,7	3,7	-19,9
	Total	12,7	8,1	3,4	0,9	1,2	-11,5
Ensino secundário	Cursos técnicos/tecnológicos e profissionais	14	9,1	9,1	0	2,4	-11,6

Fonte: www.dgeec.mec.pt.

7.3. Metas Penela 2026

Apresentam-se de seguida, para o município de Penela, as metas a atingir para os diferentes indicadores que se acredita que sejam exequíveis no horizonte temporal de cinco anos.

Quadro 71. Metas Penela 2026.

Indicador		Média nacional	Média município	Meta Penela 2026	
Provas finais do 3.º CEB	Matemática	2,87	2,60	2,87	
	Português	3,10	2,82	3,10	
Taxa de retenção e desistência	Ensino básico	1.º CEB	2,0	0,0	0,0
		2.º CEB	3,8	0,0	0,0
		3.º CEB	5,6	3,7	1,9
		Total	3,7	1,2	0,6
Ensino secundário	Cursos técnicos/tecnológicos e profissionais	10,1	2,4	1,2	

8. Educação inclusiva

Portugal estabeleceu como uma das suas prioridades a aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Esta prioridade política vem concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social.

O principal normativo legal que enquadra o apoio prestado aos alunos com necessidades educativas específicas em Portugal é o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa, e

identifica as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, as áreas curriculares específicas, bem como os recursos específicos a mobilizar para responder às necessidades educativas de todas e de cada uma das crianças e jovens ao longo do seu percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação.

As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão têm como finalidade a adequação às necessidades e potencialidades de cada aluno e a garantia das condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória. São desenvolvidas tendo em conta os recursos e os serviços de apoio ao funcionamento da escola, os quais devem ser convocados pelos profissionais da escola, numa lógica de trabalho colaborativo e de corresponsabilização com os docentes de educação especial, em função das especificidades dos alunos. A sua implementação ocorre em todas as modalidades e percursos de educação e de formação, de modo a garantir que todos os alunos têm igualdade de oportunidades no acesso e na frequência das diferentes ofertas educativas e formativas.

As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão são organizadas em três níveis de intervenção: universais, seletivas e adicionais.

As medidas universais correspondem às respostas educativas que a escola tem disponíveis para todos os alunos com objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens. Consideram-se medidas universais, entre outras: a) A diferenciação pedagógica; b) As acomodações curriculares; c) O enriquecimento curricular; d) A promoção do comportamento pró-social; e) A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.

As medidas seletivas visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais. Consideram-se medidas seletivas: a) Os percursos curriculares diferenciados; b) As adaptações curriculares não significativas; c) O apoio psicopedagógico; d) A antecipação e o reforço das aprendizagens; e) O apoio tutorial.

As medidas adicionais visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão. Consideram-se medidas adicionais: a) A frequência do ano de escolaridade por disciplinas; b) As adaptações curriculares significativas; c) O plano individual de transição; d) O desenvolvimento

de metodologias e estratégias de ensino estruturado; e) O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

No município de Penela existem no ano letivo 2019/2020 um total de 100 alunos com necessidades educativas específicas, encontrando-se os valores mais significativos associados ao 1.º CEB (37 alunos), ao 3.º CEB (28 alunos) e ao 2.º CEB (24 alunos). Os valores menos expressivos surgem no ensino profissional (6 alunos) e na educação pré-escolar (5 crianças).

Relativamente à distribuição dos alunos com necessidades educativas específicas por tipologia (Figura 67), verifica-se que apresentam, na sua generalidade, dificuldades de comunicação e linguagem (36 alunos), emocionais (34 alunos) e cognitivas (24 alunos).

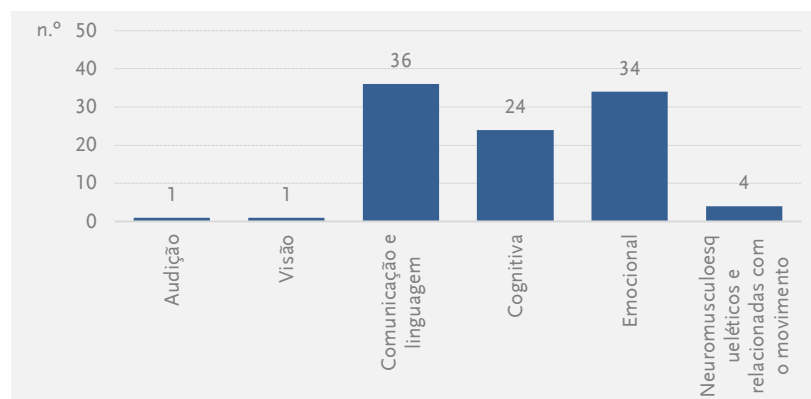


Figura 67. Distribuição dos alunos com necessidades educativas específicas por tipologia no ano letivo 2019/2020.

8.1. Educação pré-escolar

Do total de 93 crianças matriculadas na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020 apenas 5 apresentam necessidades educativas específicas, valor que corresponde a 5,38% (Quadro 72). Estas crianças manifestam todas dificuldades de comunicação e linguagem e encontram-se na EB Cumeeira, com duas crianças do sexo masculino, uma com quatro e outra com cinco anos, e na EB Espinhal, com três crianças do sexo masculino, todas com quatro anos.

Quadro 72. Número de crianças com necessidades educativas específicas na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de educação	Tipo de NEE	3 anos			4 anos			5 anos			Total					
			H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM			
			(n.º)			(n.º)			(n.º) (%)		(n.º) (%)						
Cumeeira	EB Cumeeira		0	0	0	1	0	1	1	0	1	2	10	0	0	2	10
Espinhal	EB Espinhal	Comunicação e linguagem	0	0	0	3	0	3	0	0	0	3	10,34	0	0	3	10,34
União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB Infante D. Pedro		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total			0	0	0	4	0	4	1	0	1	5	5,38	0	0	5	5,38

8.2. 1.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 apenas 37 dos 143 alunos matriculados no 1.º CEB registam necessidades educativas específicas, valor que representa 25,87% (Quadro 73). Estes alunos revelam maioritariamente dificuldades na comunicação e linguagem (17 alunos). Com valores inferiores encontram-se as dificuldades emocionais (9 alunos), cognitivas (7 alunos) e neuromusculares e relacionadas com o movimento (4 alunos). Por ano de escolaridade estes alunos concentram-se no 4.º ano, com 17 alunos, seguindo-se o 1.º e o 2.º ano, ambos com 7 alunos, e o 3.º ano, com 6 alunos. Em termos de sexo não há diferenças expressivas (19 alunos do sexo masculino e 18 alunos do sexo feminino). Descendo de escala de análise ao estabelecimento de ensino, a EB Espinhal é o que observa o maior número de alunos com necessidades educativas específicas, com 18 alunos, valor que corresponde a 35,29% do total de alunos matriculados. Segue-se a EB Infante D. Pedro, com 17 alunos, valor que representa 22,08% da população escolar total. Com apenas 2 alunos surge a EB Cumeeira, valor correspondente a 13,33% do total de alunos matriculados. Enquanto nas EB's Espinhal e Infante D. Pedro os alunos evidenciam dificuldades nos quatro tipos identificados, na EB Cumeeira os alunos apresentam apenas dificuldades de comunicação e linguagem.

Quadro 73. Número de alunos com necessidades educativas específicas no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Tipo de NEE	1.º ano		2.º ano			3.º ano			4.º ano			Total						
			H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM			
			(n.º)												(n.º)		%			
Cumeieira	EB Cumeieira	Comunicação e linguagem	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	6,67	1	6,67	2	13,33
		Comunicação e linguagem	0	2	2	0	2	2	1	0	1	3	0	3	4	7,84	4	7,84	8	15,69
		Cognitiva	1	0	1	0	1	1	0	0	0	3	0	3	4	7,84	1	1,96	5	9,80
Espinhal	EB Espinhal	Emocional	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	2	1	1,96	2	3,92	3	5,88
		Neuromusculares e relacionadas com o movimento	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	1	1,96	1	1,96	2	3,92
		Total	1	2	3	1	3	4	1	2	3	7	1	8	10	19,61	8	15,69	18	35,29
		Comunicação e linguagem	2	0	2	0	2	2	0	0	0	2	1	3	4	5,19	3	3,90	7	9,09
União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB Infante D. Pedro	Cognitiva	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	0	2	2,60	2	2,60
		Emocional	1	0	1	0	0	0	0	1	1	3	1	4	4	5,19	2	2,60	6	7,79
		Neuromusculares e relacionadas com o movimento	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	0	2	2,60	2	2,60
		Total	3	0	3	0	2	2	0	3	3	5	4	9	8	10,39	9	11,69	17	22,08
		Comunicação e linguagem	3	2	5	0	5	5	1	0	1	5	1	6	9	6,29	8	5,59	17	11,89
Cognitiva			1	0	1	0	1	1	0	1	1	3	1	4	4	2,80	3	2,10	7	4,90
Emocional			1	0	1	0	0	0	0	2	2	4	2	6	5	3,50	4	2,80	9	6,29
Neuromusculares e relacionadas com o movimento			0	0	0	1	0	1	0	2	2	0	1	1	1	0,70	3	2,10	4	2,80
Total			5	2	7	1	6	7	1	5	6	12	5	17	19	13,29	18	12,59	37	25,87

8.3. 2.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 existem 24 alunos com necessidades educativas específicas no 2.º CEB, valor que corresponde a 36,36% do total de 66 alunos matriculados (Quadro 74). Estes alunos apresentam maioritariamente dificuldades emocionais (9 alunos), cognitivas (8 alunos) e de comunicação e linguagem (6 alunos). Com dificuldades auditivas surge apenas 1 aluno. Olhando para a distribuição dos alunos por ano de escolaridade verificamos que se repartem de forma equilibrada, com 14 alunos no 5.º ano e 10 alunos no 6.º ano. Por sexo as diferenças são mais expressivas, com 18 alunos do sexo masculino e 6 alunos do sexo feminino.

Quadro 74. Número de alunos com necessidades educativas específicas no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Tipologia de NEE	5.º ano			6.º ano			Total					
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM			
	(n.º)			(n.º)			(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Audição	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1,52	1	1,52
Comunicação e linguagem	2	1	3	1	2	3	3	4,55	3	4,55	6	9,09
Cognitiva	4	1	5	2	1	3	6	9,09	2	3,03	8	12,12
Emocional	5	0	5	4	0	4	9	13,64	0	0	9	13,64
Total	11	3	14	7	3	10	18	27,27	6	9,09	24	36,36

8.4. 3.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 são 28 os alunos com necessidades educativas específicas no 3.º CEB, valor que representa 27,45% do total de 102 alunos matriculados (Quadro 75). Estes alunos revelam maioritariamente dificuldades emocionais (16 alunos). Com menor expressão surgem as dificuldades de comunicação e linguagem (8 alunos) e cognitivas (4 alunos). Observando a distribuição dos alunos por ano de escolaridade constatamos que 11 alunos frequentam o 7.º ano, 10 alunos frequentam o 8.º ano e 7 alunos frequentam o 9.º ano. Por sexo verifica-se um predomínio do sexo masculino (17 alunos) em relação ao feminino (11 alunos).

Quadro 75. Número de alunos com necessidades educativas específicas no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Tipologia de NEE	7.º ano			8.º ano			9.º ano			Total					
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM			
	(n.º)			(n.º)			(n.º)			(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Comunicação e linguagem	3	0	3	2	2	4	0	1	1	5	4,90	3	2,94	8	7,84
Cognitiva	0	0	0	0	0	0	1	3	4	1	0,98	3	2,94	4	3,92
Emocional	6	2	8	4	2	6	1	1	2	11	10,78	5	4,90	16	15,69
Total	9	2	11	6	4	10	2	5	7	17	16,67	11	10,78	28	27,45

8.5. Ensino profissional

Na Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela existem 6 alunos com necessidades educativas específicas, valor que corresponde a 15,38% do total de 39 alunos matriculados (Quadro 76). Estes alunos apresentam dificuldades cognitivas (5 alunos) e de visão (1 aluno).

Quadro 76. Número de alunos com necessidades educativas específicas no ensino profissional no ano letivo 2019/2020.

Tipologia de NEE	Total (n.º)	(%)
Visão	1	2,56
Cognitiva	5	12,82
Total	6	15,38

9. Apoios e complementos educativos

9.1. Atividades de animação e de apoio à família

Consideram-se AAAF as que se destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas (Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto).

No ano letivo 2019/2020 a taxa de participação das crianças nas AAAF é de 91,40% (Quadro 77). Efetivamente, do total de 93 crianças matriculadas na educação pré-escolar, 85 estão inscritas nas AAAF. Descendo de escala de análise ao estabelecimento de educação pré-escolar, verifica-se que na EB Infante D. Pedro a taxa de participação é de 100%, enquanto na EB Cumeeira é de 85% e na EB Espinhal é de 82,76%.

Quadro 77. Número de crianças inscritas nas AAAF no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de educação	Crianças matriculadas no estabelecimento de educação (n.º)	Crianças inscritas nas AAAF	
			(n.º)	(%)
Cumeeira	EB Cumeeira	20	17	85
Espinhhal	EB Espinhhal	29	24	82,76
União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB Infante D. Pedro	44	44	100
Total		93	85	91,40

9.2. Componente de apoio à família

Considera-se CAF o conjunto de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º CEB antes e/ou depois das componentes do currículo e das AEC, bem como durante os períodos de interrupção letiva (Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto).

No ano letivo 2019/2020 a taxa de participação dos alunos na CAF é de 46,15% (Quadro 78). Efetivamente, do total de 143 alunos matriculados no 1.º CEB, 66 estão inscritos na CAF. Descendo de escala de análise ao estabelecimento de ensino, constata-se que a maior taxa de participação se encontra na EB Cumeeira (66,67%), seguindo-se a EB Espinhhal (56,86%) e, com valores inferiores, a EB Infante D. Pedro (35,06%).

Quadro 78. Número de alunos inscritos na CAF no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados no estabelecimento de ensino (n.º)	Alunos inscritos na CAF	
			(n.º)	(%)
Cumeeira	EB Cumeeira	15	10	66,67
Espinhhal	EB Espinhhal	51	29	56,86
União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB Infante D. Pedro	77	27	35,06
Total		143	66	46,15

9.3. Atividades de enriquecimento curricular

Consideram-se AEC no 1.º CEB as atividades de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação (Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto).

No ano letivo 2019/2020 o município de Penela oferece a todos os alunos do 1.º CEB quatro AEC (Quadro 79). As atividades que apresentam maior número de alunos inscritos é a aprender a brincar, com 134 alunos, valor correspondente a 93,71%, e a Educarte, com 131 alunos, valor que representa 91,61%. Segue-se a Eco-English, com 85 alunos, valor correspondente a 59,44%. Com valor inferior encontram-se as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com 49 alunos, valor que representa 34,27%.

Quadro 79. Número de alunos inscritos nas AEC no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados no estabelecimento de ensino (n.º)	Alunos inscritos nas AEC							
			Aprender a brincar		Eco-English		Educarte		TIC	
			(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Cumeieira	EB Cumeieira	15	15	100	8	53,33	15	100	5	33,33
Espinhhal	EB Espinhhal	51	49	96,08	25	49,02	46	90,20	20	39,22
União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB Infante D. Pedro	77	70	90,91	52	67,53	70	90,91	24	31,17
Total		143	134	93,71	85	59,44	131	91,61	49	34,27

9.4. Atividades extracurriculares

9.4.1. 2.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 são três as atividades extracurriculares existentes na EB Infante D. Pedro no 2.º CEB (Quadro 80). A academia de corda, frequentada por 15 dos 66 alunos matriculados no 2.º CEB, é a mais procurada. Com valores intermédios surge a fotografia, com 7 alunos inscritos. Por fim, com apenas 2 alunos inscritos, encontra-se o clube da ciência.

Quadro 80. Número de alunos inscritos nas atividades extracurriculares no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Atividades extracurriculares	Alunos inscritos	
	(n.º)	(%)
Clube da ciência	2	3,03
Fotografia	7	10,61
Academia de corda	15	22,73

9.4.2. 3.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 são seis as atividades extracurriculares existentes na EB Infante D. Pedro no 3.º CEB (Quadro 81). O clube europeu e o parlamento jovem, frequentados por 38 e 30 dos 102 alunos matriculados no 3.º CEB, respetivamente, são as mais procuradas. Numa posição intermédia surge a eco-escolas, com 20 alunos inscritos, e o projeto Mat+, com 14 alunos inscritos. Com valores inferiores encontram-se o clube da ciência, com 10 alunos inscritos, e a academia de corda, com 9 alunos inscritos.

Quadro 81. Número de alunos inscritos nas atividades extracurriculares no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Atividades extracurriculares	Alunos inscritos	
	(n.º)	(%)
Projeto Mat+	14	13,73
Clube da ciência	10	9,80
Eco-escolas	20	19,61
Clube europeu	38	37,25
Parlamento jovem	30	29,41
Academia de corda	9	8,82

9.4.3. Ensino profissional

No ano letivo 2019/2020 os 39 alunos matriculados no ensino profissional na Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela frequentam sete atividades extracurriculares (Quadro 82). As atividades desportivas e o clube projeto auxiliar saúde, com 8 alunos inscritos cada, são as mais procuradas. Seguem-se as atividades de ensino suplementar de biologia, com 6 alunos inscritos, e as atividades de ensino suplementar de matemática e de física e química, com 5 alunos inscritos cada. Com valores inferiores surgem o clube projeto análise laboratorial, com 4 alunos inscritos, e as atividades de ensino suplementar de português, com 3 alunos inscritos.

Quadro 82. Número de alunos inscritos nas atividades extracurriculares no ensino profissional no ano letivo 2019/2020.

Atividades extracurriculares	Alunos inscritos	
	(n.º)	(%)
Atividades desportivas	8	20,51
Atividades de ensino suplementar de português	3	7,69
Atividades de ensino suplementar de matemática	5	12,82
Atividades de ensino suplementar de física e química	5	12,82
Atividades de ensino suplementar de biologia	6	15,38
Clube projeto análise laboratorial	4	10,26
Clube projeto auxiliar saúde	8	20,51

10. Desporto escolar

10.1. 2.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 os alunos matriculados no 2.º CEB na EB Infante D. Pedro frequentam três desportos escolares: multiatividades, com 26 alunos inscritos, natação, com 15 alunos inscritos, e escalada, com 13 alunos inscritos (Quadro 83).

Quadro 83. Número de alunos inscritos no desporto escolar no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Desporto escolar	Alunos inscritos	
	(n.º)	(%)
Escalada	13	19,70
Multiatividades	26	39,39
Natação	15	22,73

10.2. 3.º Ciclo do ensino básico

À semelhança do que acontece no 2.º CEB, no ano letivo 2019/2020 os alunos matriculados no 3.º CEB na EB Infante D. Pedro frequentam três desportos escolares: multiatividades, com 25 alunos inscritos, escalada, com 10 alunos inscritos, e natação, com 8 alunos inscritos (Quadro 84).

Quadro 84. Número de alunos inscritos no desporto escolar no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Desporto escolar	Alunos inscritos	
	(n.º)	(%)
Escalada	10	9,80
Multiatividades	25	24,51
Natação	8	7,84

10.3. Ensino profissional

No ano letivo 2019/2020 os alunos matriculados no ensino profissional na Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela frequentam quatro desportos escolares: futsal, com 11 alunos inscritos, corta mato e matraquilhos, ambos com 10 alunos inscritos, e badminton, com 8 alunos inscritos (Quadro 85).

Quadro 85. Número de alunos inscritos no desporto escolar no ensino profissional no ano letivo 2019/2020.

Desporto escolar	Alunos inscritos	
	(n.º)	(%)
Corta mato	10	25,64
Futsal	11	28,21
Badminton	8	20,51
Matraquilhos	10	25,64

11. Ação social escolar

11.1. Educação pré-escolar

Do total de 93 crianças matriculadas na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020, apenas 27 crianças são beneficiárias de ação social escolar, valor correspondente a 29,03% (Quadro 86). No caso da educação pré-escolar este auxílio consiste em apoio na refeição e subdivide-se em escalão A e B. O escalão B é o que abrange o maior número de crianças, com 18 crianças, valor que representa 19,35%. O escalão A, com apenas 9 crianças, corresponde a 9,68%. Descendo de escala de análise ao estabelecimento de educação pré-escolar, a EB Cumeeira é o que apresenta o maior número de crianças beneficiárias, com 40% (8 crianças), seguida da EB Infante D. Pedro, com 34,09% (15 crianças). Com um valor muito distanciado encontra-se a EB Espinhal, com 13,79% (4 crianças).

Quadro 86. Número de crianças beneficiárias de ação social escolar na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de educação	Crianças matriculadas no estabelecimento de educação (n.º)	Refeição				Total	
			Escalão A		Escalão B		(n.º)	(%)
Cumeeira	EB Cumeeira	20	2	10	6	30	8	40
Espinhhal	EB Espinhhal	29	1	3,45	3	10,34	4	13,79
União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB Infante D. Pedro	44	6	13,64	9	20,45	15	34,09
Total		93	9	9,68	18	19,35	27	29,03

11.2. 1.º Ciclo do ensino básico

Do total de 143 alunos matriculados no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020, apenas 54 alunos são beneficiários de ação social escolar, valor correspondente a 37,76% (Quadro 87). No ensino básico este auxílio consiste em apoio nos cadernos de apoio e material escolar e na refeição e subdivide-se, igualmente, em escalão A e B. O escalão B é o que abrange o maior número de alunos, com 35 alunos, valor que representa 24,48%. O escalão A, com 19 alunos, corresponde a 13,29%. Descendo de escala de análise ao estabelecimento de ensino, a EB Infante D. Pedro é o que apresenta o maior número de alunos beneficiários, com 42,86% (33 alunos), seguida da EB Espinhhal, com 39,22% (20 alunos). Com um valor muito distanciado encontra-se a EB Cumeeira, com 6,67% (1 aluno).

Quadro 87. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados no estabelecimento de ensino (n.º)	Cadernos de apoio e material escolar				Refeição				Total	
			Escalão A		Escalão B		Escalão A		Escalão B		(n.º)	(%)
Cumeeira	EB Cumeeira	15	0	0	1	6,67	0	0	1	6,67	1	6,67
Espinhhal	EB Espinhhal	51	6	11,76	14	27,45	6	11,76	14	27,45	20	39,22
União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB Infante D. Pedro	77	13	16,88	20	25,97	13	16,88	20	25,97	33	42,86
Total		143	19	13,29	35	24,48	19	13,29	35	24,48	54	37,76

11.3. 2.º Ciclo do ensino básico

Do total de 66 alunos matriculados no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020, apenas 19 alunos são beneficiários de ação social escolar, valor que representa 28,79% (Quadro 88). O escalão B é o que abrange o maior número de alunos, com 14 alunos, valor correspondente a 21,21%. O escalão A, com apenas 5 alunos, representa 7,58%.

Quadro 88. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Alunos matriculados no estabelecimento de ensino (n.º)	Cadernos de apoio e material escolar				Refeição				Total	
	Escalão A		Escalão B		Escalão A		Escalão B		n.º	%
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)		
66	5	7,58	14	21,21	5	7,58	14	21,21	19	28,79

11.4. 3.º Ciclo do ensino básico

No 3.º CEB cerca de metade da população escolar usufrui deste apoio. Efetivamente, do total de 102 alunos matriculados no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020, 50 alunos são beneficiários de ação social escolar, valor correspondente a 49,02% (Quadro 89). O escalão B é o que apresenta o maior número de alunos, com 27 alunos, valor que representa 26,47%. Com um valor muito próximo segue-se o escalão A, que, com 23 alunos, corresponde a 22,55%.

Quadro 89. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Alunos matriculados no estabelecimento de ensino (n.º)	Cadernos de apoio e material escolar				Refeição				Total	
	Escalão A		Escalão B		Escalão A		Escalão B		n.º	%
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)		
102	23	22,55	27	26,47	23	22,55	27	26,47	50	49,02

11.5. Ensino profissional

Do total de 39 alunos matriculados no ensino profissional na Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela no ano letivo 2019/2020, apenas 29 alunos são beneficiários de ação social escolar, valor correspondente a 74,36% (Quadro 90). No caso do ensino profissional este auxílio consiste numa bolsa de estudo anual e subdivide-se em três escalões: A (163€), B (81,50€) e C (36,75€). Os escalões A e B são os que abrangem o maior número de alunos, com 12 alunos cada, valor que representa 30,77% cada. O escalão C, com apenas 5 alunos, corresponde a 12,82%.

Quadro 90. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no ensino profissional no ano letivo 2019/2020.

Escalão	Alunos beneficiários (n.º)	(%)
A	12	30,77
B	12	30,77
C	5	12,82
Total	29	74,36

12. Transportes escolares

12.1. Educação pré-escolar

No ano letivo 2019/2020 apenas 34,41% (32 crianças) das 93 crianças matriculadas na educação pré-escolar são transportadas (Quadro 91). Descendo de escala de análise ao estabelecimento de educação pré-escolar, verificamos que na EB Cumeeira todas as crianças são transportadas. Na EB Espinhal são transportadas 31,03% das crianças (9 crianças), enquanto na EB Infante D. Pedro são transportadas apenas 6,82% (3 crianças).

Quadro 91. Número de crianças transportadas na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de educação	Crianças matriculadas no estabelecimento de educação		Crianças transportadas (%)
		(n.º)	(n.º)	
Cumeeira	EB Cumeeira	20	20	100
Espinhhal	EB Espinhhal	29	9	31,03
União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB Infante D. Pedro	44	3	6,82
Total		93	32	34,41

12.2. 1.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 apenas 35,66% (51 alunos) dos 143 alunos matriculados no 1.º CEB são transportados (Quadro 92). Descendo de escala de análise ao estabelecimento de ensino, verificamos que, à semelhança da educação pré-escolar, na EB Cumeeira todos os alunos são transportados. Na EB Espinhhal são transportados 37,25% dos alunos (19 alunos), enquanto na EB Infante D. Pedro são transportados 22,08% (17 alunos).

Quadro 92. Número de alunos transportados no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados no estabelecimento de ensino		Alunos transportados (%)
		(n.º)	(n.º)	
Cumeeira	EB Cumeeira	15	15	100
Espinhhal	EB Espinhhal	51	19	37,25
União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB Infante D. Pedro	77	17	22,08
Total		143	51	35,66

12.3. 2.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 a generalidade dos alunos matriculados no 2.º CEB são transportados (Quadro 93). Efetivamente, do total de 66 alunos matriculados, 63 são transportados (95,45%).

Quadro 93. Número de alunos transportados no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Alunos matriculados no estabelecimento de ensino (n.º)	Alunos transportados	
	(n.º)	(%)
66	63	95,45

12.4. 3.º Ciclo do ensino básico

À semelhança do 2.º CEB, no ano letivo 2019/2020 a generalidade dos alunos matriculados no 3.º CEB são transportados (Quadro 94). Efetivamente, do total de 102 alunos matriculados, 95 são transportados (93,14%).

Quadro 94. Número de alunos transportados no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Alunos matriculados no estabelecimento de ensino (n.º)	Alunos transportados	
	(n.º)	(%)
102	95	93,14

12.5. Ensino profissional

No que se refere ao ensino profissional, a Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela assegura transporte escolar à totalidade dos 39 alunos que no ano letivo 2019/2020 frequentam este estabelecimento de ensino, com recurso a meios próprios ou ao pagamento de passes escolares, que permitem a utilização dos operadores de transporte em condições de total gratuidade.

12.6. Ensino secundário

Atendendo à inexistência de um estabelecimento de ensino secundário, o município de Penela assegura o pagamento de passes escolares a todos os alunos que o solicitam, permitindo, desta forma, a utilização dos operadores de transporte em condições de total gratuidade.

No ano letivo 2020/2021 são 67 os alunos transportados pelo município de Penela para a frequência do ensino secundário em estabelecimentos de ensino localizados noutros municípios (Quadro 95). Estes 67 alunos são maioritariamente residentes na UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal (45 alunos). Os restantes 22 alunos são provenientes da freguesia do Espinhal (15 alunos), Podentes (6 alunos) e Cumeeira (1 aluno).

Quadro 95. Número de alunos transportados no ensino secundário no ano letivo 2020/2021.

Freguesia	Lugar	Alunos transportados (n.º)
Cumeeira	Ferraria São João	1
Espinhal	Espinhal	13
	Fetais Cimeiros	2
	Subtotal	15
Podentes	Aradas	1
	Lagoa de Podentes	2
	Podentes	2
	Vendas de Podentes	1
	Subtotal	6
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	Camarinha	2
	Carregã	2
	Carvalhais	1
	Carvalho de Santo Amaro	1
	Carvalhinhos	1
	Casais do Cabra	1
	Casal Branco	1
	Casal Novo	2
	Cerejeiras	3
	Espinheiro	2
	Farelo	1
	Ferrarias	1
	Galega	1
	Infesto	1
	Pastor	1
	Penela	18
	Rosas	2
	Santo Amaro	1
	São Simão	1
	Silveirinha	1
Soito	1	
	Subtotal	45
Total		67

Os 67 alunos transportados pelo município de Penela no ano letivo 2020/2021 frequentam, na sua maioria, o ensino secundário no município de Coimbra, a saber, 31 alunos na ES D. Duarte, 4 alunos na ES Avelar Brotero, 3 alunos no Colégio São Teotónio e 2 alunos na ES Quinta das Flores, num total de 40 alunos (Quadro 96). Segue-se o município de Miranda do Corvo, com 20 alunos na ES José Falcão. Com valores inferiores encontram-se os municípios de Condeixa-a-Nova, com 6 alunos na ES Fernando Namora, e Lisboa, com 1 aluno no Instituto dos Pupilos do Exército.

Quadro 96. Estabelecimentos de ensino secundário de acolhimento no ano letivo 2020/2021.

Município	Estabelecimento de ensino	Alunos transportados (n.º)
Coimbra	ES Avelar Brotero, Coimbra	4
	ES D. Duarte, Coimbra	31
	ES Quinta das Flores, Coimbra	2
	Colégio São Teotónio	3
	Subtotal	40
Condeixa-a-Nova	ES Fernando Namora, Condeixa-a-Nova	6
Miranda do Corvo	ES José Falcão, Miranda do Corvo	20
Lisboa	Instituto dos Pupilos do Exército	1
Total		67

13. Recursos humanos

13.1. Pessoal docente

O Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro, Penela integra um total de 53 docentes no ano letivo 2019/2020 (Figura 68). Em termos evolutivos, observou-se uma redução a partir do ano letivo 2015/2016, com a passagem dos 61 aos 53 docentes.

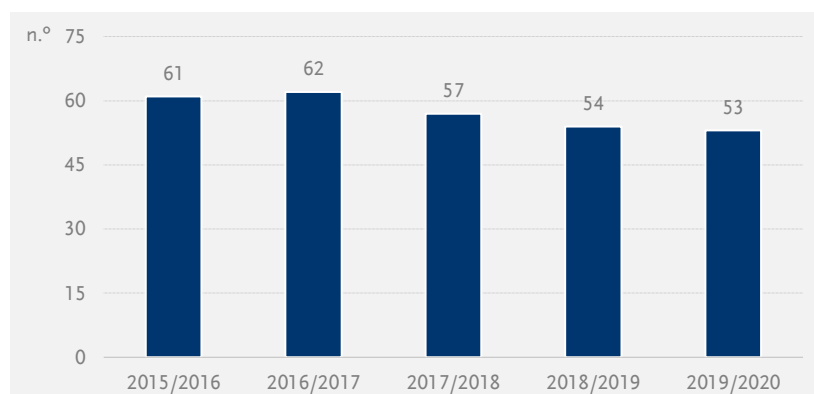


Figura 68. Evolução do pessoal docente entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020.
Fonte: Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro, Penela.

13.1.1. Nível de educação e ensino

Olhando para a repartição por nível de educação e ensino, fica evidente a preponderância do 2.º e 3.º CEB, com 32 docentes, em relação ao 1.º CEB, com 12 docentes, à educação pré-escolar, com 6 docentes, e à educação inclusiva, com 3 docentes (Figura 69). Considerando os últimos cinco anos letivos (de 2015/2016 a 2019/2020), verificamos que, com exceção da educação inclusiva, que não sofreu alterações, todos os níveis de educação e ensino registaram uma diminuição do número de docentes.

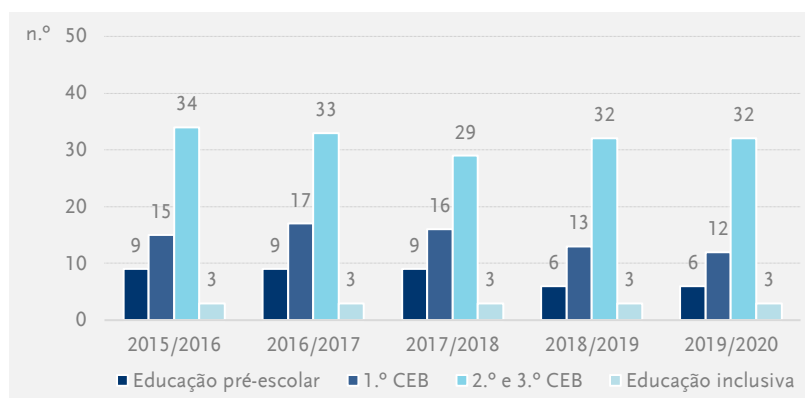


Figura 69. Evolução do pessoal docente por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020.

Fonte: Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro, Penela.

13.1.2. Tipo de vínculo

Numa referência ao tipo de vínculo, constatamos que nos últimos cinco anos letivos (de 2015/2016 a 2019/2020) o pessoal docente se encontra, na sua maioria, no quadro (Figura 70).

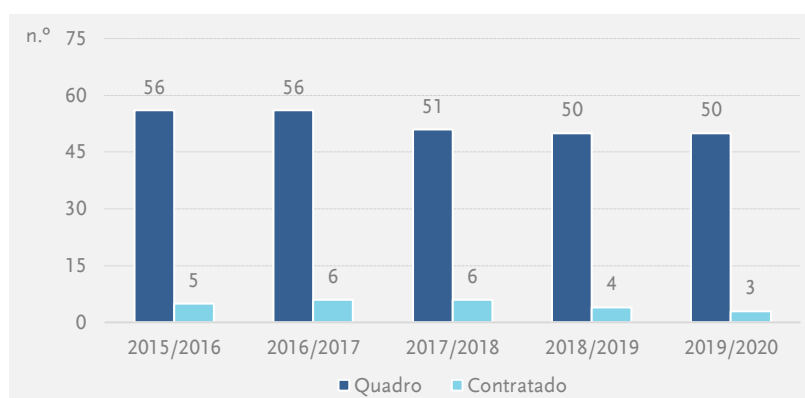


Figura 70. Evolução do pessoal docente por tipo de vínculo entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020.

Fonte: Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro, Penela.

13.1.3. Estrutura etária

No que se refere à estrutura etária, fica claro o envelhecimento do corpo docente, na medida em que não existem docentes com idade inferior a 40 anos (Figura 71). Olhando para a sua distribuição por grupo etário no ano letivo 2019/2020, observamos que 52,83% (28 docentes) apresenta idades compreendidas entre os 50 e os 59 anos, 24,53% (13 docentes) situa-se no intervalo etário entre os 40 e os 49 anos e 22,64% (12 docentes) apresenta idades superiores a 60 anos.

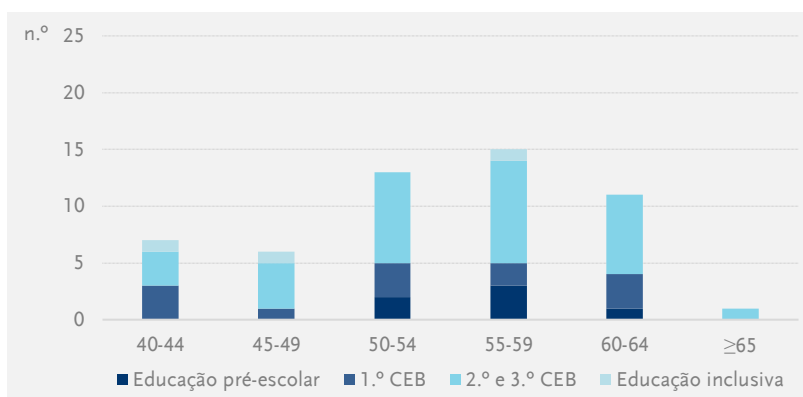


Figura 71. Pessoal docente por grupo etário no ano letivo 2019/2020.

Fonte: Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro, Penela.

13.1.4. Habilitações literárias

Relativamente às habilitações literárias, no ano letivo 2019/2020 a generalidade dos docentes são licenciados (Figura 72). Numa referência ao nível de educação e ensino, verificamos que é na educação pré-escolar e no 1.º CEB que encontramos os níveis de qualificação inferiores (bacharelato) e que é no 2.º e 3.º CEB e na educação inclusiva que encontramos os níveis de qualificação superiores (mestrado). De notar a inexistência de docentes com doutoramento.

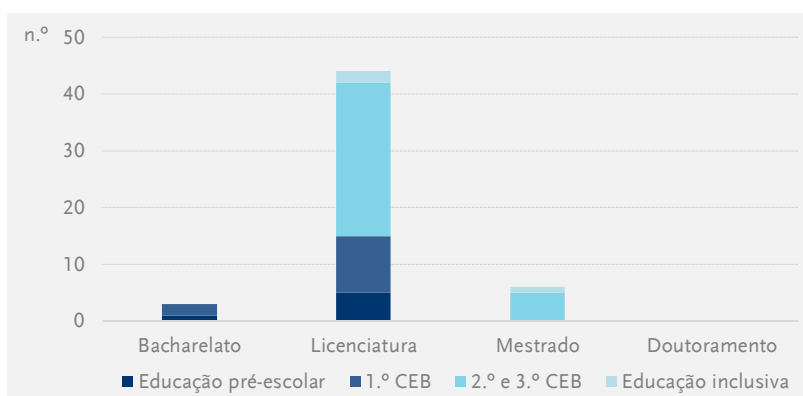


Figura 72. Pessoal docente por habilitação literária no ano letivo 2019/2020.

Fonte: Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro, Penela.

13.2. Pessoal não docente

No ano letivo 2019/2020 o pessoal não docente afeto ao Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro, Penela é constituído por um conjunto de 30 colaboradores (Figura 73). Considerando os últimos cinco anos letivos (de 2015/2016 a 2019/2020) este valor não sofreu alterações significativas, oscilando entre os 28 colaboradores nos anos letivos 2016/2017 e 2017/2018 e os 30 colaboradores no ano letivo 2019/2020.

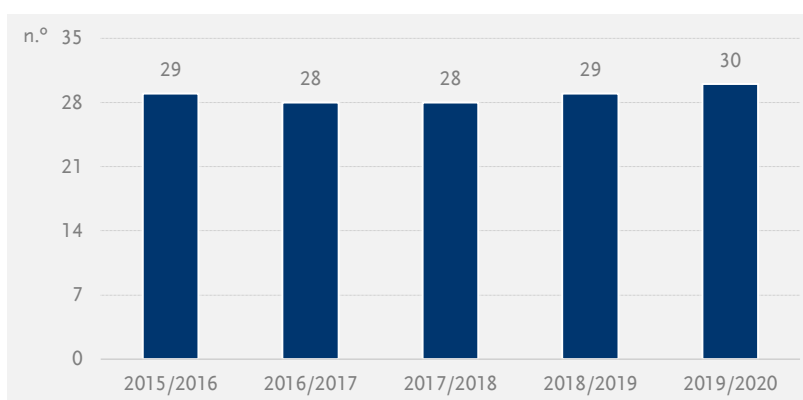


Figura 73. Evolução do pessoal não docente entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020.

Fonte: <https://bime.mec.pt>.

13.2.1. Tipo de vínculo

Numa referência ao tipo de vínculo, verificamos que nos últimos cinco anos letivos (de 2015/2016 a 2019/2020) o pessoal não docente se encontra, na sua totalidade, em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

13.2.2. Carreira e categoria

Analisando a carreira e categoria, e considerando apenas o ano letivo 2019/2020, constatamos a existência de 22 colaboradores na carreira de assistente operacional, 21 na categoria de assistente operacional e apenas um na categoria de encarregado operacional (Figura 74)¹⁰. Dando cumprimento à legislação em vigor, na carreira de

¹⁰ De acordo com a Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, o *ratio* de assistentes operacionais é de um por cada grupo de crianças regularmente constituído em sala, em conformidade com o limite definido em despacho normativo de constituição de turmas, na educação pré-escolar, e de um por cada conjunto de 21 a 48 alunos, acrescendo mais um assistente operacional por cada conjunto adicional de 1 a 48 alunos, no 1.º CEB. No 2.º e 3.º

assistente técnico encontram-se, no mesmo ano, seis colaboradores, cinco na categoria de assistente técnico e um na categoria de chefe de serviços de administração escolar (substituição)¹¹. Por fim, de referir, para o mesmo período, a existência de dois técnicos superiores. Observando os anos letivos antecedentes, não se observam grandes variações, sendo a mais expressiva o aumento de um técnico superior.

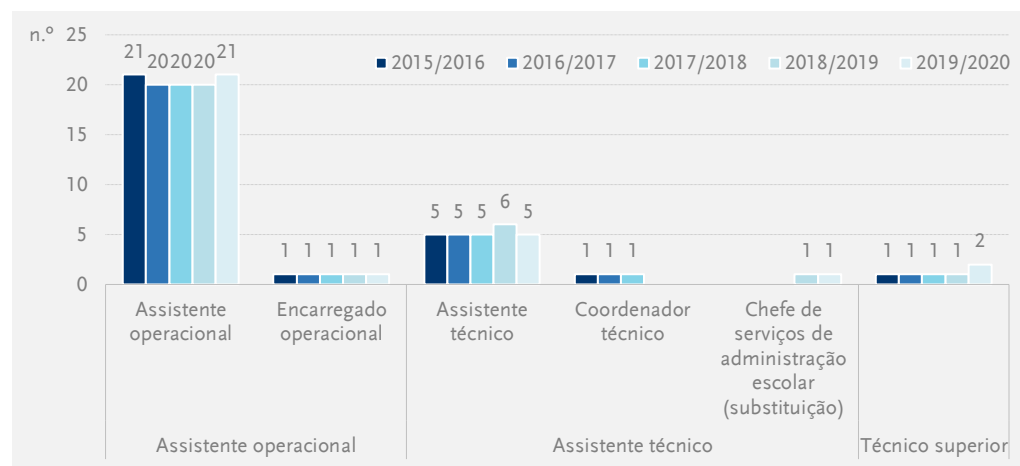


Figura 74. Evolução do pessoal não docente por carreira e categoria entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020.

Fonte: <https://bime.mec.pt>.

13.2.3. Estrutura etária

Observando a estrutura etária, e considerando novamente apenas o ano letivo 2019/2020, verificamos que 66,67% do pessoal não docente apresenta idades acima dos 50 anos (Figura 75). Numa análise mais pormenorizada, constatamos que os grupos etários com maior representatividade são os dos 50 aos 54 anos e dos 55 aos 59 anos, com seis colaboradores cada. Em sentido inverso, os grupos etários com menor expressão são, naturalmente, os dos 30 aos 34 anos e dos 35 aos 39 anos,

CEB e no ensino secundário o número de assistentes operacionais é calculado de acordo com a fórmula constante no n.º 3 do artigo 7.º do referido diploma legal.

¹¹ A Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, na sua alínea a) do artigo 6.º, estabelece como fórmula de cálculo para os assistentes técnicos, que tem por base o número de alunos do 2.º e 3.º CEB e secundário do agrupamento ou escola não agrupada, cinco assistentes técnicos, incluindo o coordenador técnico, ou o chefe de serviços de administração escolar integrado em carreira subsistente, para um número de alunos menor ou igual a 300.

ambos com um colaborador cada. Em relação ao ano de 2015/2016 é possível identificar uma tendência no sentido do envelhecimento do pessoal não docente.

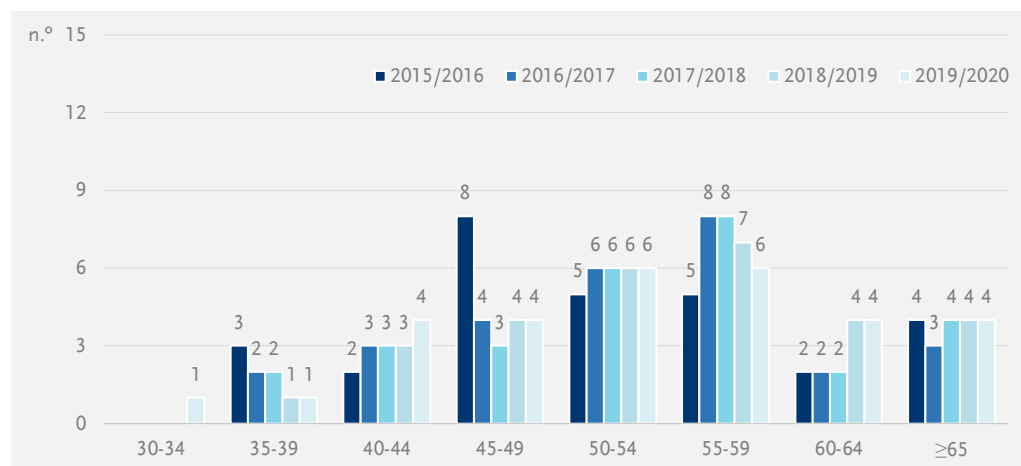


Figura 75. Evolução do pessoal não docente por grupo etário entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020.

Fonte: <https://bime.mec.pt>.

14. Comunidade de aprendizagem das Cerejeiras

A CAC foi constituída a 19 de setembro de 2016 e consiste numa associação sem fins lucrativos que tem como objetivo central oferecer apoio na educação de crianças com base em metodologias participativas, cooperativas e democráticas. O que se pretende é a criação de uma comunidade de aprendizagem onde as crianças têm acesso às competências e confiança que precisam para serem felizes e cumprir o seu verdadeiro potencial, tanto académico, como humano, contribuindo para um mundo mais compassivo e pacífico.

Na sua atuação a CAC promove uma intervenção ao nível do desenvolvimento local sustentável, mediante o desenvolvimento de atividades na área da educação, formação, ecologia, saúde e bem-estar, cultura, inovação, apoio social e comunitário e outras atividades conexas. Tendo em vista a articulação e o envolvimento entre as crianças e a restante comunidade e a promoção do bem-estar e da felicidade de

todos, o seu raio de ação estende-se desde a comunidade onde se insere aos territórios vizinhos.

A CAC promove ainda formação experiencial para estudantes e profissionais da área socioeducativa e recebe visitas, voluntariado e estágios de diferentes instituições (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, entre outras) e particulares cujas intenções se alinhem com o trabalho desenvolvido.

A CAC dispõe de um modelo pedagógico próprio, inovador e construtivista, que alia a teoria com a experiência, o abstrato com o concreto e assenta na ideia de que é direito da criança ter acesso a todo o conhecimento historicamente acumulado e ter igualdade de oportunidades para aprendê-lo. Assim sendo, a CAC acredita que a criança está inserida num contexto próprio, com necessidades específicas, interesses e ritmos individuais e, por isso, proporciona todo e qualquer conhecimento de que ela necessita para a construção do seu percurso individual e do seu currículo subjetivo, não esquecendo a sua relação com o mundo e com os seus pares, que é dada através da estrutura de comunidade de aprendizagem.

O modelo pedagógico da CAC proporciona diversas metodologias ativas de aprendizagem, com foco na criança e nas relações que esta constrói, e acontece de acordo com a necessidade pedagógica de cada criança (e/ou grupo específico), o que torna o modelo bastante flexível e capaz de ajudar na construção do conhecimento, porque o que serve uma criança pode não servir outra, de acordo com o seu contexto. Conhece e utiliza, para compor o seu modelo educativo, modelos como Montessori, Waldorf, Movimento da Escola Moderna (MEM), Metodologia Freinet, Escola da Ponte, Escolas Democráticas, Comunidades de Aprendizagem, metodologia baseada em projetos e outros modelos que considera como metodologias. Entende que a criança aprende integrada no meio em que vive, na sua relação com o objeto e com o outro e, por essa razão, a estrutura da comunidade de aprendizagem, os seus registos, a sua avaliação, os seus valores e a sua relação com a natureza e com a comunidade envolvente e com as famílias também fazem parte do seu modelo pedagógico e contribuem para uma educação integral da criança e para um modelo inovador de educação.

Os pais e encarregados de educação das crianças que frequentam a CAC valorizam muito aspetos, como o peso dado à aquisição das competências sociais e emocionais, a abordagem individualizada das aprendizagens e a expansão do

currículo formal para um currículo comunitário, em que toda a comunidade envolvente é simultaneamente mestre e aprendiz, possibilitando que um grande número de aprendizagens seja feito em contexto. Estas práticas resultam numa ligação de grande circularidade entre a família e o centro educativo. Uma vez que uma parte das famílias que procuram a CAC são provenientes de outras regiões do território nacional e de outros países, a CAC tem promovido práticas ativas de inclusão destas famílias, práticas estas que são experienciadas pelas crianças no seu dia a dia e que constituem uma fonte de aprendizagem valiosa de valores e atitudes.

Ao longo dos três anos de intervenção a CAC recebeu mais de 20 crianças em regime regular e cerca de 40 crianças em regime flexível, com idades compreendidas entre os 4 e os 12 anos de idade e de diversas nacionalidades (portuguesa, russa, israelita, inglesa, francesa, filipina, alemã, belga, libanesa, australiana, austríaca, argentina, entre outras). No ano letivo 2019/2020 a CAC é regularmente frequentada por um total de 11 crianças, que frequentam a educação pré-escolar (3 crianças), o 1.º CEB (7 crianças) e o 2.º CEB (1 criança). Estas crianças têm idades compreendidas entre os 4 e os 11 anos de idade e residem nos municípios de Penela, Coimbra, Ansião, Miranda do Corvo e Pedrógão Grande. Com o intuito de participar nas atividades da CAC, oito famílias nacionais e estrangeiras fixaram-se na região e 155 famílias mantiveram o contacto, das quais 70 visitaram a associação.

Em resposta aos processos de recrutamento de voluntários, foram recebidas 83 candidaturas de professores e monitores de 11 nacionalidades diferentes e 22 candidaturas espontâneas. Deste total, 56 desenvolveram atividades na CAC.

PARTE III . SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO E ANÁLISE SWOT

Ao longo do diagnóstico realizado, através da análise de um conjunto vasto de indicadores de diferentes dimensões, relacionados diretamente com a educação ou que de alguma forma exercem influência sobre esta, é fornecida a base de evidência e de enquadramento necessária à identificação dos principais problemas e necessidades em educação, essencial ao processo de planeamento e ordenamento subjacente à elaboração da proposta de reorganização da rede escolar, que se pretende holística, participada e territorializada.

A observação dos indicadores demográficos mais relevantes, relativos à população, sua distribuição, estrutura e evolução nos últimos anos e nos anos futuros, fornece um retrato que posiciona Penela como um dos territórios menos

populosos e mais envelhecidos do conjunto de 19 municípios que integram a Comunidade Intermunicipal (CIM) Região de Coimbra.

Com uma população residente total de 5983 habitantes em 2011, Penela verificou no último período intercensitário uma diminuição de 611 habitantes, valor que representa -9,27% (de 6594 para 5983 residentes). A tendência de decréscimo populacional parece manter-se para os anos mais recentes, prevendo-se uma redução de 596 habitantes entre 2011 e 2020, o que corresponde a -9,96% (de 5983 para 5387 residentes).

Descendo de escala de análise para o nível das freguesias, em 2011 a UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal assume-se como a mais populosa (3651 habitantes, representando 61,02%), distinguindo-se de forma clara das restantes três unidades territoriais. Com valores bastante distanciados seguem-se as freguesias da Cumeeira e do Espinhal, que, com 1072 e 775 residentes, correspondem a 17,92% e 12,95% do total populacional. Por fim, encontra-se a freguesia de Podentes, com apenas 485 indivíduos, valor que representa 8,11% da população residente total. Como fica evidente, o dispositivo territorial expressa um nítido fenómeno de concentração da população residente na UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, que se afirma como o principal polo de atração.

No último período intercensitário todas as freguesias registaram uma perda populacional. A freguesia com menor número de habitantes observou a diminuição mais expressiva (-16,95%, correspondente a -99 residentes) e, em sentido inverso, a freguesia com maior número de habitantes verificou o decréscimo menos significativo (-4,97%, representando -191 indivíduos). Nas freguesias da Cumeeira e do Espinhal a redução foi de -15,79% (-201 residentes) e -13,41% (-120 indivíduos), respetivamente.

Apesar das variações mais ou menos significativas de ano para ano, a análise da natalidade na última década mostra uma tendência generalizada de diminuição, ainda que no último ano Penela evidencie uma recuperação expressiva (de 21 em 2019 para 36 em 2020).

A consideração da estrutura etária em 2011, comparativamente a 2001, revela que Penela acompanha a realidade do duplo envelhecimento da população que caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, apresentando uma evolução com perda de jovens (de 12,48% para 12,22%) e ganho de idosos (de 27,24% para 29,32%).

Confirmando o cenário de envelhecimento da população, entre 2001 e 2011 o índice de envelhecimento observou um aumento de 218,23% para 239,95%, o que significa que passaram a existir aproximadamente mais 22 idosos por cada 100 jovens em 2011.

A projeções demográficas mostram que a tendência de decréscimo se mantém, esperando-se que Penela tenha -1174 pessoas em 2031 (de 5983 para 4809 habitantes), valor que corresponde a -19,62%. Acompanhando a recuperação registada no ano de 2020, na natalidade prevê-se uma certa estabilização (de 37 em 2011 para 34 em 2031). Já no índice de envelhecimento projeta-se um forte agravamento, com a passagem dos 240 aos 290 idosos por cada 100 jovens em 2031 (de 239,95% para 291,74%).

Numa outra perspetiva de análise, a leitura dos principais indicadores socioeconómicos em Penela sublinha, para o ano de 2011, a preponderância do setor terciário (68,89%) em relação ao setor secundário (28,76%) e ao setor primário (2,35%).

A observação do ganho médio mensal em 2018 (893,31€) coloca Penela numa posição desfavorável, uma vez que o salário médio mensal é inferior ao da CIM Região de Coimbra (1052,50€), da Região Centro (1032,83€) e de Portugal (1166,88€). No que diz respeito ao género, o diferencial salarial entre homens e mulheres assume-se desfavorável às mulheres, que ganham em média -141,48€ (810,06€ contra 951,54€).

Analisando o fenómeno do desemprego, entre 2001 e 2011 verificou-se um crescimento da taxa de desemprego em Penela (de 4,94% para 10,02%), acompanhando a tendência generalizada. Segundo o sexo, a taxa de desemprego é superior nas mulheres (10,87%) em relação aos homens (9,29%).

Ao nível das condições de vida, em Penela no ano de 2011 o principal meio de vida da população residente com 15 e mais anos de idade é a reforma/pensão (39,97%) e o trabalho (39,76%), situação que reflete o envelhecimento populacional. Seguem-se as pessoas a cargo da família (13,80%). O subsídio de desemprego representa 2,28% e o Rendimento Social de Inserção (RSI) 0,63%.

Por fim, de acordo com dados de 2017 Penela apresenta um poder de compra per capita de 69,97, valor abaixo do registado nas unidades territoriais de referência. No

contexto da CIM Região de Coimbra, apenas seis municípios manifestam um pior posicionamento ao nível do poder de compra.

Numa referência ao contexto educativo, em termos globais a população residente em Penela apresenta um nível de escolaridade inferior à média nacional, da Região Centro e da CIM Região de Coimbra, visível no maior número de população residente sem nenhum nível de escolaridade completo e apenas com o 1.º CEB e no menor número de população residente que apresenta níveis de escolaridade superiores (ensino secundário e superior).

Passando agora para a avaliação do sistema educativo, no ano letivo 2019/2020 a rede escolar de Penela é constituída por quatro estabelecimentos de educação e ensino da rede formal (3 EB e 1 EP) e pela CAC, constituída em 2016, que não integra a rede formal de estabelecimentos de educação e ensino. Este valor traduz uma redução significativa relativamente à rede escolar existente à data de elaboração da primeira carta educativa (2005/2006), momento em que era constituída por 19 estabelecimentos de educação e ensino (6 JI, 12 EB e 1 EP).

Em termos de espaço físico, na generalidade os edifícios escolares apresentam condições espaciais e materiais adequadas às novas exigências administrativas, pedagógicas e sociais que têm vindo a ser caucionadas, não só pelas reformas enunciadas pela tutela, como também pela política educativa local, sendo de referir apenas a existência de um equipamento educativo que no 1.º CEB não apresenta condições para garantir uma sala de aula e um professor por ano de escolaridade, a EB Cumeeira, com duas salas de aula.

Resultado da progressiva perda de população residente e da diminuição dos nascimentos e dos seus efeitos no decréscimo da população escolar e, consequentemente, no esvaziar dos edifícios escolares, os estabelecimentos de educação e ensino apresentam, na sua generalidade, taxas de ocupação baixas, existindo mesmo um em risco de suspender a sua atividade devido ao reduzido número de alunos.

No mesmo ano letivo o universo estudantil em Penela perfaz um total de 443 alunos que frequentam a educação pré-escolar (93 crianças), o 1.º CEB (143 alunos), o 2.º e 3.º CEB (com 168 alunos) e o ensino profissional (39 alunos). Em relação a 2005/2006, quando o universo estudantil era constituído por um total de 753 alunos (158 na educação pré-escolar, 228 no 1.º CEB, 316 no 2.º e 3.º CEB e 51 no ensino profissional), estamos perante uma redução de -41,17% (-310 alunos).

A análise das áreas de influência dos equipamentos educativos revela que Penela é um território pouco atrativo, na medida em que perde um grande número de alunos para outros territórios, em grande medida consequência da inexistência de um estabelecimento de ensino secundário regular, e que esta perda não é compensada pela entrada de alunos provenientes de outros territórios, uma vez que, com exceção da escola profissional, a generalidade dos estabelecimentos de educação e ensino são frequentados por crianças e jovens residentes no território municipal.

As projeções da população escolar, realizadas com base nos nascimentos registados, mostram que a tendência de diminuição não só se mantém, como aumenta à medida que o intervalo de projeção alarga numa relação quase direta. Efetivamente, com exceção da educação pré-escolar, que verifica um crescimento de 5,32% (2021/2022), relacionado com o curto período de projeção, que torna os efeitos da quebra da natalidade na população escolar pouco visíveis, todos os níveis de ensino observam um decréscimo da população escolar potencial: -11,84% no 1.º CEB (2024/2025), -30,93 no 2.º CEB (2028/2029), -26,12% no 3.º CEB (2030/2031) e -38,13% no ensino secundário (2033/2034).

Finalmente, no que se refere aos resultados escolares, Penela registou uma evolução negativa nos últimos anos nas médias das provas finais do 9.º ano, verificando em 2018/2019 médias inferiores às regionais e nacionais, quer na disciplina de português, quer na disciplina de matemática. Em sentido inverso, os dados relativos à taxa de retenção e desistência em Penela revelam um cenário bastante mais positivo, com uma evolução no sentido de uma forte redução nos últimos cinco anos, traduzida em valores muito abaixo dos registados na CIM Região de Coimbra, na Região Centro e no Continente no ano mais recente, tanto no ensino básico, como nos cursos técnicos/tecnológicos e profissionais do ensino secundário.

Em jeito de conclusão, procede-se agora à construção de uma análise SWOT, instrumento fundamental que tem como objetivo avaliar os fatores internos, através da identificação dos pontos fortes e fracos, e externos, através do reconhecimento das oportunidades e ameaças. Este exercício de planeamento estratégico é uma etapa determinante para fornecer informações que permitam a construção de cenários de antecipação que sirvam de suporte à elaboração da proposta de reorganização da rede escolar.

Quadro 97. Análise SWOT.

Pontos fortes	Pontos fracos
. Educação assumida como área estratégica prioritária	. Carência de respostas locais de educação e formação para jovens e adultos
. Política educativa local que assume e ultrapassa as competências atribuídas	. Reduzida oferta formativa ao nível da formação profissional
. Boa articulação entre o município, as juntas de freguesia, o agrupamento de escolas e a comunidade educativa	. Desadequação entre a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho
. Investimento na requalificação e modernização do parque escolar	. Persistência de alguma falta de reconhecimento da importância do ensino profissional como via alternativa no percurso escolar por parte dos jovens e/ou das famílias
. Qualidade dos edifícios e equipamentos educativos	. Inexistência de um estabelecimento de ensino secundário regular
. Oferta de ensino profissional	. Dificuldade de fixação de alunos nas escolas do município
. Capacidade de resposta na educação pré-escolar e no ensino básico	. Baixa taxa de ocupação dos edifícios escolares
. Existência de um projeto educativo diferenciador (CAC)	. Progressiva redução da população escolar
. Baixa taxa de retenção e desistência em comparação com a média regional e nacional	. Médias das provas finais do 9.º ano inferiores às regionais e nacionais
. Diversidade de atividades de complemento curricular	. Aparente desmotivação crescente dos profissionais da educação
. Desenvolvimento de uma estratégia local para a fixação de crianças	. Baixa qualificação profissional dos assistentes operacionais
	. Fraco envolvimento dos pais e/ou encarregados de educação no acompanhamento do percurso escolar dos alunos
Oportunidades	Ameaças
. Descentralização de competências na área da educação	. Concorrência de outros centros urbanos e regiões
. Proximidade do novo quadro comunitário de apoio	. Estigma do interior
. Programa Revitalizar Pinhal Interior	. Desequilíbrios demográficos e ao nível da oferta de serviços públicos, empregabilidade e acessibilidade/mobilidade entre as freguesias
. Localização geográfica e acessibilidades	. Fraca rede de transportes públicos
. Atração do interior e dos territórios de baixa densidade	. Existência de famílias em situação de desvantagem socioeconómica
. Capacidade de atração de população, particularmente estrangeira	. Reduzida qualificação escolar e profissional da população em idade ativa
. Tecido económico local	. Insuficiência de creches em alguns setores do território municipal
. Ecossistema de apoio ao empreendedorismo e à inovação	. Diminuição da população residente
. Património cultural e natural e produtos endógenos	. Envelhecimento populacional
. Diversidade de respostas sociais	. Despovoamento
. Dinamismo associativo	
. Recuperação da natalidade	

**PARTE IV . ESTRATÉGIA DE
INTERVENÇÃO E
ACOMPANHAMENTO**

15. Proposta de reorganização da rede escolar

15.1. Objetivos a prosseguir

De acordo com o diagnóstico apresentado e com a política educativa local, a proposta de intervenção na rede escolar do município de Penela assume como objetivos a prosseguir:

- Assegurar a cobertura da totalidade da população a escolarizar nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- Manter o equilíbrio espacial entre a oferta e a procura escolar;
- Garantir condições de ensino e de aprendizagem adequadas às exigências educativas atuais, cada vez mais amplas e abrangentes;

- Proporcionar condições de igualdade de acesso a uma educação/formação de qualidade para todos os alunos;
- Contribuir para a redução do abandono escolar precoce e para a promoção do sucesso educativo dos alunos;
- Potenciar um sistema urbano mais equilibrado e eficiente;
- Melhorar a qualidade de vida da população residente no território municipal.

15.2. Linhas estratégicas de atuação

Como resultado dos objetivos a prosseguir definidos, neste exercício de planeamento educativo o município de Penela delineou como linhas estratégicas de atuação:

- Promover o respeito pelo atual quadro normativo e orientador do sistema educativo;
- Manter tipologias que integrem mais do que um nível de ensino;
- Garantir uma sala e um professor por ano de escolaridade, sempre que possível;
- Assegurar o regime normal de funcionamento, de turno único, dos estabelecimentos de ensino de 1.º CEB;
- Salvar a harmonia dos percursos casa-escola dos alunos (Distância e duração);
- Propiciar condições de higiene, conforto, segurança e qualidade funcional, arquitetónica e ambiental nos estabelecimentos de educação e ensino;
- Explorar complementaridades, sinergias e partilhas na gestão e utilização dos recursos humanos e materiais existentes;
- Reforçar o papel do Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro, Penela, da Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela e da CAC;
- Aumentar a participação educativa da comunidade local.

15.3. Principais medidas a adotar

Expõem-se de seguida as principais medidas a adotar e que se espera que venham a ser respeitadas por todas as entidades envolvidas com competências atribuídas no domínio educativo no município de Penela. A proposta de reorganização da rede escolar apresentada tem por base a localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico e as projeções de desenvolvimento e reflete os objetivos a prosseguir e as linhas estratégicas de atuação da política educativa local, garantindo o seu rigoroso cumprimento. Naturalmente, o plano de ação centra-se na rede pública.

A proposta de reorganização da rede escolar do município de Penela não prevê alterações estruturais ao parque escolar existente, propondo a manutenção dos três estabelecimentos de educação e ensino regular da rede pública em funcionamento no território municipal e que asseguram desde a educação pré-escolar ao ensino básico: EB Cumeeira, EB Espinhal e EB Infante D. Pedro (Quadro 98).

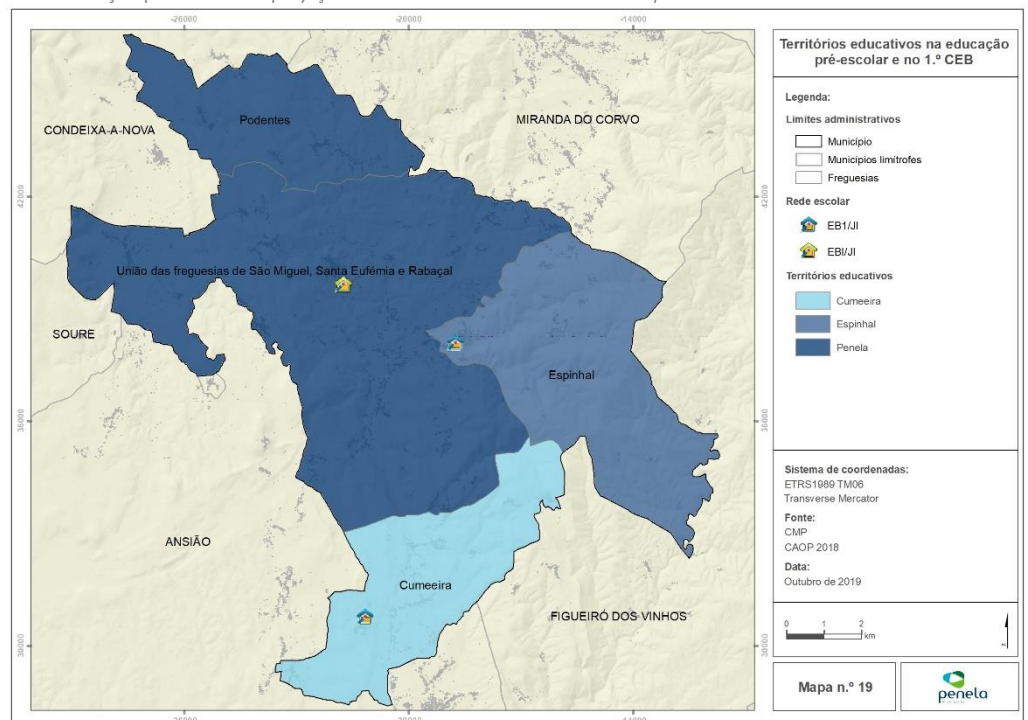
Na educação pré-escolar e no 1.º CEB este imobilismo só é possível porque a oferta escolar se mantém adequada à procura escolar verificada. Para esta situação contribuem dois fatores primordiais: por um lado, a evolução expectável da procura escolar, ainda que o ritmo de diminuição da população escolar tenha sido superior ao previsto nas projeções de desenvolvimento na totalidade do território municipal; por outro lado, o cumprimento da proposta de reorganização da rede escolar apresentada na carta educativa de primeira geração, que respeitou as orientações nacionais de reestruturar a rede escolar municipal na lógica de centro escolar.

Efetivamente, na carta educativa de primeira geração a rede escolar da educação pré-escolar e do 1.º CEB do município de Penela foi estruturada em três territórios educativos: Cumeeira, composto pela freguesia da Cumeeira, Espinhal, constituído pela freguesia do Espinhal, e Penela, que integra a UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal e a freguesia de Podentes (Mapa 19). Cada um destes territórios educativos foi equipado com um centro escolar, de modo a assegurar uma cobertura abrangente do território municipal e a garantir condições de igualdade de frequência escolar para todos os alunos. Todos os centros escolares integram a educação pré-escolar e o 1.º CEB e apresentam valências multifuncionais como biblioteca/sala de informática, sala de ensino especial, refeitório, cozinha/copa, sala polivalente e recreio descoberto, com vista à melhoria da qualidade do espaço educativo para alunos e professores e à partilha com as comunidades locais.

Quadro 98. Territórios educativos.

Território educativo	Área de influência	Estabelecimento de educação e ensino	Nível de educação e ensino	2019/2020		2024/2025*		Variação 2019/2020-2024/2025 (%)
				Frequência Salas (n.º)	Previsão (n.º)	Frequência Salas (n.º)	Previsão (n.º)	
Cumeeira	Cumeeira	EB Cumeeira	Educação pré-escolar	20	1	20	0	0,00
			1.º CEB	15	2	28	13	86,67
Espinhhal	Espinhhal	EB Espinhhal	Educação pré-escolar	29	2	8	-21	-72,41
			1.º CEB	51	4	15	-36	-70,59
Penela	Podentes UF de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB Infante D. Pedro	Educação pré-escolar	44	3	71	27	61,36
			1.º CEB	77	6	91	14	18,18
			2.º CEB	66	15	50	-16	-24,24
			3.º CEB	102	15	129	27	26,47
Total			Educação pré-escolar	93	6	99	6	6,45
			1.º CEB	143	12	134	-9	-6,29
			2.º CEB	66	15	50	-16	-24,24
			3.º CEB	102	15	129	27	26,47

* Na educação pré-escolar as projeções são referentes ao ano letivo 2021/2022.



Mapa 19. Territórios educativos na educação pré-escolar e no 1.º CEB.

Mas embora a proposta de reorganização da rede escolar do município de Penela assente na continuidade de todos os estabelecimentos de ensino de 1.º CEB enquanto a população escolar não descer abaixo de um limite que inviabilize o seu funcionamento, os responsáveis políticos e técnicos da autarquia não são indiferentes à redução gradual do número de alunos que se tem vindo a observar nas últimas décadas e que tem já tradução efetiva na existência de uma escola a funcionar com uma população escolar abaixo do limite mínimo definido pelo ME para o funcionamento de um estabelecimento de ensino de 1.º CEB (21 alunos), a EB Cumeeira, frequentada por 15 alunos no ano letivo 2019/2020. Pelo contrário, o município de Penela tem vindo a empreender esforços significativos para inverter a situação descrita, tendo implementado um conjunto de estratégias e realizado investimentos para fixar e atrair crianças para o território municipal, de carácter global e específico.

No âmbito global é de referir, na sequência do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE), a promoção da modernização tecnológica e pedagógica no contexto educativo nos três centros escolares existentes no território municipal, através da criação de espaços inovadores que estimulem a aplicação de novas metodologias nos processos de ensino e aprendizagem e combatam os estilos de ensino centrados na transmissão de conhecimentos (Ambientes Educativos Inovadores - AEI).

No domínio restrito, é de destacar o trabalho que tem vindo a ser realizado na freguesia da Cumeeira para fixar as crianças nascidas na freguesia e inverter a atual situação da EB Cumeeira, que não se deve à inexistência de população escolar disponível para garantir a sua manutenção a curto e médio prazo, mas à incapacidade em manter as crianças nascidas na freguesia, que saem maioritariamente para o município vizinho de Ansião. O trabalho desenvolvido assenta em três vertentes fundamentais, a saber:

- Na melhoria das condições de frequência escolar da EB Cumeeira, através da instalação de um espaço para a prática de atividade física no exterior do edifício;
- Na sensibilização dos pais e/ou encarregados de educação para a qualidade do equipamento educativo e para a importância de manter as suas crianças na freguesia;

- Na sensibilização da população e das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) para a necessidade de criar amas/creches familiares, de modo a, por um lado, colmatar a inexistência da resposta social de creche na freguesia da Cumeeira e, por outro lado, fixar as crianças nascidas na freguesia.

Os resultados do trabalho que tem vindo a ser realizado pela autarquia na freguesia da Cumeeira nos dois últimos anos letivos para fixar as crianças nascidas na freguesia são já bastante evidentes na educação pré-escolar e é expectável que a curto prazo tenha repercussão no 1.º CEB.

Esta proposta de reorganização da rede escolar para a educação pré-escolar e o 1.º CEB assenta na convicção de que as especificidades dos territórios de baixa densidade justificam a aplicação de medidas de diferenciação positiva para contrariar as dinâmicas territoriais regressivas dominantes. O que se pretende com esta procura de soluções adaptadas é respeitar as diferentes dinâmicas demográficas e socioeconómicas e travar a concentração da população no núcleo urbano e a crescente desertificação dos setores mais periféricos.

Na sua base está o entendimento de que em territórios com estas características as escolas são assumidas como equipamentos estruturantes para um ordenamento do espaço consentâneo com a coesão social e para um desenvolvimento local sustentado e, por essa razão, a decisão do seu encerramento não deve basear-se unicamente em critérios quantitativos e deve considerar um conjunto de fatores decisivos para a qualidade das aprendizagens dos alunos e para o seu sucesso futuro enquanto cidadãos, destacando-se os seguintes:

- Sucesso escolar dos alunos;
- Perspetiva dos pais e/ou encarregados de educação;
- Distância-tempo das deslocações casa-escola;
- Dinâmica demográfica e socioeconómica;
- Comunidade envolvente;
- Desenvolvimento de um projeto pedagógico diferenciador.

No 2.º e 3.º CEB, onde existe uma resposta única para a totalidade do território municipal, esta opção é clara, ainda que não sejam de negligenciar os efeitos evidentes da quebra da natalidade que se tem vindo a verificar nas últimas décadas

na redução da população escolar, situação que as previsões para os próximos anos letivos mostram que não só se irá manter, como agravar.

Naturalmente que, embora não esteja prevista qualquer alteração estrutural ao parque escolar municipal, o município de Penela vai assumir as suas responsabilidades e assegurar a realização de todas as intervenções de conservação, manutenção e pequena reparação nos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico que se revelem necessárias.

Sendo a carta educativa um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, esta tem obrigatoriamente de estar enquadrada com o Plano Diretor Municipal (PDM), da qual é, aliás, parte integrante, de acordo com o n.º 7 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Esta imposição prende-se com a necessidade de garantir a reserva de terrenos quando prevista a construção de novos edifícios escolares ou a ampliação dos existentes no período temporal de vigência da carta educativa (10 anos). No caso particular do município de Penela a articulação da carta educativa com o principal instrumento de gestão territorial municipal não se aplica, na medida em que não estão previstas alterações estruturais ao parque escolar existente.

Todo este processo será acompanhado pela implementação de um processo de monitorização rigoroso da evolução do comportamento da população escolar em todos os níveis de educação e ensino, de modo a permitir proceder atempadamente aos ajustamentos que se revelem necessários na rede escolar municipal e, desta forma, manter a sua adequação à procura escolar e garantir o seu desenvolvimento qualitativo.

Ainda que a proposta de reorganização da rede escolar não deva incidir na rede privada, o município de Penela entende que deve pensar a sua oferta educativa de forma global e abranger todos os agentes educativos com intervenção no território municipal, incluindo a Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela e a CAC.

No caso da Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela o município de Penela propõe uma redefinição da oferta formativa atual, com vista a uma maior adequação às necessidades formativas específicas do tecido empresarial local. Esta proposta visa contribuir para a fixação da população jovem no território municipal e, desta forma, contrariar ou, pelo menos, atenuar o declínio e o envelhecimento populacional que se tem observado nas últimas décadas.

No caso da CAC o município de Penela reconhece a importância deste projeto educativo diferenciador para o complementar da oferta educativa do ensino regular da rede pública, pelo que continuará a prestar todo o apoio necessário à sua afirmação e consolidação. Além do papel determinante que tem desempenhado na diversificação da oferta educativa municipal, a CAC tem também funcionado como um fator decisivo na atração para o território municipal de inúmeras famílias jovens nacionais e internacionais com filhos em idade escolar que procuram modelos pedagógicos inovadores e encontram aqui resposta.

A presente proposta de reorganização da rede escolar deverá ser articulada com a revisão do Plano Estratégico Educativo Municipal (PEEM) de Penela, a iniciar no arranque do ano letivo 2020/2021. Ao contrário da carta educativa, mais centrada na componente material da educação, ou seja, nos edifícios e equipamentos educativos, o PEEM tem como objetivo a construção de uma política educativa local capaz de responder às necessidades da comunidade educativa local e, por essa razão, deve abranger todas as componentes da educação, materiais e imateriais.

16. Monitorização

O processo de realização da carta educativa não se esgota no ato de elaboração da proposta de reorganização da rede escolar, carecendo de acompanhamento contínuo, aprofundamento sucessivo e atualização periódica para se tornar num instrumento permanentemente válido, na medida em que tem que se adequar a uma realidade que evolui ininterruptamente em função de alterações nas dinâmicas demográficas e socioeconómicas, no desenvolvimento local e na política educativa. É este aspeto que torna este instrumento um documento constantemente aberto e inacabado.

A monitorização permite controlar a implementação da proposta de reorganização da rede escolar, identificando os desvios face ao inicialmente previsto no que respeita à evolução do comportamento da população escolar (procura e fluxos escolares). Desta forma torna-se possível tirar as devidas ilações e proceder à tomada de medidas corretivas que permitam manter o equilíbrio e a sustentabilidade do sistema educativo (adequação da oferta à procura escolar) e cumprir os objetivos a prosseguir e as linhas estratégicas de atuação da carta educativa.

É tendo como pano de fundo este cenário que se recomenda que a CMP promova um processo de monitorização da carta educativa que assegure a atualização regular e sistemática da informação, não só da relativa à situação presente e evolução recente, mas também da relacionada com as perspetivas de evolução, na certeza de que o cuidado posto na supervisão do sistema educativo deve ser a base da estratégia definida para a sua contínua melhoria.

A organização do processo de monitorização da carta educativa deve contemplar as seguintes fases:

1. Recolha, tratamento, análise e disponibilização da informação

A primeira etapa do processo de monitorização da carta educativa deve assentar na recolha, tratamento, análise e disponibilização da informação. A constituição de uma base de dados contendo a informação relativa à oferta e procura escolar constitui um passo marcante e decisivo nesta fase. Da mesma forma, é determinante a definição de um conjunto de indicadores que permitam ter uma visão global do estado da educação nas suas diferentes vertentes, em particular no que respeita à oferta e procura escolar.

Embora a capacidade de gestão da informação seja a base desta etapa, a qualidade da informação é igualmente essencial, dependendo esta de dois vetores fundamentais: atualidade e fidedignidade. Só com a junção destes dois fatores é que se poderá estruturar, manter e fazer evoluir o processo de monitorização da carta educativa.

Para o levantamento dos dados junto do Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro, Penela, da Escola Tecnológica e Profissional de Sicó - Pólo de Penela e da CAC deverá ser estabelecido um prazo fixo nunca superior a 12 meses a partir da última recolha, sendo que o momento preferencial para a sua realização é o início de cada ano letivo, após a sua estabilização (outubro).

2. Instrumentos de ação

Após a etapa de recolha, tratamento, análise e disponibilização da informação deve ser estipulado um plano de ação que inclua as metas a atingir, as entidades a envolver e os recursos a mobilizar para um quadro temporal de um ano (até ter início nova fase de recolha, tratamento, análise e disponibilização da informação). De acordo com os dados obtidos na fase anterior, este instrumento de ação vai atuar no

sentido de operacionalizar as orientações da carta educativa e efetuar as reformulações que se revelem necessárias.

3. Avaliação dos resultados

Terminado o período de vigência do plano de ação, deve seguir-se a etapa de avaliação dos resultados, tendo em vista a revisão das orientações da carta educativa e dos planos de ação. O que se pretende é, de acordo com os resultados alcançados, redefinir as prioridades de intervenção no parque escolar, de modo a assegurar uma gestão eficaz dos recursos humanos e materiais existentes.

4. Revisão da carta educativa

A revisão da carta educativa está legislada de forma a ser efetuada obrigatoriamente de 10 em 10 anos e sempre que esta deixe de traduzir a realidade educativa do município ou haja a necessidade de estabelecer novos objetivos e metas a atingir.

No processo de monitorização da carta educativa julga-se recomendável acompanhar os principais domínios do sistema educativo, nomeadamente:

- O desenvolvimento urbano, particularmente nos aspetos que possam constituir inflexões da trajetória prevista para a população escolar, como a expansão urbana, o serviço de transportes, a rede de acessibilidades, o acesso a equipamentos desportivos, culturais e lúdicos, entre outros;
- A implementação de planos e projetos urbanísticos (Planos de Urbanização (PU), Planos de Pormenor (PP), projetos de loteamento, licenças de construção, entre outros), especialmente nas questões que possam provocar desvios no comportamento projetado para a população escolar, como a definição e/ou ampliação de áreas residenciais;
- As alterações do quadro legislativo e orientador que enquadram o sistema educativo;
- A dinâmica demográfica e socioeconómica, sobretudo nas matérias que possam implicar acréscimos ou decréscimos populacionais e, consequentemente, aumentos ou diminuições da população escolar e/ou alterações da sua expressão espacial, como os nascimentos registados (quantidade e área geográfica);

- O comportamento da oferta e procura escolar, incluindo os fluxos escolares e as projeções escolares, com o objetivo de acompanhar a resposta da procura escolar às mudanças verificadas nas condições da oferta escolar e perceber quais as variáveis responsáveis pelas transformações observadas. Para a apreciação do comportamento da oferta e procura escolar podem ser considerados como indicadores base o número de alunos por estabelecimento de educação/ensino, ano de escolaridade e nível/modalidade de ensino, as taxas de ocupação, retenção e desistência, transição/conclusão e escolarização e o abandono escolar;
- O estado de conservação do parque escolar e a adequação dos edifícios escolares e dos recursos educativos complementares às necessidades pedagógicas;
- A avaliação do sistema educativo, quer na vertente endógena de sucesso escolar, quer na vertente exógena de relação com as necessidades e anseios da população local (inserção ou exclusão social, adequação da oferta à procura escolar e integração profissional no mercado de trabalho);
- A eficácia das atividades complementares de ação educativa, como as AAAF, a CAF, as AEC, as atividades extracurriculares, o desporto escolar, a ação social escolar e os transportes escolares;
- A eficiência dos serviços prestados à comunidade envolvente, designadamente no que respeita à sobre ou subutilização das instalações e infraestruturas escolares de apoio, como as bibliotecas e/ou centros de recursos e os equipamentos desportivos.

Recomenda-se que a gestão do processo de monitorização da carta educativa de Penela fique sob a responsabilidade de uma estrutura a criar com técnicos da CMP, que assegure a coerência da atuação, funcione em estreita articulação com o Conselho Municipal de Educação (CME) e garanta a complementaridade com técnicos de outras estruturas orgânicas da autarquia que justifique envolver, em particular do Gabinete de Planeamento Urbanístico e Projetos (GPUP), através da constituição de uma equipa multissetorial a nível interno.

Algumas considerações finais

Na primeira década do século XXI Portugal entrou numa nova e marcante era das políticas públicas, com o avançar do processo de transformação e reformulação do papel do Estado, que ganhou importância a partir de meados dos anos 80. Na educação foram tomadas iniciativas legislativas concretas para transferir para os municípios um conjunto de competências e responsabilidades, de que tinham estado completamente afastados, até então, no sentido de, por um lado, aproximar as decisões políticas das realidades locais e a educação das dinâmicas locais de desenvolvimento e, por outro lado, procurar ganhos de eficiência e eficácia na gestão de dinheiros públicos, que o processo de globalização económica, cada vez mais desregulado, foi tornando mais escassos e de distribuição e utilização menos claras.

Este processo de transferência de competências e responsabilidades do poder central para o local atribuiu às autarquias responsabilidades na gestão da rede escolar municipal, o que se traduziu na afirmação da carta educativa como o documento estratégico que consubstancia as políticas locais de planeamento da rede escolar.

A carta educativa ajuda a estabilizar o sistema educativo local e a encarar o futuro de um modo menos incerto, pois dispõe de uma visão estratégica e de uma correspondente operacionalização e concretização que garante uma resposta eficiente e eficaz aos desafios territoriais (demográficos, socioeconómicos e educativos) e às necessidades atuais e futuras da comunidade educativa local, procurando a melhoria dos seus níveis de educação, qualidade de vida e bem-estar e a promoção de um desenvolvimento local sustentável.

Desde a afirmação deste instrumento desenvolvido à escala local que Portugal tem feito um enorme esforço de qualificação da rede escolar, que se traduziu em progressos substanciais em matéria de educação. Contudo, o país continua a apresentar um défice estrutural de formação e de qualificação da população que exige uma aposta clara e persistente na resolução dos problemas que têm impedido a convergência com os atuais padrões da União Europeia, nomeadamente no que se refere aos níveis de insucesso e abandono escolares e ao défice de qualificações da população ativa.

Penela acompanhou o esforço nacional de qualificação do parque escolar e na carta educativa de primeira geração apresentou uma proposta de reorganização da rede escolar que seguiu os critérios de racionalidade e qualidade assumidos pelo Estado central, propondo a reestruturação da rede escolar da educação pré-escolar e do 1.º CEB e a manutenção da rede escolar do 2.º e 3.º CEB. Na educação pré-escolar e no 1.º CEB a rede escolar foi reestruturada na lógica de centro escolar, assente no encerramento das escolas isoladas e/ou de reduzida dimensão e na concentração da população escolar em edifícios escolares de maior dimensão, todos com mais do que um nível de ensino e dotados de espaços escolares multifuncionais caracterizados por elevados índices de qualidade funcional e conforto. Esta opção traduziu-se numa redução substancial do número de equipamentos educativos, que passaram de 18 a apenas três.

A concretização da proposta de reorganização da rede escolar apresentada na carta educativa de primeira geração garantiu a adequação dos edifícios escolares às necessidades e atribuições da escola na atualidade e a criação de condições de igualdade de acesso a um ensino de qualidade para a totalidade dos alunos, impedindo uma educação a diferentes velocidades dentro do mesmo território.

Resultado da profunda transformação operada, Penela apresenta hoje um parque escolar perfeitamente estabilizado, ajustado às necessidades presentes e às

perspetivas de evolução, não só no domínio dos quantitativos escolares e do sistema urbano, mas também dos processos de ensino e aprendizagem, onde a inovação e introdução de novas metodologias acontecem a um ritmo acelerado.

Assente na atualização do diagnóstico dos principais indicadores demográficos, socioeconómicos e educativos e na estabilização de um processo de monitorização sistemática das dinâmicas do sistema educativo que permita, simultaneamente, identificar atempadamente desvios face ao previsto e adotar medidas corretivas, salvaguardando, deste modo, que os propósitos inicialmente estabelecidos possam vir a ser alcançados, a elaboração da carta educativa de Penela vai dotar o território de um instrumento de planeamento estratégico que o habilita a enfrentar os desafios territoriais dos próximos 10 anos.

bibliografia

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (s/d). *Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro*. Coimbra: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;

Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Diário da República n.º 21 - 1.ª série;

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. Diário da República n.º 129 - 1.ª série;

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro. Diário da República n.º 12 - I série - A;

Despacho Normativo n.º 16/2019, de 4 de junho. Diário da República n.º 107 - 2.ª série;

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Diário da República n.º 157 - I série;

Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto. Diário da República n.º 166 - 1.ª série;

Lei n.º 159/99, de 14 de setembro. Diário da República n.º 215 - I série - A;

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro. Diário da República n.º 237 - I série;

Martins, É. (coord.) (2000). *Critérios de Reordenamento da Rede Educativa*. Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento;

Martins, É. (coord.) (2000). *Manual para a Elaboração da Carta Educativa*. Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento;

Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro. Diário da República n.º 177 - 1.ª série;

Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto. Diário da República n.º 164 - 2.ª série;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho. Diário da República n.º 113 - 1.ª série.

<https://bime.mec.pt>

www.dgeec.mec.pt

www.ine.pt

Índice de figuras

Figura 1. População residente entre 1950 e 2011.	27
Figura 2. População residente entre 2001 e 2020.	28
Figura 3. População residente por freguesia entre 1991 e 2011.....	29
Figura 4. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.....	31
Figura 5. Variação populacional por freguesia entre 1991 e 2001.....	32
Figura 6. Crescimento natural entre 2001 e 2020.	33
Figura 7. Crescimento natural por freguesia em 2011.	35
Figura 8. Crescimento natural por freguesia em 2001.	36
Figura 9. Crescimento efetivo por freguesia entre 2001 e 2011.	37
Figura 10. População residente segundo os grandes grupos etários entre 1950 e 2011.	38
Figura 11. Pirâmide etária da população residente em 1950 e 2011.....	40
Figura 12. Pirâmide etária da população residente em 2001 e 2011.....	40
Figura 13. Índice de envelhecimento por freguesia em 2001 e 2011.....	41
Figura 14. Índice de dependência total por freguesia em 2001 e 2011.	43

Figura 15. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2001 e 2011.	44
Figura 16. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2001 e 2011.	45
Figura 17. População residente entre 1950 e 2031.....	47
Figura 18. População ativa segundo a freguesia e sexo em 2011.....	52
Figura 19. População ativa segundo a freguesia e grupo etário em 2011.	52
Figura 20. População empregada segundo a freguesia e sexo em 2011.	54
Figura 21. População empregada segundo a freguesia e grupo etário em 2011.	55
Figura 22. População empregada segundo a freguesia e nível de escolaridade em 2011.....	55
Figura 23. População empregada segundo a freguesia e setor de atividade económica em 2011.....	56
Figura 24. Evolução da taxa de emprego entre 1981 e 2011.	61
Figura 25. Evolução da taxa de emprego, segundo o sexo, entre 1981 e 2011.....	61
Figura 26. Ganho médio mensal em 2018.....	62
Figura 27. Ganho médio mensal, segundo o sexo, em 2018.	63
Figura 28. Ganho médio mensal, segundo o setor de atividade económica, em 2018.	63
Figura 29. Taxa de desemprego em 2001 e 2011.	65
Figura 30. Taxa de desemprego segundo a freguesia em 2001 e 2011.	66
Figura 31. Taxa de desemprego segundo a freguesia e sexo em 2011.....	66
Figura 32. Evolução da população desempregada entre 2011 e 2020 (setembro)..	67
Figura 33. Poder de compra <i>per capita</i> em 2017.	69
Figura 34. Evolução do poder de compra <i>per capita</i> entre 2004 e 2017.....	69
Figura 35. População residente segundo o nível de escolaridade atingido em 2011.	72
Figura 36. População residente, com 15 e mais anos de idade, segundo o nível de escolaridade atingido em 2011.	73
Figura 37. População residente analfabeta com 10 ou mais anos por freguesia em 2001 e 2011.....	74
Figura 38. Taxa de analfabetismo por freguesia em 2001 e 2011.....	75
Figura 39. Evolução da frequência por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.....	89
Figura 40. Variação da frequência por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.	89

Figura 41. Evolução da frequência real e potencial (nascimentos) na creche entre os anos letivos 2013/2014 e 2019/2020.	92
Figura 42. Evolução da frequência na educação pré-escolar entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.	94
Figura 43. Evolução da frequência na educação pré-escolar na EB Cumeeira entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.	95
Figura 44. Evolução da frequência na educação pré-escolar na EB Espinhal entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.	95
Figura 45. Evolução da frequência na educação pré-escolar na EB Infante D. Pedro entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.	95
Figura 46. Evolução da frequência no 1.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.	96
Figura 47. Evolução da frequência no 1.º CEB na EB Cumeeira entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.	97
Figura 48. Evolução da frequência no 1.º CEB na EB Espinhal entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.	97
Figura 49. Evolução da frequência no 1.º CEB na EB Infante D. Pedro entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.	97
Figura 50. Evolução da frequência no 2.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.	98
Figura 51. Evolução da frequência no 3.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.	99
Figura 52. Evolução da frequência no ensino profissional entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.	100
Figura 53. População escolar potencial na educação pré-escolar entre os anos letivos 2010/2011 e 2021/2022.	113
Figura 54. População escolar potencial na educação pré-escolar na EB Cumeeira entre os anos letivos 2010/2011 e 2021/2022.	114
Figura 55. População escolar potencial na educação pré-escolar na EB Espinhal entre os anos letivos 2010/2011 e 2021/2022.	114
Figura 56. População escolar potencial na educação pré-escolar na EB Infante D. Pedro entre os anos letivos 2010/2011 e 2021/2022.	114
Figura 57. População escolar potencial no 1.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2024/2025.	115

Figura 58. População escolar potencial no 1.º CEB na EB Cumeeira entre os anos letivos 2010/2011 e 2024/2025.....	117
Figura 59. População escolar potencial no 1.º CEB na EB Espinhal entre os anos letivos 2010/2011 e 2024/2025.....	117
Figura 60. População escolar potencial no 1.º CEB na EB Infante D. Pedro entre os anos letivos 2010/2011 e 2024/2025.	117
Figura 61. População escolar potencial no 2.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2028/2029.....	118
Figura 62. População escolar potencial no 3.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2030/2031.....	119
Figura 63. População escolar potencial no ensino secundário entre os anos letivos 2010/2011 e 2033/2034.	120
Figura 64. Evolução das médias das provas finais entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.....	124
Figura 65. Evolução das médias das provas finais de matemática entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.	124
Figura 66. Evolução das médias das provas finais de português entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.	125
Figura 67. Distribuição dos alunos com necessidades educativas específicas por tipologia no ano letivo 2019/2020.	133
Figura 68. Evolução do pessoal docente entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020.	157
Figura 69. Evolução do pessoal docente por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020.....	158
Figura 70. Evolução do pessoal docente por tipo de vínculo entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020.	158
Figura 71. Pessoal docente por grupo etário no ano letivo 2019/2020.	159
Figura 72. Pessoal docente por habilitação literária no ano letivo 2019/2020.	159
Figura 73. Evolução do pessoal não docente entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020.....	160
Figura 74. Evolução do pessoal não docente por carreira e categoria entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020.....	161
Figura 75. Evolução do pessoal não docente por grupo etário entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020.	162

Índice de mapas

Mapa 1. Enquadramento geográfico.....	24
Mapa 2. População residente por freguesia em 2011.	29
Mapa 3. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.....	31
Mapa 4. Índice de envelhecimento por freguesia em 2011.....	41
Mapa 5. Índice de dependência total por freguesia em 2011.....	43
Mapa 6. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2011.	44
Mapa 7. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2011.....	45
Mapa 8. Rede escolar no ano letivo 2019/2020.	80
Mapa 9. Estabelecimentos de educação e ensino encerrados entre os anos letivos 1991/1992 e 2019/2020.	91
Mapa 10. Fluxos na educação pré-escolar na EB Cumeeira no ano letivo 2019/2020.	101
Mapa 11. Fluxos na educação pré-escolar na EB Espinhal no ano letivo 2019/2020.	102

Mapa 12. Fluxos na educação pré-escolar na EB Infante D. Pedro no ano letivo 2019/2020.....	102
Mapa 13. Fluxos no 1.º CEB na EB Cumeeira no ano letivo 2019/2020.	104
Mapa 14. Fluxos no 1.º CEB na EB Espinhal no ano letivo 2019/2020.....	104
Mapa 15. Fluxos no 1.º CEB na EB Infante D. Pedro no ano letivo 2019/2020.	105
Mapa 16. Fluxos no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.	106
Mapa 17. Fluxos no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.	107
Mapa 18. Fluxos no ensino profissional no ano letivo 2019/2020.	109
Mapa 19. Territórios educativos na educação pré-escolar e no 1.º CEB.	178

Índice de quadros

Quadro 1. População residente entre 1950 e 2011.	27
Quadro 2. População residente entre 2001 e 2020.	28
Quadro 3. População residente entre 1991 e 2011.	30
Quadro 4. Variação populacional entre 1991 e 2011.	32
Quadro 5. Crescimento natural entre 2001 e 2020.	34
Quadro 6. Crescimento natural em 2001 e 2011.	36
Quadro 7. Crescimento efetivo entre 2001 e 2011.	37
Quadro 8. População residente segundo os grandes grupos etários entre 1950 e 2011.	39
Quadro 9. População residente segundo os grupos etários em 1950, 2001 e 2011.	40
Quadro 10. Índice de envelhecimento e índice de dependência em 2001 e 2011.	42
Quadro 11. População residente entre 1950 e 2031.	47
Quadro 12. Natalidade entre 2011 e 2031.	48
Quadro 13. Taxa de natalidade entre 2011 e 2031.	48
Quadro 14. Índice de envelhecimento e índice de dependência entre 2011 e 2031.	49

Quadro 15. População ativa segundo o sexo e grupo etário em 2011.	53
Quadro 16. Taxa de atividade segundo o sexo em 2011.	53
Quadro 17. População empregada segundo o sexo e grupo etário em 2011.	54
Quadro 18. População empregada segundo o nível de escolaridade em 2011.	56
Quadro 19. População empregada segundo o setor de atividade económica em 2011.	57
Quadro 20. População empregada segundo a situação na profissão em 2011.	57
Quadro 21. População empregada segundo os níveis de qualificação e grupos de profissões em 2011.	58
Quadro 22. Profissões com um maior número de população empregada em 2011.	59
Quadro 23. Proporção da população ativa que está empregada, segundo o sexo, em 2011.	60
Quadro 24. Proporção da população residente que está empregada, segundo o sexo, em 2011.	60
Quadro 25. Taxa de emprego, segundo o sexo, entre 1981 e 2011.	61
Quadro 26. Ganho médio mensal, segundo o sexo, em 2018.	62
Quadro 27. Ganho médio mensal, segundo o setor de atividade económica, em 2018.	64
Quadro 28. Ganho médio mensal, segundo o nível de habilitações, em 2018.	64
Quadro 29. Diferença salarial face às unidades territoriais de referência do ganho médio mensal, segundo o nível de habilitações, em 2018.	65
Quadro 30. Taxa de desemprego segundo o sexo em 2001 e 2011.	66
Quadro 31. População residente com 15 e mais anos de idade segundo o principal meio de vida em 2011.	68
Quadro 32. População residente segundo o nível de escolaridade atingido em 2011.	72
Quadro 33. População residente, com 15 e mais anos de idade, segundo o nível de escolaridade atingido em 2011.	73
Quadro 34. População residente analfabeta com 10 ou mais anos em 2001 e 2011.	74
Quadro 35. Taxa de analfabetismo em 2001 e 2011.	75
Quadro 36. Taxa de analfabetismo em 2011.	76
Quadro 37. Rede escolar no ano letivo 2019/2020.	80
Quadro 38. Rede de creches no ano letivo 2019/2020.	81

Quadro 39. Estado de conservação, acessibilidade e segurança dos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2019/2020.	82
Quadro 40. Capacidade instalada e taxa de ocupação na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020.	83
Quadro 41. Capacidade instalada e taxa de ocupação no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020.	84
Quadro 42. Capacidade instalada e taxa de ocupação no 2.º e 3.º CEB e no ensino profissional no ano letivo 2019/2020.	84
Quadro 43. Espaços escolares de apoio nos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2019/2020.	85
Quadro 44. Frequência por nível de educação e ensino e rede no ano letivo 2019/2020.	88
Quadro 45. Frequência por freguesia e nível de educação e ensino no ano letivo 2019/2020.	88
Quadro 46. Evolução da frequência por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.	90
Quadro 47. Taxas de ocupação e cobertura na creche entre os anos letivos 2013/2014 e 2019/2020.	93
Quadro 48. Residência das crianças inscritas na creche no ano letivo 2019/2020.	93
Quadro 49. Frequência na educação pré-escolar por estabelecimento e idade no ano letivo 2019/2020.	94
Quadro 50. Frequência no 1.º CEB por estabelecimento de ensino e ano de escolaridade no ano letivo 2019/2020.	96
Quadro 51. Frequência no 2.º CEB por ano de escolaridade no ano letivo 2019/2020.	98
Quadro 52. Frequência no 3.º CEB por ano de escolaridade no ano letivo 2019/2020.	98
Quadro 53. Frequência no ensino profissional por curso e ano de escolaridade no ano letivo 2019/2020.	99
Quadro 54. Fluxos na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020.	101
Quadro 55. Fluxos no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020.	103
Quadro 56. Fluxos no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.	106
Quadro 57. Fluxos no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.	107
Quadro 58. Fluxos no ensino profissional no ano letivo 2019/2020.	108
Quadro 59. Fluxos por nível de ensino no ano letivo 2019/2020.	109

Quadro 60. Síntese da educação pré-escolar.....	113
Quadro 61. Síntese do 1.º CEB.	116
Quadro 62. Síntese do 2.º CEB.	118
Quadro 63. Síntese do 3.º CEB.	119
Quadro 64. Síntese do ensino secundário.....	120
Quadro 65. Variação da população escolar potencial.....	121
Quadro 66. Evolução das médias das provas finais de matemática e português entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.....	125
Quadro 67. Taxa de retenção e desistência por nível de ensino no ano letivo 2018/2019.....	126
Quadro 68. Taxa de retenção e desistência no ensino básico no ano letivo 2018/2019.	127
Quadro 69. Taxa de retenção e desistência nos cursos técnicos/tecnológicos e profissionais do ensino secundário no ano letivo 2018/2019.....	127
Quadro 70. Evolução da taxa de retenção e desistência por nível de ensino entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.	128
Quadro 71. Metas Penela 2026.....	129
Quadro 72. Número de crianças com necessidades educativas específicas na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020.....	134
Quadro 73. Número de alunos com necessidades educativas específicas no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020.	135
Quadro 74. Número de alunos com necessidades educativas específicas no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.	136
Quadro 75. Número de alunos com necessidades educativas específicas no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.	136
Quadro 76. Número de alunos com necessidades educativas específicas no ensino profissional no ano letivo 2019/2020.....	137
Quadro 77. Número de crianças inscritas nas AAAF no ano letivo 2019/2020.....	140
Quadro 78. Número de alunos inscritos na CAF no ano letivo 2019/2020.....	140
Quadro 79. Número de alunos inscritos nas AEC no ano letivo 2019/2020.....	141
Quadro 80. Número de alunos inscritos nas atividades extracurriculares no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.	142
Quadro 81. Número de alunos inscritos nas atividades extracurriculares no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.	142

Quadro 82. Número de alunos inscritos nas atividades extracurriculares no ensino profissional no ano letivo 2019/2020.....	143
Quadro 83. Número de alunos inscritos no desporto escolar no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.....	145
Quadro 84. Número de alunos inscritos no desporto escolar no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.....	146
Quadro 85. Número de alunos inscritos no desporto escolar no ensino profissional no ano letivo 2019/2020.	146
Quadro 86. Número de crianças beneficiárias de ação social escolar na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020.	148
Quadro 87. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020.	148
Quadro 88. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.	149
Quadro 89. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.	149
Quadro 90. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no ensino profissional no ano letivo 2019/2020.....	150
Quadro 91. Número de crianças transportadas na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020.....	152
Quadro 92. Número de alunos transportados no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020.	152
Quadro 93. Número de alunos transportados no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.	153
Quadro 94. Número de alunos transportados no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.	153
Quadro 95. Número de alunos transportados no ensino secundário no ano letivo 2020/2021.....	154
Quadro 96. Estabelecimentos de ensino secundário de acolhimento no ano letivo 2020/2021.....	155
Quadro 97. Análise SWOT.....	172
Quadro 98. Territórios educativos.	178

Índice de anexos

Anexo I. Evolução da frequência na educação pré-escolar por estabelecimento entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.....	209
Anexo II. Evolução da frequência no 1.º CEB por estabelecimento de ensino entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.	209
Anexo III. Estabelecimentos de educação e ensino encerrados entre os anos letivos 1991/1992 e 2019/2020.	210

anexos

Anexo I. Evolução da frequência na educação pré-escolar por estabelecimento entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de educação	Rede	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	Variação	
			(n.º)										(n.º)	(%)
Cumeeira	EB Cumeeira	Pública	13	16	14	13	9	14	11	18	9	20	7	53,85
Espinhal	Jl Espinhal	Pública	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB Espinhal	Pública	-	36	40	46	38	36	32	32	34	29	-5	-14,71
Podentes	Jl Podentes	Pública	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	Jl Rabaçal	Pública	7	10	15	11	14	12	10	8	-	-	-	-
	Jl Penela	Pública	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Jl Casa da criança	Particular	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB Infante D. Pedro	Pública	-	71	63	65	62	65	53	46	38	44	-6	-12,00
Total			130	133	132	135	123	127	106	104	81	93	-37	-28,46

Anexo II. Evolução da frequência no 1.º CEB por estabelecimento de ensino entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Rede	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	Variação	
			(n.º)										(n.º)	(%)
Cumeeira	EB Cumeeira	Pública	22	20	21	16	17	16	17	15	15	15	-7	-31,82
Espinhal	EB Espinhal	Pública	47	47	46	43	54	53	66	60	49	51	4	8,51
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB Infante D. Pedro	Pública	101	107	102	97	94	86	81	79	91	77	-24	-23,76
Total			170	174	169	156	165	155	164	154	155	143	-27	-15,88

Anexo III. Estabelecimentos de educação e ensino encerrados entre os anos letivos 1991/1992 e 2019/2020.

Ano letivo	Freguesia	Estabelecimento de educação e ensino	Nível de educação e ensino	Rede	Nível de educação e ensino encerrado
1993/1994	Cumeeira	EB Favacal	1.º CEB	Pública	1.º CEB
2007/2008	Cumeeira	EB Cabeça Redonda	1.º CEB	Pública	1.º CEB
2008/2009	Cumeeira	EB Grocinas	1.º CEB	Pública	1.º CEB
2009/2010	Espinhhal	EB Fetais Cimeiros	1.º CEB	Pública	1.º CEB
2007/2008	Podentes	EB Podentes	Educação pré-escolar Ensino básico	Pública	1.º CEB
2010/2011	Podentes	Jl Podentes	Educação pré-escolar	Pública	Educação pré-escolar
1993/1994	União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB São Sebastião	1.º CEB	Pública	1.º CEB
2002/2003	União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB Freixiosa	1.º CEB	Pública	1.º CEB
2003/2004	União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB Viavai	1.º CEB	Pública	1.º CEB
2006/2007	União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB Infesto	1.º CEB	Pública	1.º CEB
2007/2008	União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB Carvalhal de Santo Amaro	1.º CEB	Pública	1.º CEB
2007/2008	União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB Ferrarias	1.º CEB	Pública	1.º CEB
2009/2010	União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB Cerejeiras	1.º CEB	Pública	1.º CEB
2009/2010	União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	EB Rabaçal	Educação pré-escolar Ensino básico	Pública	1.º CEB
2010/2011	União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	Jl Casa da criança	Educação pré-escolar	Particular	Educação pré-escolar
2017/2018	União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	Jl Rabaçal	Educação pré-escolar	Pública	Educação pré-escolar